U.PORTO

MESTRADO INTEGRADO

ARQUITETURA

Articular o Disperso.

O espaço público como catalisador da consistência social.

Marta Varajão Borges

M

2021

FACULDADE DE ARQUITETURA

U.PORTO

Marta Varajão Borges. Articular o Disperso. O espaço público como catalisador da consistência social.

Articular o Disperso. O espaço público como catalisador da consistência social.
Marta Varajão Borges

M.FAUP **2021**

FACULDADE DE ARQUITETURA

Articular o Disperso

O espaço público como
catalisador da consistência social

Marta Gonçalves Pinheiro Varajão Borges | up201504654

Orientação: Professor Doutor José Alberto Abreu Lage
Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura
Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto | 2020/2021

Um obrigada

Aos meus avós.

Ao meu pai e à minha mãe.

À Catarina e à Sofia.

Ao meu orientador,
Professor Doutor José Alberto Abreu Lage.

Um agradecimento

À Câmara Municipal de Braga
pela cedência do material de
trabalho relativo ao Bairro das Enguardas,
em especial ao Ex.mo Sr. Vereador Dr. João Rodrigues

Ao Ex.mo Arquitecto Luis Abreu e à
Ex.ma Doutora Marta Azevedo da BragaHabit
pelas suas disponibilidades e esclarecimentos.

*

A notar que a presente Dissertação não segue
as normas do Novo Acordo Ortográfico.

ABSTRACT

After the Industrial Revolution, housing precariousness grew, aggravated by overpopulation and, since then, the Architect tries to respond to this need. there was an increase in the construction of low-cost social housing ("bairro", in Portuguese) to accommodate needy families from different cultures and ethnic backgrounds. However, the term "bairro" became depreciative, related to poverty, precarious housing - not adapted to large families - and criminality, whose segregative effect still reverberates today. Today we see this growing acculturation of cities, but the ethnic mix does not always triumph, due to the non-assimilation of differences by the receiving culture.

At the same time, the public space, as the daily stage for social exchanges, has been losing strength in the city, not only because of the detachment of the "labour society" but also because of the insecurity that this alienation creates. However, its persuasive capacity on human behavior is colossal and, therefore, should not be obliterated in today's scenario.

Thus, this research seeks to understand how public space is a tool capable of promoting a joint fruition, by stimulating social exchanges, and presents a simple strategy for Bairro das Enguardas - a social housing complex in Braga that suffers from segregation at the urban level, but also intra-residents, due to the ethnic mix between non-Roma and Roma.

This work is relevant because of the actuality of the theme and proposes a theoretical reflection that not only enables us to think Bairro das Enguardas, but also the construction of action hypothesis in other areas of the city.

Keywords: public space, social housing, Roma community, security, urban requalification

RESUMO

Após a Revolução Industrial, cresceu a precariedade habitacional, agravada pela sobrepopulação e, desde então, o Arquitecto procura responder a esta carência. Em Portugal, destacando o pós-25 de Abril, assistiu-se ao aumento da construção de bairros económicos, para acolher famílias carenciadas, de diversas culturas e etnias. Todavia, o termo "bairro" tornou-se depreciativo, relacionado com pobreza, precariedade das habitações – não adaptadas a famílias numerosas – e criminalidade, cujo efeito segregativo repercute ainda hoje. Actualmente, assiste-se a esta aculturação crescente das cidades, contudo a combinação étnica nem sempre triunfa, devido à não-assimilação das diferenças por parte da cultura receptora.

Em paralelo, o espaço público, enquanto palco diário das trocas sociais, foi perdendo força na cidade, não só pelo afastamento por parte da "sociedade laboral", como também pela insegurança que esse afastamento suscita. Contudo, a sua capacidade persuasiva sobre o comportamento humano é colossal e, por isso, não deve ser obliterada no cenário hodierno.

Assim, esta investigação procura perceber como o espaço público é uma ferramenta capaz de promover uma fruição conjunta, pelo estímulo das trocas sociais, e aponta uma estratégia singela para o Bairro das Enguardas - um bairro económico bracarense que sofre de uma segregação a nível urbano, mas também intra-residentes, devido à mistura étnica entre não-ciganos e ciganos.

Este trabalho mostra-se relevante pela actualidade do tema e propõe uma reflexão teórica que não só possibilita pensar o Bairro das Enguardas, mas também a construção de hipóteses de acção em outras zonas da cidade.

Palavras-chave: espaço público, habitação social, comunidade Roma, segurança, requalificação urbana

SUMÁRIO.

I. INTRODUÇÃO 21
I.I. ESTRUTURA E OBECTIVOS DO TRABALHO 22
I.II. METODOLOGIA 24

PARTE 1. EXPLANAR A INDAGAÇÃO

01. A HABITAÇÃO SOCIAL 31
01.1. Após a Revolução Industrial 31
01.1.1. O interesse pelo indivíduo e pelo colectivo 39
01.2. A situação portuguesa 47
01.2.1. Estratégias de intervenção em Portugal 53

02. O ESPAÇO PÚBLICO NA CONTEMPORANEIDADE 65
02.1. A insegurança no espaço público 67
02.1.1. A privatização dos espaços 67
02.2. A multiculturalidade que o compõe 73

03. A COMUNIDADE ROMA 77
03.1. Contextualização histórica 77
03.1.1. A chegada a Portugal e a opressão sofrida 79
03.2. A apropriação dos seus espaços e do espaço de todos 83

04. SÍNTESE A RETER 89

PARTE 2. NA PROCURA DE UMA SOLUÇÃO

01. OLHAR PARA OS ESPAÇOS PÚBLICOS 97

02. NA PERSUASÃO DO COMPORTAMENTO SOCIAL 103
02.1. As actividades no espaço público 103
02.2. A vitalidade e a diversidade 107

03. NA INDUÇÃO DE SEGURANÇA 111
03.1. A visão sobre um espaço público 111
03.2. A tenuidade do limite 113
03.3. Entre o público e o doméstico 117
03.4. A aura sinergética da rua 123

04. ELEIÇÃO DE PROJECTOS DE REFERÊNCIA 133
04.1. Bairro Pio XII e Bairro de Contumil 133
04.2. Quartier du Grand Parc - transformação de 530 habitações nos edifícios G, H, I 145

05. SÍNTESE A RETER 151

PARTE 3. O BAIRRO DAS ENGUARDAS

01. HABITAÇÃO ECONÓMICA EM BRAGA: DOS ANOS 70 ATÉ HOJE 159
01.1. O Bairro de Santa Tecla 165
01.1.1. Projecto de requalificação do Bairro de Santa Tecla 165

02. ESCOLHA DE UM CASO DE ESTUDO 171
02.1. Enquadramento do Bairro das Enguardas na cidade 171
Planta dos serviços, comércios e equipamentos
Planta representativa das diferentes linhas de autocarro
Planta representativa dos percursos sugeridos pela BragaCiclável
Planta de representação dos espaços públicos em Braga
02.1.1. Planta de caracterização 182
02.2. Numa aproximação ao Bairro das Enguardas 187
02.2.1. Apresentação da problemática 191
02.2.2. Uma intervenção do Município numa parcela do Bairro 195
02.2.3. As suas potencialidades 203
02.2.4. Levantamento fotográfico do Bairro das Enguardas 204

03. PARA UM NOVO BAIRRO
03.1. Definição de uma estratégia 211
03.2. Escolha de um programa interventivo 219
Planta geral de implantação do Bairro das Enguardas
03.3. Proposta final 221
Planta do Bairro das Enguardas
Corte AA' e BB'
Planta de aproximação e corte da Praça Central
Planta de aproximação e corte da área do campo de futebol
Edifício Tipo 1
Edifício Tipo 2

04. CONSIDERAÇÕES FINAIS 237

II. FONTES 244
III. CRÉDITO DE IMAGEM 252
IV. ANEXOS 258
a. EM CONVERSA COM...
b. DESENHOS
c. BAIRRO DO LAGARTEIRO | PROJECTO DE REFERÊNCIA 03

ÍNDICE DE IMAGENS

FIGURA 1 Bairro das Enguardas
FIGURA 2 Precariedade das ruas resultante da Revolução Industrial
FIGURA 3 A cidade industrializada
FIGURA 4 Manifestação a apoiar as ideias de Jane Jacobs. Relação do Arquitecto com os moradores
FIGURA 5 Karl-Marx-Hof do Arquitecto Karl Ehn
FIGURA 6 Cité Frugès, Bordéus, 1924, Le Corbusier
FIGURA 7 Esquisso da Ville Radieuse
FIGURA 8 Plano detalhado da Ville Radieuse
FIGURA 9 Playground de Aldo van Eyck em Bertelmanplein, Amesterdão, 1947
FIGURA 10 Santa Maria Maior, Lisboa, em condições precárias
FIGURA 11 Plano de Urbanização - Zona Sul de Avenida Alferes Malheiro. No tempo da ditadura
FIGURA 12 Uma *Ilha* do Porto. Imagem da densificação do construído da Era Industrializada
FIGURA 13 Luta pela igualdade de classes em Portugal. “Abaixo a reacção. Viva a classe operária”
FIGURA 14 Bairro da Bouça, Porto
FIGURA 15 Bairro de S. Victor, Porto
FIGURA 16 Bairro do Lagarteiro, Porto
FIGURA 17 Habitação social do PER em Vila Nova da Telha, Maia, por João Álavro Rocha Arquitectos, S.A.
FIGURA 18 Habitação social do PER em Vila Nova da Telha, Maia, por João Álavro Rocha Arquitectos, S.A.
FIGURA 19 Bairro Social da Boavista do PROHABITA, Olheiros, Torres Vedras
FIGURA 20 Corviale “Il Serpentone”, Roma
FIGURA 21 Representação do medo no espaço público. O escuro e o desconhecido
FIGURA 22 Central Park, Nova Iorque. Imagem da privatização dos espaços públicos
FIGURA 23 Parc de la Tête d’Or, Lyon
FIGURA 24 Representação da diversidade cultural no espaço público
FIGURA 25 Diversidade populacional no espaço público. Cassiobury Park, Londres
FIGURA 26 Parte da obra Interior of a Gipsy’s house in Brazil por Jean-Baptiste Debret, 1820
FIGURA 27 A comunidade cigana num campo de concentração Nazi no período da Segunda Guerra
FIGURA 28 O espaço público apropriado por uma comunidade comunidade cigana portuguesa
FIGURA 29 Rua de um acampamento de uma comunidade cigano em Aveiro
FIGURA 30 Apropriação do espaço público em casamento cigano. Tarascon, França, 1953
FIGURA 31 Apropriação do espaço público
FIGURA 32 Esquisso da Ville Radieuse por Le Corbusier
FIGURA 33 Bairro da Maceda do SAAL, Campanhã, Porto
FIGURA 34 Espaço público de transição e representação da fugacidade

FIGURA 35 Acumulação de lixo no espaço público
FIGURA 36 Rua marginalizada e deteriorada em Küçül Caddesi, Turquia
FIGURA 37 Common-Unity, México, 2015. Espaço público que responde às necessidades dos usuários
FIGURA 38 Projecto amenidades Urbanas Setor Esportivo por Ricardo Sanz Sosa e Rodrigo Marín Briceño
FIGURA 39 Projecto amenidades Urbanas Setor Esportivo por Ricardo Sanz Sosa e Rodrigo Marín Briceño
FIGURA 40 Aproximação do espaço público em Lisboa, Terreiro do Paço
FIGURA 41 Diversidade de usos na Piazza delle Erbe, Padova, Itália
FIGURA 42 A escuridão e o fraco campo de visão no espaço público
FIGURA 43 Praça Bellecour, Lyon. Praça de grande escala, mas com os seus limites bem definidos
FIGURA 44 Bairro Padre Cruz, Lisboa. Distinção entre o Bairro e a sua envolvente. Espaço público uno
FIGURA 45 Bairro Padre Cruz, Lisboa. Transição entre público e privado
FIGURA 46 Bairro da Boavista, Lisboa. Transição entre público e privado através de zonas de entrada
FIGURA 47 Espaço público do Bairro da Bouça mostra-se semi-privado, apesar de não ter uma divisória
FIGURA 48 Poste como baloiço. Crianças a brincar na rua de Manchester, 1946
FIGURA 49 Playground de Aldo van Eyck em Laagte Kadijk, Amesterdão
FIGURA 50 Playground de Aldo van Eyck em Buskenblasertraat, Amesterdão
FIGURA 51 Praça Täby Torg. Materialidade identifica os diversos momentos urbanos: pedestre *vs* veículo
FIGURA 52 The Cuyperspassage, Amesterdão. Benthem ceouwel Architects. Segurança e distinção
FIGURA 53 Bairro Pio XII e Bairro de Contumil, Menos é Mais
FIGURA 54 Planta original do Bairro Pio XII
FIGURA 55 Planta da proposta de intervenção no Bairro Pio XII
FIGURA 56 Planta original do Bairro de Contumil
FIGURA 57 Planta de intervenção no Bairro de Contumil
FIGURA 58 Intervenção no Bairro Pio XII e Bairro de Contumil
FIGURA 59 Intervenção no Bairro Pio XII e Bairro de Contumil
FIGURA 60 Intervenção no Bairro Pio XII e Bairro de Contumil
FIGURA 61 Intervenção no Bairro Pio XII e Bairro de Contumil
FIGURA 62 Intervenção no Bairro Pio XII e Bairro de Contumil
FIGURA 63 Intervenção no Bairro Pio XII e Bairro de Contumil
FIGURA 64 Quartier du Grand Parc, Bordeaux

FIGURA 65 Planta pós-intervenção dos Blocos G, H, I do Quartier du Grand Parc, Bordeaux
FIGURA 66 Antes da intervenção nos Blocos G, H, I do Quartier du Grand Parc
FIGURA 67 Intervenção nos Blocos G, H, I do Quartier du Grand Parc
FIGURA 68 Intervenção nos Blocos G, H, I do Quartier du Grand Parc
FIGURA 69 Intervenção nos Blocos G, H, I do Quartier du Grand Parc
FIGURA 70 Intervenção nos Blocos G, H, I do Quartier du Grand Parc
FIGURA 71 Intervenção nos Blocos G, H, I do Quartier du Grand Parc
FIGURA 72 Representação de uma actividade necessária que se realiza no espaço público
FIGURA 73 Contacto social fruto da actividade opcional: crianças a jogar à bola na praça, Porto
FIGURA 74 Aldo van Eyck playground
FIGURA 75 Decreto-Lei nº 797/76
FIGURA 76 Antes da intervenção no Bairro de Santa Tecla, Braga
FIGURA 77 Antes da intervenção no Bairro de Santa Tecla, Braga
FIGURA 78 Antes da intervenção no Bairro de Santa Tecla, Braga
FIGURA 79 Vista aérea do Bairro das Enguardas
FIGURA 80 Edifícios que envolvem o Bairro das Enguardas
FIGURA 81 Edifícios que envolvem o Bairro das Enguardas
FIGURA 82 Edifícios que envolvem o Bairro das Enguardas
FIGURA 83 Apropriações informais, Trial Bike e Capela do Senhor da Paz
FIGURA 84 Apropriações informais, Trial Bike e Capela do Senhor da Paz
FIGURA 85 Apropriações informais, Trial Bike e Capela do Senhor da Paz
FIGURA 86 Bairro das Enguardas antes da intervenção da CMB
FIGURA 87 Bairro das Enguardas depois da intervenção da CMB
FIGURA 88 Bairro das Enguardas antes da intervenção da CMB
FIGURA 89 Bairro das Enguardas depois da intervenção da CMB
FIGURA 90 Representação da entrada pedonal oeste com nova pavimentação, outrora em terra batida
FIGURA 91 Representação da entrada pedonal nordeste com nova pavimentação, outrora em terra batida
FIGURA 92 Materialidade e mobiliário urbano do novo Bairro das Enguardas
FIGURA 93 Materialidade e mobiliário urbano do novo Bairro das Enguardas
FIGURA 94 Materialidade e mobiliário urbano do novo Bairro das Enguardas
FIGURA 95 Materialidade e mobiliário urbano do novo Bairro das Enguardas
FIGURA 96 Materialidade e mobiliário urbano do novo Bairro das Enguardas
FIGURA 97 Materialidade e mobiliário urbano do novo Bairro das Enguardas
FIGURA 98 Materialidade e mobiliário urbano do novo Bairro das Enguardas
FIGURA 99 Materialidade e mobiliário urbano do novo Bairro das Enguardas
FIGURA 100 Materialidade e mobiliário urbano do novo Bairro das Enguardas

SIGLAS

CIAM	Congressos Internacionais da Arquitetura Moderna, do francês *Congrès Internationaux d'Architecture Moderne*
SAAL	Serviço de Apoio Ambulatório Local
IBC	Iniciativa Bairros Críticos
PER	Programa Especial de Realojamento
PROHABITA	Programa de Financiamento para Acesso à Habitação
INH	Instituto Nacional de Habitação
IHRU IP	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P
CMB	Câmara Municipal de Braga
BH	BragaHabit
BSST	Bairro Social de Santa Tecla
BSE	Bairro Social das Enguardas
CHP	Complexo Habitacional do Picoto
SWOT	(FOFA, em português) Forças, Fraquezas, Oportunidadade e Ameaças

«O espaço público deve ser considerado fundador da cidade (poder-se-á dizer em todas as épocas e em todos os regimes); no fundo, o espaço público é a cidade. Isto pelo menos de três pontos de vista:

- representa a condição para que se possa realizar a vida urbana, trata-se de uma espécie de "condição geral" para a existência própria da cidade. (...)

- constitui um factor importante de identificação (e também de identidade), isto é, conota os lugares, dá-lhes forma representativa, assumindo muitas vezes a conotação de um "símbolo". (...)

- a "cidade é o lugar da palavra", o que impõe a organização de espaços nos quais a palavra possa ser expressa. Nesta dimensão, o espaço público é lugar de socialização, de encontro e também onde se manifestam grupos sociais, culturais e políticos que a população da cidade exprime. Este papel desempenhado pelo espaço público é seguramente (e que hoje se encontra em crise). É nesta dimensão que melhor se apresenta uma das características da cidade: a imprevisibilidade e casualidade dos encontros (contra uma situação de previsibilidade e regularidade dos encontros no pequeno centro). (...)»

INDOVINA, Francesco (2002). *O Espaço público: Tópicos sobre a sua Mudança*; página 119, in Cidades - Comunidades e Territórios, Dezembro 2002, n.5, pp. 119-123.



FIGURA 1 **BAIRRO DAS ENGUARDAS**

I. INTRODUÇÃO

Desde da Revolução Industrial que a cidade cresce desconfiguradamente e o centro urbano viu-se invadido por um número incontável de pessoas, em busca de emprego e uma melhor qualidade de vida. Contudo, as metrópoles não acompanharam esse crescimento veloz e a salubridade dos espaços de habitar foi posta em causa. Além disso, o clima entre-guerras e o período posterior foram agravantes inquestionáveis e houve a necessidade, por parte das instituições do poder, de construir habitação económica que contribuisse para o bem-estar populacional. Para além de acolherem famílias carenciadas, estes bairros económicos acolheram uma variedade social e cultural enorme, que se viu obrigada a viver repentinamente numa coexistência forçada. Este aspecto criou complicações entre todos os residentes que perduram e repercutem-se na sociedade de hoje em dia.

Esta sociedade pode-se definir como aquela que mais tem e menos usufrui. Viu-se invadida pela multiculturalidade, que agora a compõe e as possibilidades de convivência poderiam tornar-se imensas. No entanto, tanto a construção social virada para o individualismo, como o preconceito generalizado pelo distinto prejudica esta convivência (hoje ainda) tida por utópica. É neste momento que a cidade deve procurar oferecer espaços públicos que incentivem a interacção entre os diferentes indivíduos, de modo a combater essa individualidade crescente, permitindo as trocas sociais entre as culturas constituintes do plano social.

Todavia, verifica-se cada vez mais que essa sociedade vive num ambiente de cidade fugaz na relação entre o Espaço e o Tempo, na qual os espaços públicos se transformaram numa transição - num vazio que conecta os cheios - e este despovoamento desencadeia um ciclo vicioso de insegurança que, mais tarde, é visto (in)conscientemente como motivo para o controlo espacial. Os espaços públicos são, agora, compreendidos como abertos a todos - até certo ponto -, e de livre e igualitária fruição - também até certo ponto -, visto que esta insegurança do público levou à justificação da privatização das áreas que, outrora, eram de uso democrático (Lippolis, 2016). Ademais, as desconfianças mútuas entre as diferentes estirpes sociais prejudica este processo de co-existência.

No entanto, os espaços públicos não devem ser percepcionados como elementos a proteger dessa desconfiança social e consequente insegurança, mas como factores potenciadores da interação e decorrente integração. É neste seguimento que a presente Dissertação procura inverter o pensamento anteriormente citado - fortemente enraizado na sociedade actual - e se questiona sobre o modo como o espaço público, no enquadramento da habitação económica, potenciará uma relação com a envolvente urbana, mas acima de tudo potenciará as trocas sociais entre os diversos grupos e etnias que o compõem, através da criação de zonas que respeitem todos os costumes sem os fazer colidir.

Acrescenta-se que, tendo por base esta problemática, foi escolhido um bairro económico como caso de estudo, no qual no final se aplicará todo o conhecimento apreendido ao longo da pesquisa realizada. Os critérios de selecção basearam-se na escolha de um bairro que exibesse as complicações expostas na problemática, mas que me fosse familiar, dadas as minhas origens. O objecto em questão é o Bairro das Enguardas, em Braga (cidade da qual sou natural), que é um complexo habitacional económico, separado da sua envolvente urbana, cuja população se divide em dois grupos étnicos: uma comunidade Roma e um grupo trabalhador bracarense - aspecto causador de segregação devido ao preconceito existente. A comunidade Roma é mais comumente apelidada de comunidade Cigana, em Portugal - cigano é o exónimo apontado pela língua portuguesa -, contudo o termo Roma é a designação atríbuida no seu país de origem. Após a selecção deste caso de estudo ficou evidente que seria igualmente pertinente compreender as origens dos ciganos em Portugal, assim como as suas apropriações espaciais da área pública.

Por último, esta Dissertação apresenta uma estratégia singela de intervenção no Bairro das Enguardas, cuja proposta final se mostra adaptável às transformações, tendo em conta a constante modificação das necessidades locais. A sua adaptabilidade deve-se à sua pontualidade interventiva, que se relaciona com as vontades dos moradores, cuja relação será defendida ao longo do trabalho. Deste modo, será perdurado no tempo este desígnio de **Articular o Disperso**.

*

III.I. Estrutura e objectivos do trabalho

Por este motivo, foi considerado pertinente dividir a estrutura em **três momentos-chave**: um *primeiro* de contextualização, exposição e levantamento dos problemas; um *segundo* de procura de soluções para os problemas levantados; e um *terceiro* de aplicação dessas soluções no caso de estudo. Assim, deu-se origem às três partes, respectivamente: *Explanar a Indagação*; *Na procura de uma solução*; *O Bairro das Enguardas*.

Na primeira parte - *Explanar a Indagação* - apresentam-se os problemas levantados, contudo, primeiramente, elabora-se um fio condutor temporal, que clarifique a importância da construção de habitação económica, em especial desde a Revolução Industrial tendo em conta o *boom* urbano que se verificou nesta altura. Aqui é introduzido o "momento-alavanca", que reconduziu o pensamento e, desde então, o espaço público passa a ser visto como elemento relevante no planeamento destas habitações. De seguida, foca-se a pesquisa no papel do espaço público na contemporaneidade, desde a perda dos seus significados, ao abandono destas áreas e consequente insegurança e privatização. Ainda neste capítulo, para criar um fio de condutor teórico, levantam-se as questões relativamente às apropriações das áreas públicas por parte da comunidade Roma e os conflitos que têm surgido dessa coexistência cultural.

Na segunda parte - *Na procura de uma solução* -, após se levantarem as questões no capítulo anterior, abre-se o debate para procurar as soluções para as problemáticas encontradas. Assim, a análise concentra-se em compreender: (a) como se deve olhar para os espaços públicos; (b) como instigar o comportamento dos indivíduos na área pública - de modo a potenciar as trocas sociais entre as diferentes etnias - e (c) de que modo toda a intervenção e afluência populacional promovem uma maior sensação de segurança. Para coadjuvar esta base teórica, são também seleccionados três projectos de referência, que se mostram bem-sucedidos na forma como lidaram com os problemas de insegurança e a diversidade cultural nos espaços públicos dos bairros de habitação económica.

Na terceira parte - *O Bairro das Enguardas* -, o trabalho assume uma carácter mais pessoal, no qual se aplica toda a informação recolhida anteriormente, quer acerca do modo de olhar e compreender os problemas

levantados, quer relativamente à forma como lidar com essas questões. Para tal, toda a pesquisa elaborada é traduzida numa ideia de projecto para o Bairro das Enguardas, que atende às particularidades do objecto de estudo e, portanto, é apresentada uma análise completa da sua envolvente urbana, assim como um retrato das vontades dos moradores, para considerar os seus desígnios num único projecto.

III.II. Metodologia

Deste modo, a escolha de uma base teórica consolidada foi determinante para a elaboração desta Dissertação. O trabalho vê como apoio também a tese de doutoramento *Formas e desígnios do espaço público na cidade contemporânea: o projecto do espaço público na construção da cidade: casos portugueses*, do Professor Doutor Rodrigo Coelho; e na Dissertação de Mestrado *A Casa do Bairro - Estruturas de Potencialização do Sentimento Comunitário em Contextos de Precariedade*, da Mestre em Arquitectura Sara Cruz. Estes dois trabalhos ajudaram na criação de um fio condutor relativamente à construção estrutural da presente Dissertação, tendo em conta a pertinência e semelhança temática.

Para a contextualização da Habitação Social, apresentada na primeira parte, foi imprecindível o recurso a obras como *Las formas de la residência en la ciudad moderna: vivenda y ciudad en la Europa de entreguerras*, de Martí Aris; *Arquitetura e política*, de Josep Montaner e Zaida Muxí; *Políticas de habitação - 200 anos*, de Gonçalo Antunes. Sustentados por outros tantos - e apesar de não se pretender uma análise história exaustiva -, estes livros permitiram criar uma explanação do Estado da Arte quanto a este tema e o papel do Arquitecto relativamente à insuficiência e carência habitacional. Ainda na Parte 1, porém acerca do espaço público na contemporaneidade, procura-se fundamento em publicações como *El espacio público: ciudad y ciudadanía*, de Jordi Borja e Zaida Muxí; *O espaço público na cidade contemporânea*, de Angelo Scarpa; *A cidade como arquitectura*, de Nuno Portas; *La segunda historia del Proyecto Urbano*, de Solà-Morales. Deste modo, foi possível elucidar acerca do papel actual do espaço público na cidade e levantar os problemas vigentes fruto da transformação da sociedade contemporânea. Tendo isto em vista, o último tópico encontrou um reforço teórico em fontes como *Viagem aos confins da cidade*, de Leonardo Lippolis; *Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*, de Marc Augé; *O Direito à Cidade*, de Henri Lefebvre.

Para o assunto d'A Situação Portuguesa destacam-se algumas fontes alicerces como *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, de José António Bandeirinha; *O 25 de Abril e a transformação da cidade*, de Álvaro Siza Vieira; e *Políticas de habitação - 200 anos*, de Gonçalo Antunes. Desta forma, mais uma vez, tornou-se exequível apresentar um Estado da Arte no que concerne a evolução das políticas de habitação em Portugal. Note-se, todavia, que a cronologia neste tópico restringe-se à época em que se estabeleceu uma mudança de pensamento acerca da habitação social em terras lusitanas, de maneira a evidenciar alguns programas já propostos, que se venham a mostrar inspiradores.

O tema do espaço público contemporâneo enfatiza as questões que, *à posteriori*, serão pertinentes para abordar no caso de estudo selecionado. Por esta razão, começa-se por olhar para o espaço público como um palco das actividades quotidianos de um colectivo que, nos dias de hoje, é composto por inúmeras culturas e etnias. Sendo assim, não obstante ao preconceito existente entre os indivíduos e à fugacidade e perda do valor do espaço público, expõe-se a insegurança que se apercebe nas áreas públicas, decorrentes de todo este conflito inter-étnico e cultural. Para tal, foi recolhida uma gama variada de autores teóricos e teórico-práticos, que permitiram desenvolver uma coerência no discurso e criar uma problemática de desenvolvimento. Refiro-me a fontes como: *O espaço público: tópicos sobre a sua mudança*, de Francesco Indovina; *A condição humana*, de Hannah Arendt; *O Urbanismo*, de Françoise Choay; *Life between buildings: using public space*, de Jan Gehl; *Morte e vida de grandes cidades*, de Jane Jacobs; *A imagem da cidade*, de Kevin Lynch; *Making a city: urbanity, vitality and urban design*, de John Montgomery; *Social participation in the context of the urban public space renewal,* de Paulo Tormenta Pinto; e *Public vs. Private: The evaluation of different space types in terms of publicness dimension*, de Elif Karaçor. No entanto, evidentemente, recorre-se novamente a autores citados na primeira parte, como Nuno Portas, Solà-Morales, Álvaro Siza, Josep Montaner, Angelo Serpa, entre outros. Posteriormente, estes nomes serão novamente abordados no primeiro assunto da Parte 2.

Sobre o tópico da Comunidade Roma e as suas apropriações do espaço público, o trabalho ampara-se, entre outros, em *Romani Culture: an introduction. In Project Education of Roma children in Europe*, de Yaron Matras; Roma culture: myths and realities, de Elena Marushiakova e Vesselin Popov; e *Sina Social Cigana: História, Comunidades, Representações e Instituições*, de Manuel Carlos Silva e Colaboradores/as, cuja informação permitiu, além de um resumo da história e da conjuntura actual, uma compreensão dos modos de viver, segundo os seus valores culturais e costumes; assim como o modo de apropriação do espaço público e de que forma este é, na maioria das vezes, incompatível com o dos outros, quando se verifica um mistifório étnico.

*

Posteriormente, na a Parte 2, a pesquisa sustenta-se novamente em nomes como Indovina, Jacobs, Gehl, Harvey, Karaçor, Lippolis, Lynch, Portas, entre outros já referido anteriormente. Recordando que esta parte do trabalho se foca em concretizar os problemas levantados na primeira parte e encontrar uma solução para os mesmos, tinha-se por objectivo fundamentar o trabalho numa base teórica consolidada, que abordasse questões como pertinentes para, num momento posterior, conseguir dar uma resposta à problemática do objecto de estudo. Esta é a razão que conduziu o fio condutor da Parte 2, que aborda precisamente o modo como actuar sobre o actual Bairro das Enguardas. Sendo assim, inicia-se com uma referência ao modo como se devem compreender os espaços públicos e como influenciar os cidadãos ao seu uso, a partir da persuação através do programa e desenho. Depois, segue-se um conjunto de hipóteses sobre como induzir segurança nos mesmos espaços.

A eleição de casos de estudo que segue esta análise revelou-se muito importante, pela maneira que possibilitava compreender como a teoria elaborada anteriormente poderia ser colocada em prática. Para fortalecer o fio condutor desta Dissertação, foram procuradas obras de espaço público em habitação social, cuja população apresentasse uma mistura étnica e cultural, de preferência de origem cigana. Assim, haveria não só uma relação programática com o Bairro das Enguardas, como também uma semelhança relativamente aos seus ocupantes.

*

Tendo isto em vista, além da pesquisa teórica, na Parte 3, aplica-se todo o conhecimento retirado da pesquisa anterior no caso de estudo escolhido: o Bairro das Enguardas. Esta última fracção conta também com uma experiência de campo e reconhecimento do terreno do Bairro das Enguardas, indispensável à realização de uma intervenção projectual. Este estudo de campo recorre a entrevistas e diálogos com moradores, realizadas aquando as visitas ao objecto de estudo, que reforçam indubitavelmente a proposta interventiva final. Desta forma, fundamenta-se o projecto apresentado na terceira parte tem por base uma aliança entre os alicerces teóricos construídos na primeira e na segunda parte desta Dissertação e as vontades e desígnios práticos dos residentes. Nesta parte final, destaca-se o livro *Transcrever: Ações participativas nos Bairros Sociais de Braga*, de Space Transcrivers, promovido pelo Município de Braga, cujo tema nele apresentado evidencia, entre outros tópicos, a convivência espinhosa entre os distintos grupos étnicos das Enguardas, assim como retrata algumas opiniões dos moradores que completam as entrevistas realizadas para este trabalho. A contemporaneidade deste livro não só salienta que a problemática lançada na presente Dissertação é actual, mas como existe uma vontade holística de a resolver.

*

PARTE 01.

Explanar a Indagação

01.

A Habitação Social

02.

O espaço público na contemporaneidade

03.

A comunidade Roma

04.

Síntese a reter



FIGURA 2 **PRECARIEDADE DAS RUAS RESULTANTE DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL**

CAPÍTULO 01. **A HABITAÇÃO SOCIAL**

Antigamente, a Arquitectura não estava acessível à sociedade e associava-se à construção do monumento - existia um distanciamento claro entre o acto de projectar e o Homem comum e, portanto, os indivíduos viviam naquilo que construíam. Este aspecto desencadeava uma desqualificação do edificado, que trazia, evidentemente, precariedade na construção e consequente insalubridade. Contudo a diferença social não se reflectia na relação entre o espaço construído e o povo, pois este lhes era alheio; nem no uso do espaço público, visto que a fruição era realizada de igual modo[1].

A Revolução Industrial foi a alavanca que desencadeou a mudança deste pensamento. A cidade cresceu assombrosamente e o território sofreu alterações à grande escala. Quando o problema já tinha assumido uma proporção assustadora, o Arquitecto embarca na sua nova missão de responder às necessidades do colectivo. No entanto, agora, a casa e os espaços públicos concebidos destacavam a disparidade económica das classes e a sociedade fragmentava-se.

01.1. APÓS A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

> *«Em todos os domínios da indústria, problemas novos foram colocados e um instrumental capaz de resolvê-los foi criado. (...) o instrumental humano (...) vem transformar-se repentinamente com uma rapidez fabulosa. A ferramenta humana estava sempre na mão do homem: hoje, totalmente renovada e formidável, escapa momentaneamente da nossa mão»*[2].

Neste processo de industrialização, a malha urbana foi rompida por grandes artérias de comunicação entre os diferentes pontos citadinos, de modo a introduzir o automóvel no novo planeamento urbano; criaram-se estações e paragens; equipamentos para os serviços e comércios; e construíram-se grandes lojas, cafés, hotéis, entre outros. Foram também

---

1 Cruz, 2018.

2 LE CORBUSIER. *Por uma Arquitetura*, página 191. Editora: Perspectiva S.A.; 2013, 7a edição.



FIGURA 3 **A CIDADE INDUSTRIALIZADA**

criadas edificações específicas para o trabalho, outras para eventos culturais, ócio ou lazer. A nível construtivo foram introduzidos novos materiais, como o aço, que vieram mudar o modo de pensar Arquitectura. Todas estas novas construções foram ocupando as áreas anteriormente livres, destruindo alguns espaços públicos e/ou verdes, em busca de uma maior área construtiva. *«Os primeiros efeitos da evolução industrial na "construção" manifesta-se através dessa etapa primordial: a substituição dos materiais naturais pelos materiais artificiais (...)»*[3]. O espaço público passava por uma metamorfose ininterrupta, na qual aceitava a função de acolher as novas actividades introduzidas na urbe e o solo urbano estava em mutação. Neste processo de crescimento, a periferia é invadida e ganha por isso relevância no acolhimento forçoso da malha da cidade e dos complexos industriais. Se antes era possível identificar o binómio cidade--campo, agora deu-se a fusão entre estas duas áreas e os limites não são mais identificáveis[4].

Almejando responder a este imbróglio urbano, o pensamento dos Arquitectos e Urbanistas volta-se para a criação de modelos que possibilitem a expansão urbana, de modo a instigar a recondução do crescimento populacional, segundo a lógica da edificação em massa - enquanto resposta às necessidades à data - contudo sem obliterar a promoção de espaços públicos colectivos, como o caso de Paris, por Haussmann, no qual aproveitou a estrutura existente para a elaboração de um novo plano urbano, que valorizava o desenho do espaço público e a abertura de boulevards e praças que integrassem as redes viárias.

«Foi durante as primeiras décadas do século XX, especialmente no período entre as duas Guerras Mundiais, que ocorreu a eclosão do compromisso político e social da esquerda europeira, um compromisso que atingiu pintores, fotógrafos, escritores, arquitetos, e designers»[5]. Nesta época, surgiram várias teorias sobre como fazer Arquitectura para a sociedade, sendo a própria sociedade parte integrante da Arquitectura num processo de simbiose. É nesta linha de pensamento que John Ruskin apresenta o

---

3 LE CORBUSIER. *Por uma Arquitetura*, página 161. Editora: Perspectiva S.A.; 2013, 7a edição.

4 Choay, 1992.

5 MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida. *Arquitetura e Política*; página 45; 1a edição, 3a im- pressão, 2017; Editora: Gonçalo Gili.



FIGURA 4 **MANIFESTAÇÃO A APOIAR AS IDEIAS DE JANE JACOBS. RELAÇÃO DO ARQUITECTO COM OS MORADORES**

seu ensaio, entitulado *As Sete Lâmpadas da Arquitectura*, no qual sintetiza a sua visão sobre o acto de projectar e as questões às quais acreditava que a Arquitectura deveria procurar responder, na época. Nesta lógica sociológica, apresenta uma Arquitectura que valoriza a rotina do Homem, pois esta deve influenciar na criação dos espaços de habitar, já que a *Vida* é tida como elemento-chave para a boa concretização da Arquitectura.

Levando esta relação entre Homem e Arquitectura ao extremo, William Morris propõe voltar ao trabalho manufacturado. Deste modo, defende o benefício da colaboração social na elaboração de um espaço, do qual a comunidade poderá mais tarde usufruir[6], afinal *«(...) não podemos nos furtar da arquitetura, uma vez que fazemos parte da civilização, pois ela representa o conjunto das modificações e alterações (...) com o fim de satisfazer as necessidades humanas (...)»*[7]. Além do mais, o trabalho mecanizado não concebe uma arte igualmente bela como o artesanato e, assim sendo, a cooperação de diversos talentos para criar uma arte conjunta deveria sobrepôr-se à individualização da era revolucionária, pois o desaparecimento da arte popular resulta no descaminho da civilização que não se recupera mais[8].

Ainda nesta lógica, mais tarde, surgem outras teorias influentes, que hoje em dia podem servir de mote para uma nova consciência social na área da Arquitectura. Dentro dessas, destaca-se Jane Jacobs (2011) que defende o conhecimento das experiências de vida do grupo, assim como a recuperação das construções a partir dos relatos e conversas com os seus moradores, tornando este processo numa simbiose entre os interesses populares e os do arquitecto - *«Para solucionar o problemas dos cortiços*[9]*, precisamos encarar seus habitantes como pessoas capazes de compreender seus interesses pessoais e lidar com eles, o que certamente são»*[10].

O arquitecto assume, então, o papel social, visando fortalecer a relação entre o espaço construído e os seus usuários, assim como se encarre-

---

6 Montaner, 2017.

7 Ibidem, página 43.

8 Choay, 1992.

9 Na língua portuguesa do Brasil, um *Cortiço* é um conjunto de habitações reunidas para moradia de gente pobre.

10 JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*; página 302; 3ª edição, 2011; Editora: WMF Martins Fontes Ltda.



FIGURA 5 **KARL-MARX-HOF DO ARQUITECTO KARL EHN**

ga da função de procurar uma igualdade habitacional para a classe trabalhadora. Um dos defensores desta premissa era o arquitecto suíço Hannes Meyer[11], cuja visão progressista acreditava nas consciências social e política do trabalho do arquitecto e a cidade capitalista deveria ser posta em causa, para terminar com a soberania das classes burguesas e mais abastadas.

> *«In Meyer's case, this is partly due to his embrace of both radical political rhetoric and avantgarde architectural practice, in contraste to contemporaries like Ludwig Mies van der Rohe and Walter Gropius, who successfully harnessed progressive rhetoric to politically neutral architectural practices.»*[12]

Passando da teoria à prática, pela Europa, encontram-se vários exemplos de bairros económicos deste período que mostram, quer a vontade de criar e construir algo novo, quer a preocupação social que lhes é inerente. Em Viena, Áustria, por exemplo, entre 1927 e 1930, foi construído o complexo Karl-Marx-Hof, pelo Arquitecto Karl Ehn, com 1383 apartamentos, do qual se destaca a monumentalidade da construção e a oferta de vários equipamentos à população. Este projecto retrata a visão utópica da construção à grande escala em betão, que combina a funcionalidade com a ousadia construtiva. Dispõe ainda de uma grande praça, rodeada pelos edifícios Art Déco de cor ocre e ainda por três pátios internos, que permitem o convívio e as trocas sociais. Já nesta fase o espaço público se mostrava pensado como elemento agregador, que poderia fortalecer o companheirismo dos moradores.

Outros exemplos são as várias intervenções por parte do arquitecto Bruno Taut, na Alemanha e destes destaca-se o Großsiedlung Britz, em Berlim, construído entre os anos 1925 e 1933, com mais de 1000 fogos. Este complexo habitacional justifica a sua grande escala no desígnio de acolher o maior número possível de habitantes, para acompanhar o aumento demográfico, já que, pelos anos 20, Berlim era a terceira maior metrópole logo após Nova Iorque e Londres. Outros complexos da mesma

---

11 Hays, 1999.

12 HAYS, Michael K. *Modernism and the posthumanist subject: the architecture of Hannes Meyer and Ludwig Hilberseimer*; página 216; in The MIT Press, Cambridge, Mass, 1999. ISBN 0-262-58141-8.



FIGURA 6 **CITÉ FRUGÈS, BORDÉUS, 1924, LE CORBUSIER**

época são o Siedlung Schillerpark (1924 - 1930), Wohnstadt Carl Legien (1928 - 1930), Weiße Stadt (1929 - 1931), Großsiedlung Siemensstadt (1929 - 1931). Também em França se abordava esta problemática e, por exemplo, Le Corbusier projectou o complexo Cité Frugès, em 1924, na cidade de Bordéus, cujas habitações eram direccionadas à classe trabalhadora e, portanto, de custos reduzidos. Todas estas intervenções revelam uma precaução pela inclusão do desenho de espaço comum na elaboração projectual do espaço privado. Pode-se, portanto, afimar que neste momento, no contexto europeu, se começa compreender o benefício das áreas colectivas de socialização para o desenvolvimento social e também na melhoria da qualidade de vida.

01.1.1. O INTERESSE PELO INDIVÍDUO E PELO COLECTIVO

No Modernismo, as práticas da Arquitectura e do Urbanismo eram percepcionadas como um instrumento político e económico, que deveria ser usado como promotor do progresso social. O Modernismo conseguiu cumprir com este objectivo na sua máxima, fazendo uma crítica à sociedade da época, que estava imoralmente centrada na aparência[13].

> *«E o novo cliente, poderoso anónimo, dos arquitectos-precursores foi, vizinho das fábricas industriais, a massa enorme dos novos habitantes da cidade, foi a multidão ardente que criara as metrópoles. O surgimento da arquitectura moderna identifica-se com a pressão e com a consciência do problema urbanístico. O arquitecto moderno, por ser arquitecto-engenheiro, é arquitecto-urbanista: o seu cliente não é apenas aquele que quer construir um palácio ou uma moradia, e também não é o mecenas ou o ditador que anela abrir uma avenida monumental, mas a massa inteira dos cidadãos em toda a sua complexidade social e psicológica.»*[14]

Neste período, foram concebidas variadas experimentações e nestas a habitação tinha-se como um elemento construído em série pelo ter-

---

13 Montaner, 2017.

14 ZEVI, Bruno. *História da Arquitectura Moderna*; página 65; Editora Arcádia, volume 1 (capa, Quadro 1, Quadros 5-6).



FIGURA 7 **ATERRO DO FLAMENGO, RJ, 1954. BURLE MARX. ESPAÇO PÚBLICO RELAÇÃO ENTRE O INDIVÍDUO E A CIDADE**

ritório, que se fazia acompanhar por um desenho do espaço público. Nesse sentido, o solo adquiriu o carácter de colectivo e, portanto, construíram-se espaços que acolhiam equipamentos para usufruto comunitário que dividiam funcionalmente a cidade, de acordo com as actividades respectivas, mas que se completavam uns aos outros. As novas áreas de lazer são, aqui, elaboradas em simbiose com o espaço doméstico e, por esta razão, os equipamentos criados deveriam complementar o quotidiano do cidadão.

Para se proporcionar estas zonas comuns, defendia-se a desobstrução da superfície, que aproveitava os avanços construtivos, e apostava-se na edificação em altura, que libertava a área inferior para a circulação e espaços públicos e/ou verdes. Apesar da crescente grandeza proporcional da nova cidade, o Modernismo reforçava a necessidade de pensar no bem-estar dos indivíduos e, portanto, atentava na estruturação e hierarquização viária, de modo a atingir a elegância compositiva entre a locomoção automóvel e o movimento pedestre. Essa ideia da hierarquia funcional da rede viária perpetua-se, pois é ainda hoje um factor preponderante no desenho do espaço urbano, tendo em conta a segurança dos seus utilizadores.

Neste frenesim de debate acerca do modo como a Arquitectura e o Urbanismo se relacionam directamente com os factores sociais, assim como com a economia e a política, tomam início os Congressos Internacionais da Arquitetura Moderna (CIAM), originalmente no francês *Congrès Internationaux d'Architecture Moderne*. O seu grupo constituinte entregou-se ao tema e apostavam na procura de um equilíbrio entre todos os elementos, que usufruísse ponderadamente da evolução decorrente da industrialização. A elaboração eficaz de projectos e a sua construção competente permitiriam uma rapidez construtiva, racionalizando e qualificando a habitação que, por ser em maior quantidade, acolheria um maior número de pessoas.

De todas as reuniões, destaca-se o IV Congresso (1933) que desencadeou a elaboração da Carta de Atenas - o manifesto urbanístico desenvolvido por Le Corbusier que enumerava os problemas da cidade contemporânea e as suas respectivas soluções; censurando o desenho urbano da época já que não respondia às necessidades do ser humano. Neste documento, a cidade era defendida como um espaço planeado de modo funcional, cujo solo urbano é público e comum, e que por esse motivo dedica-se

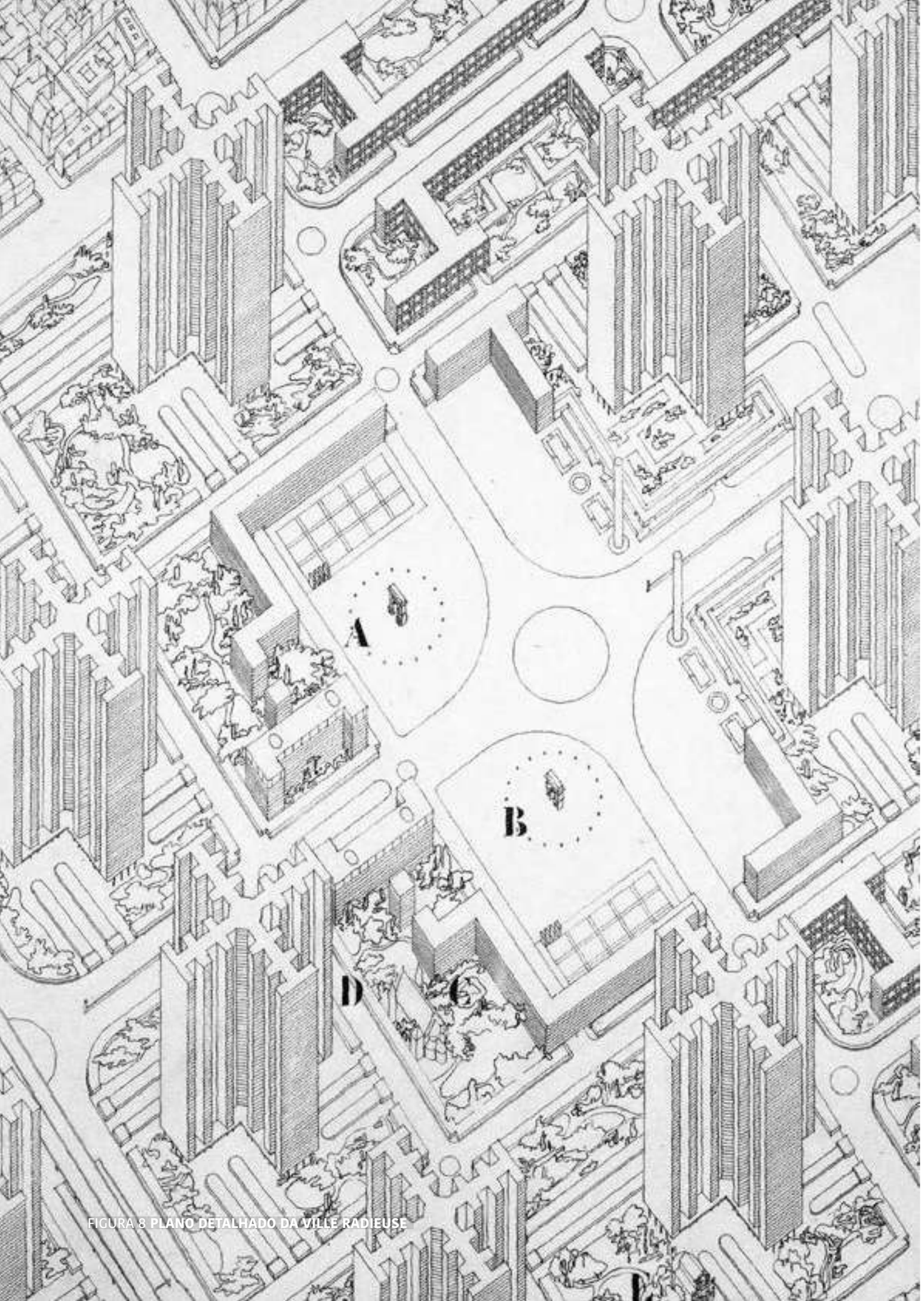


FIGURA 8 PLANO DETALHADO DA VILLE RADIEUSE

a responder aos problemas e necessidades dos cidadãos. Além disso, aponta as necessidades humanas como idênticas e que, portanto, poder-se-ia assumir que a solução urbanística teria um carácter universal.

> *«(...) e no seio de todas as culturas, o homem é, para Le Corbusier, definido "pela soma das constantes psicofilosóficas reconhecidas, inventariadas por gente competente (biólogos, médicos, físicos e químicos, sociólogos e poetas)". Essa imagem do homem-tipo inspira a Carta de Atenas, que analisa as necessidades humanas universais no quadro de quatro grandes funções: habitar, trabalhar, locomover-se, cultivar o corpo e o espírito.»*[15]

Esta ideia transformou-se numa concepção limitadora da arquitectura e do planeamento urbano, visto que o desenho funcional era rígido e a densidade urbana assumia um carácter estético, acompanhado de cinturas verdes, cuja simplicidade proporcionava um planeamento conciso, um tanto incompatível com a realidade. Uma ideia que se compreendia como polémica no mundo do Urbanismo, mas que almejava alcançar um sentido de ética global na área da Arquitectura. Desta maneira, esta teoria era tida como suportada em ideais utópicos, pois, apesar de bem intencionada, não se adaptava às realidades política e económica da sua actualidade.

> *«La ciudad de la arquitectura moderna (puede ser también llamada ciudad moderna) todavía no se ha construido. A pesar de toda la buena voluntad y las buenas intenciones de sus protagonistas, se ha mantenido o bien como un proyecto o bien como un aborto, y no parece que haya ninguna razón convincente para suponer que este estado de cosas vaya a sufrir modificación.»*[16]

Além do mais, a cidade moderna havia sido formalizada por partes, sem considerar o todo, proporcionando uma perda de significados e um desvanecer da harmonia urbana. Influenciados pelos ideais acima citados, mas procurando uma versão mais próxima à realidade, surgem

---

15 CHOAY, Françoise. *O Urbanismo*, página 21. Editora: Perspectiva S.A.; 1992, 3a edição.

16 ROWE, Colin; KOETER, Fred. *Ciudad collage*, página 9. Editora: GG Reprints, 2ª edição, 1998.



FIGURA 9 **PLAYGROUND DE ALDO VAN EYCK EM BERTELMANPLEIN, AMESTERDÃO, 1947**

novos pensamentos acerca do modo como relacionar Arquitectura e Sociedade e o seu meio, culminando na formação de novos grupos, como por exemplo o Team X. Este grupo formou-se após a dissolução dos CIAM e pretendia rever as suas ideias, aproveitando para vincar criticamente a sua oposição à visão funcionalista de parceria entre a Arquitectura e a tecnologia e ciência anteriormente defendida. Como resposta, avançaram com uma nova proposta ideológica, na qual não se procurava lançar uma teoria ou um estilo, mas uma nova maneira de projectar segundo uma Arquitectura humanista.

Aqui, a hierarquia funcional é sobreposta pela hierarquia das relações humanas e, por isso, a experiência social reintroduz-se na prática arquitectónica. Além disso, em projecto, o Team X considerava o atravessamento gradual entre as áreas privadas e o espaço público, de modo a melhorar a apropriação dos espaços colectivos, mas também na procura de segurança espacial e no fortalecimento de uma identidade, visto que evoca uma reminiscência da cidade tradicional a partir dos elementos inseridos e a maneira como são introduzidos. Ainda no processo projectual, no espaço público, as praças vêem-se como elementos agregadores da multiplicidade social, cujo objectivo primeiro é proporcionar uma zona de fruição colectiva, que se relacione com a escala humana, afastando do conceito de grande praça que acolhe os equipamentos públicos. Ainda sobre o pensamento progressista dos traçados das áreas públicas, assistia-se à procura de trajectos heterogéneos à cidade funcional instalada e, por essa razão, o modo de pensar o espaço público vê-se novamente transformado - neste processo, destacam-se nomes como Alison & Peter Smithson e Aldo van Eyck.



FIGURA 10 **SANTA MARIA MAIOR, LISBOA, EM CONDIÇÕES PRECÁRIAS**

01.2. A SITUAÇÃO PORTUGUESA

Até ao início do século XX, as terras lusitanas passavam por um período - tardio, em comparação com a restante Europa - de industrialização e adaptação à modernidade, em especial nas grandes cidades, como Lisboa e Porto. Nesta fase, *«(...) assistiu-se a uma nova forma de pensar e fazer cidade, relacionada com os ideais ilusionistas e racionalistas, que pretendiam reforçar os valores de higiene, de salubridade e de saúde pública»*[17]. Contudo, a disparidade económica das diferentes classes ganhou maior desproporção, na qual os espaços mais agradáveis eram *«(...) destinados a esta população endinheirada, com a multiplicação de espaços ajardinados, de contemplação, culturais, comerciais e monumentais (...)»*[18], que rotulavam os seus utilizadores da capacidade económica respectiva, conferindo aos espaços criados o carácter divisório de identificação e símbolo da sociedade que os frequentava. Face aos problemas assinalados, as cidades portuguesas começaram a expandir-se segundo um plano de urbanização que procurava responder à carência edificada, todavia sem esquecer de evidenciar o escalão social.

> *«Os novos bairros residenciais destinavam-se essencialmente à classe média e pequeno-burguesa, enquanto, para as classes populares, pouco se realizava por iniciativa privada. Com efeito, a cidade capitalista veio realçar a desigualdade no espaço urbano, em particular a desigualdade espacial, criando bairros diferenciados pelo valor do metro quadrado.»*[19]

Por esta razão, mesmo com os esforços para higienizar as cidades, ainda se recorria irremediavelmente às construções informais que mantinham a insalubridade malquerida. Como a Arquitectura e o Urbanismo não carregavam até este tempo uma preocupação social equitativa, a dessemelhança manteve-se.

> *«O baixo padrão construtivo e espacial imposto na concretização destas habitações - desprovidas de água quente e revestidas com paredes simples de tijolo - ajudou a provocar a sua precoce degradação. No princípio dos anos setenta as condições habita-*

---

17 ANTUNES, Gonçalo. Políticas de Habitação - 200 anos ; página 28; Editora: Caleidoscópio; 2018.

18 Ibidem.

19 Ibidem; página 33.



FIGURA 11 **PLANO DE URBANIZAÇAO - ZONA SUL DA AVENIDA ALFERES MALHEIRO. NO TEMPO DA DITADURA**

cionais dos edifícios dos bairros do Plano de Melhoramentos já estavam muito longe de ser perfeitas.»[20]

Reconhecendo as necessidades vividas, iniciou-se a construção de bairros económicos, que ganharam rapidamente preponderância no desenho da cidade. Sucede-se que a designação bairro adquiriu uma conotação negativa associada às condições de índole precária e à falta de qualidade do habitar, cujo preconceito se apoiava também na debilidade dos espaços públicos exteriores, que resultavam do desenho aleatório do vazio das construções habitacionais e, por esse motivo, tornavam-se residuais. Desta forma, ao invés de transmitirem a sensação de limpeza pretendida, *«(…) eram pequenos aglomerados informais e insalubres, em que o bem-estar dos residentes não era a preocupação base»*[21]. É neste clima de insatisfação social que o direito a uma qualidade de vida melhor começa a ser reivindicado e os bairros, cuja construção já havia começado, vêem-se terminados. No entanto, nas grandes cidades, o crescimento incontrolável da população continuava e a disparidade crescente entre o pobre e o rico preocupava pelo facto de estar a fragmentar cada vez mais a sociedade. Em sequência, foram estabelecidos planos progressistas que definiam os requisitos mínimos a serem cumpridos aquando a edificação de complexos residenciais económicos.

Face a este alastramento descontrolado das construções informais e da consequente degradação das condições habitacionais, o poder português tanto as reprimia - expropriando os terrenos onde estas habitações se situavam -, como avançava com a demolição dos edifícios que não cumprissem as regras de salubridade. Em simultâneo, foram implementadas novamente um conjunto de regras a cumprir na construção de novos complexos residenciais, que garantissem as condições básicas de higiene. Infelizmente, neste panorama, as propostas interventivas em Portugal não acompanhavam a evolução dos desenvolvimentos europeus e as instabilidades económica, política e social vividas na época são apontadas como a justificação do impasse evolutivo a nível nacional. No entanto, o motivo não é completamente válido se se pensar que vários países da Europa Central encontravam-se destruídos, após a Grande Guerra, e revela-

20 BANDEIRINHA, José António. O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974; página 99. Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

21 ANTUNES, Gonçalo. Políticas de Habitação - 200 anos ; página 69; Editora: Caleidoscópio; 2018.



FIGURA 12 **UMA *ILHA* DO PORTO. IMAGEM DA DENSIFICAÇÃO DO CONSTRUÍDO DA ERA INDUSTRIALIZADA**

ram-se vanguardistas relativamente à habitação económica[22]. A título de exemplo, apresentam-se *«(...) os conjuntos urbanos delineados em Berlim ou Frankfurt, na transição entre as décadas de 1920 e 1930, [que] apenas viriam a ser "replicados" em Lisboa no final da década de 1940 (...)»*[23]. Contudo, o cenário português reverte com a Revolução dos Cravos, que marca a transição da crença social, relativamente à igualdade de acesso às boas condições de vida, assim como aos serviços e comércios. Por conseguinte, o país sofre uma evolução e transforma, quer a consciência dos seus cidadãos, quer as suas experiências diárias; quer a imagem transparecida para o exterior, que não era mais de ruralidade, mas de urbanidade.

> *«E por outro lado aquilo que foi a recepção destas transformações na rua, na sociedade, nos cafés, nas praças, nas cidades. Nas cidades sobretudo, porque nas cidades foi uma afirmação de um país que era visto como rural, (...). Começa-se a afirmar como país urbano. A Revolução foi urbana! (...) essa urbanidade surpreendeu tudo e todos.»*[24]

Por esta altura, para agravar a situação vivenciada, verificava-se a descolonização portuguesa de África e a avalanche de "Retornados" agravou ainda mais a crise habitacional. Assim, a partir desta data, embarca-se numa nova missão e verificam-se várias propostas interventivas de construção social que visavam responder democraticamente às necessidades habitacionais da época.

> *«Momentos de um processo criativo de participação aconteceram em Portugal, depois do 25 de Abril. (...) Não creio distorcer a realidade, ao afirmar que esse período criativo participado, de exteriorização da cidade escondida, num percurso da casa pobre ao Plano, quase não tem seguimento; e que se volta a privilegiar a dócil e atrasada importação de modelos, incluindo os mascarados de irreverência.»*[25]

---

22 Antunes, 2018.

23 ANTUNES, Gonçalo. Políticas de Habitação - 200 anos; página 178; Editora: Caleidoscópio; 2018.

24 BANDEIRINHA, António José. *A arquitectura e o 25 de Abril: conversa com António José Bandeirinha*; Minuto 1; Entrevista gravada em vídeo de 2016 por Niche G.; *https://arqmultimedia.cd25a.uc.pt/en/mmcs/1380*

25 SIZA VIERIA, Álvaro. *O 25 de Abril e a transformação da cidade*, página 39. Revista críticas das ciências sociais, 18, 18, 20, pp. 37-40.



A 13 LUTA PELA IGUALDADE DE CLASSES EM PORTUGAL. "ABAIXO A REACÇÃO. VIVA A CLASSE OPERÁRIA"

01.2.1. ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO EM PORTUGAL

PROJECTO SAAL

Esta data revolucionária exigiu novas medidas e, por isso, visando ajudar os mais desfavorecidos, foi necessário integrar no poder estatal indivíduos capazes de lidar com as questões da habitação social - *«E agora é uma afirmação não pela representação do poder, mas pelas possibilidades de entre-cruzar o poder com a sociedade. E Nuno Portas é a personagem ideal para ser escolhida para esta situação»*[26]. Neste seguimento, Nuno Portas foi eleito Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo do I Governo Provisório de Portugal e inaugura, em Julho de 1974, o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), cujo princípio base era apoiar os moradores com baixos recursos económicos na aquisição de habitação salubre. Até então, verificava-se já esta ambição de oferecer condições mínimas de higiene à classe baixa, todavia as convicções haviam sofrido alterações gigantescas e, agora, o utente tinha também a sua voz.

> O SAAL apoiava-se na relação triangular entre Estado - Morador - Arquitecto, *«(...) triângulo que tem os moradores carenciados, que tem o Estado, porque ele não abdica desse papel financiador e apelativo do Estado - é o Estado que promove - e os Arquitectos na outra ponta. É um triângulo muito interessante que tem esta capacidade de, por um lado, ser aberto, mas por outro lado não ter muita rigidez, de ser um triângulo equilátero.»*[27]

Alicerçava-se também em duas regras novas, que representavam, efectivamente, a crescente relevância da participação dos moradores na elaboração do projecto de Arquitectura.

> *«[Nuno Portas] considerava que tinha havido, com o SAAL, uma aproximação entre o arquitecto e o utente, muito por intermédio dos estudantes, que tinham estado no terreno, e que a população, de um modo geral, tinha aceitado facilmente o papel dos projectistas na sua especificidade técnica.»*[28]

---

26 BANDEIRINHA, António José. *A arquitectura e o 25 de Abril: conversa com António José Bandeirinha*; Minuto 12; Entrevista gravada em vídeo de 2016 por Niche G.; *https://arqmultimedia.cd25a.uc.pt/en/mmcs/1380*

27 Ibidem; minuto 14.

28 BANDEIRINHA, José António. O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974; página 222. Publicado por Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.



FIGURA 14 **BAIRRO DA BOUÇA, PORTO**

Enunciando as duas regras: na primeira, recorre-se à participação social na resolução dos problemas da habitação e, na segunda, de forma a agregar a sociedade, os complexos habitacionais para as classes trabalhadoras tinham o direito a apropriar espaços urbanos valiosos, que até então lhes eram inacessíveis - sejam estes próximos ao centro urbano, ou numa zona de fácil acesso ao mesmo. No entanto, o projecto SAAL, antes de apostar na construção de raiz, procurava usufruir da reabilitação do bairro sempre que possível, de modo a evitar intervenções abstratas e especulativas, relacionando o projecto com a memória adjacente ao complexo habitacional pré-existente[29]. Neste âmbito participativo, as Associações de Moradores tomaram um papel preponderante nestas conversas com o Arquitecto.

> *«(...) o trabalho com a população excluía naturalmente os técnicos que não tivesse uma posição de classe definida, uma vez que o seu papel era o de incentivar a discussaõ sobre a função da casa, sobre as relações orgânicas entre as suas partes, sobre o significado dos espaços colectivos, sobre os equipamentos e sobre a influência da distribuição espacial na vida familiar e comunitária.»*[30]

Além da inovação na habitação económica, os anos 70 marcaram-se igualmente pelo debate acerca do Espaço Público Urbano e que repercussões o seu vínculo com a Arquitectura poderia ter na imagem da cidade. Para Nuno Portas, se outrora os espaços internos eram compreendidos como a inspiração para a criação dos modos de habitar, tinha chegado a altura de tecer uma relação com as disciplinas que desvendam a complexidade da sociedade humana e usar o Homem como alento da Arquitectura. Deste modo, havia chegado a época que permitia testar novas concepções, cujos actores seriam tanto o espaço interno como o espaço público, relacionando a nova construção com a sua envolvente, sendo que nenhuma das partes faria por sobressair, mas ambas procurariam coexistir harmoniosamente.[31] Então, entende-se que se avançava segundo uma lógica de combinar a Arquitectura com o seu redor e espaço público,

---

29 Bandeirinha, 2016.

30 BANDEIRINHA, José António. O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974; página 224. Publicado por Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

31 Portas, 2007.

de forma a se *«fazer cidade»*[32]. A rua, o passeio, o quarteirão emergiam enquanto elementos constituintes desta imagem da cidade, que, como afirma Paul-Henry Chombart de Lauwe, na construção do novo espaço urbano, a formalização da Arquitectura deixava de ser pensada *pour eux* (para eles), mas *avec eux* (com eles) e *par eux*[33] (para eles).

> *«Os elementos móveis de uma cidade, (...) as pessoas e as suas actividades, são tão importantes como as suas partes físicas e imóveis. Não somos apenas observadores (...), mas sim uma parte activa dele, participando com os outros num mesmo palco.»*[34]

Em suma, o Espaço Público e a Arquitectura vinculam-se e a tensão entre o exterior e o interior toma preponderância, reflectindo-se não só no modo como o Homem vive individualmente, mas também como coabita na sociedade diversa.

> *«Há qualquer coisa de especial na arquitectura (...). A tensão entre interior e exterior. (...) Estar dentro e estar fora. Fantástico. (...) Desenrola-se então o jogo entre o indivíduo e o público, entre a privacidade e o público. É com isto que a arquitectura trabalha.»*[35]

FIGURA 15 **BAIRRO DE S. VICTOR, PORTO**

32 PORTAS, Nuno. *A cidade como Arquitectura*; página 13. Livros Horizonte; 2007.

33 Expressão de Paul-Henry Chombart de Lauwe, utilizada no livro de José António Bandeirinha: *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, na página 30.

34 LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*; páginas 11 e 12. Editora: Edições 70, Lisboa.

35 ZUMTHOR, Peter; *Atmosferas*; página 46; Editorial Gustavo Gili, GG; 2009.



FIGURA 16 **BAIRRO DO LAGARTEIRO, PORTO**

IBC INICIATIVA BAIRROS CRÍTICOS

Ainda no âmbito dos programas de preocupação habitacional, foi apresentada a Iniciativa Bairros Críticos, em 2005. Tendo em conta o seu carácter experimental, o potencial deste programa foi verificado em somente três bairros: Cova de Moura - Amadora, Lagarteiro - Porto e Vale da Amoreira - Moura[36].

Em cada caso de estudo foram reconhecidas as suas particularidades a tem em conta na hora da elaboração projectual, todavia havia sido também reconhecido um conjunto de semelhanças que permitiram traçar um grupo de princípios orientadores de todas as propostas de intervenção, entre os quais deter uma consideração de base socio-territorial no raciocínio de projecto; o impacto estrutural das intervenções teria que repercutir os seus efeitos a longo prazo, assim como apresentar uma durabilidade e sustentabilidade; além disso, os actores locais deveriam apresentar um papel preponderante na elaboração do projecto.

Compreende-se, portanto, que o IBC emprega um novo conceito que implica a reabilitação dos bairros, que atentava ao impacto da intervenção com a envolvente urbana e que se preocupava igualmente em potenciar uma coesão social entre residentes através da participação dos mesmos no processo criativo. Assim, a partir da identificação dos problemas com os principais usuários do bairro e posterior colaboração no reconhecimento de estratégias, potencia-se a coexistência e apreço pelo novo bairro, que incitarão a uma maior manutenção do espaço não só individual, mas também colectivo[37].

> *«A reabilitação urbana surge associada a várias intervenções, como foi o caso da Iniciativa Bairros Críticos, criada em 2005, com o objectivo de estimular e testar novas soluções institucionais, procedimentais e tecnológicas em termos da conceção, implementação e avaliação da ação pública em áreas urbanas críticas.»*[38]

---

36 Sousa, 2008.

37 Sousa, 2008.

38 CARDOSO, Francielli; RODRIGUES, Pedro; XEREZ, Romana; *A política de habitação em Portugal de 2002 a 2017: Programas, políticas públicas implementadas e instituições envolvidas*; página 488; in *HABITAÇÃO CEM ANOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM PORTUGAL 1918-2018*; Universidade de Lisboa, 2018.



FIGURAS 17 E 18 **HABITAÇÃO SOCIAL DO PER EM VILA NOVA DA TELHA, MAIA, POR JOÃO ÁLVARO ROCHA ARQUITECTOS, S.A.**

PER PROGRAMA ESPECIAL DE REALOJAMENTO

Ainda no âmbito dos programas de apoio à habitação económica, apresentou-se em 1993 o Programa Especial de Realojamento (PER), que procurava proporcionar o apoio financeiro necessário para a elaboração ou requalificação de construções, incitando ao realojamento de múltiplas famílias que habitavam, até então, em condições de precariedade incompatíveis com a qualidade mínima de vida. Este programa focou-se maioritariamente nas grandes metrópoles - Lisboa e Porto, visto que era nestas áreas que se concentrava o maior número de construções informais ou insalúbres. No ano de 2003, o programa foi repensado e começou-se a reflectir numa relação entre a problemática da reabilitação urbana e o realojamento passou a ser ponderada, no momento de realizar um projecto de intervenção. Em meados dos anos 90, apesar das intervenções se concentrarem nas duas cidades acima referidas, começa a crescer um desígnio geral de terminar com os problemas da habitação a uma escala nacional. Assim, o impacto deste programa revelou-se ainda maior e esta década mostrou-se revolucionária no tema da habitação pública.

Todavia, alguns dos projectos construídos no âmbito do PER foram alvo de críticas, após um debate sobre o tema, dado que se notava uma centralização e agregação intensa dos bairros, além de se apontar negativamente o desprovimento de espaços públicos; e um fraco acesso a redes de transportes e a equipamentos colectivos. Assim, apesar do esforço para oferecer melhores condições para o habitar, na vivência do dia-a-dia experimentava-se uma insuficiência de utilidades necessárias ao quotidiano, devida à fraca relação do espaço habitacional construído com a restante envolvente. Para além disso, a grande parte dos projectos sofreram um atraso na sua concepção e, em 2017, ainda havia cerca de 50 mil famílias a viver em barracas informais, à espera da conclusão do programa.

Apesar deste apontamento crítico, o PER é ainda hoje compreendido como um dos programas mais importantes relativos à questão da habitação, empregue em Portugal. Isto porque viabilizou a construção de variados complexos residenciais por todo o território português, que procuravam proporcionar uma nova e melhor qualidade de vida, assim como integrar os respectivos moradores na vida social da cidade.

FIGURA 19 **BAIRRO SOCIAL DA BOAVISTA DO PROHABITA, OLHEIROS, TORRES VEDRAS**

PROHABITA PROGRAMA DE FINANCIAMENTO PARA ACESSO À HABITAÇÃO

Ainda no âmbito dos programas de apoio à habitação, em 2004, apresentou-se outro projecto denomidade PROHABITA, que regulava o financiamento proporcionado, após a elaboração de um protocolos entre o Instituto Nacional de Habitação (INH - que mais tarde foi renomeado como IHRU IP - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P) e os Municípios, para investir na habitação, de forma a mitigar a insalubridade residencial e a escasses habitacional a nível nacional.

Para além disto, os projectos elaborados no PROHABITA acreditam no favorecimento da reabilitação, em detrimento da nova construção. Sendo assim, marcou-se aqui uma mudança de pensamento que apostava na requalificação do existente devoluto, para realojar as famílias carenciadas.

Um exemplo integrado no PROHABITA é o projecto do Bairro Social da Boavista, em Olheiros (Torres Vedras), com uma área de intervenção de cerca de 4.740m^2, 2013. A operação tinha por objectivo intervir holisticamente no espaço do complexo residencial e, por esse motivo, a intervenção engloba uma melhoria interior aos edifícios, assim como à sua fachada e envolvente. Além disso, foi realizada uma melhoria energética das habitações, a partir da instalação de um sistema solar térmico de aquecimento de águas. Quanto ao espaço público, este passou por uma reabilitação urbanística, que inclui uma nova área desportiva ao ar livre, uma zona de estar e lazer e um espaço verde, que completaram o já realizado projecto das hortas comunitárias.

Mais tarde, o PROHABITA foi substituído por outros dois programas, que procuram de igual modo combater a carência habitacional e os problemas graves de informalidade e insalubridade nas residências. Estes dois programas são o 1º Direito[39] e o Porta de Entrada[40].

---

39 *«O Programa assenta numa dinâmica promocional predominantemente dirigida à reabilitação do edificado e ao arrendamento. Aposta também em abordagens integradas e participativas que promovam a inclusão social e territorial (...).»* - citação de *www.portaldahabitacao.pt/1.%C2%BA-direito.*

40 *«O Porta de Entrada aplica-se às situações de necessidade de alojamento urgente de pessoas que se vejam privadas (...) da habitação ou do local onde mantinham a sua residência permanente ou que estejam em risco iminente de ficar nessa situação, em resultado de acontecimento imprevisível ou excecional.»* - retirada de *www.portaldahabitacao.pt/porta-de-entrada.*



FIGURA 20 **CORVIALE "IL SERPENTONE"*, ROMA**

CAPÍTULO 02. **O ESPAÇO PÚBLICO NA CONTEMPORANEIDADE**

Após a Revolução Industrial, quando a cidade começa a crescer desconfiguradamente, aparecem de modo descontrolado edifícios de escritórios, centros comerciais e teatros nos centros citadinos; os aeroportos, estádios surgem também na nova urbe industrializada; as ruas, avenidas, auto-estradas rasgam a malha anterior. Assim, a cidade invadida começa a perder os seus significados, pois, numa relação de opostos, quanto mais dela se transforma, menos dela se mantém e as suas características suprimem-se. A sociedade laboral passou a viver numa cidade controladora da relação Espaço-Tempo e o espaço público torna-se num impasse temporal, que se pretende unicamente passageiro. A cidade difunde-se em aglomerados de cheios que se conectam via automóvel e o restante perde a sua identidade e torna-se num resíduo antipatizado[41].

Para Lippolis[42], a nova cidade retrata a quebra com o passado histórico e nega as relações sociais que outrora eram proporcionadas. O aglomerado de espaços anónimos cria uma monotonia urbana e apaga a imagem da cidade, enfraquecendo a sua identidade e *«A questão da demolição é posta, em primeira mão, não tanto sob o ponto de vista da eliminação de um espaço urbano, mas da eliminação de um espaço da memória»*[43].

---

41 Lippolis, 2016.

42 Lippolis, 2016.

43 BANDEIRINHA, José António. O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974; página 37. Publicado por Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

***** Corviale, Roma, Itália ("il Serpentone"). O Corviale é um complexo habitacional, de 1972 que, devido ao seu estado de degradação e precariedade, se tornou num símbolo da degradação periférica da capital italiana. Primeiro, objectivava quebrar com a ideia de que os bairros periféricos eram desprovidos de serviços ou comércio ("os bairros dormitório"), portanto tanto o edifício como o espaço público incluíam áreas de estar colectivas. No entanto, estas zonas foram invadidas e apropriadas informalmente pelos habitantes, o que desencadeou uma degradação do edificado. Mais tarde, houve o desígnio de requalificar o seu espaço público, para estimular o seu uso, que pretendia introduzir novos usos. Todavia, esta intervenção não foi realizada na sua totalidade, devido a um conjunto de impedimentos e, por isso, mostrou-se falhada. Assim sendo, um espaço público com potencial para ser palco de trocas sociais mostra-se, até hoje, inutilizado e anónimo aos demais, já que a fraca oferta programática é desencorajadora, não cativa o interesse individual da sociedade laboral, o que causa uma desertificação geradora de um ambiente inseguro e desconvidativo à sua fruição.



FIGURA 21 **REPRESENTAÇÃO DO MEDO NO ESPAÇO PÚBLICO. O ESCURO E O DESCONHECIDO**

Recorre-se aos vestígios históricos como comprovação do passado cultural e social da cidade, acreditando que *«A arquitetura nos conecta com os mortos; por meio dos prédios conseguimos umaginar o alvoroço da cidade medieval e visualizar a procissão solene que se aproxima da catedral. O tempo da arquitectura é um tempo sob custódia; nas melhores edificações, o tempo se mantém perfeitamente imóvel»*[44]. No entanto *«(...) não produz uma revitalização real da vida social dos centros das cidades (...), mas sim um misto de especulação turístico-comercial e de garantia da consciência social»*[45].

02.1. A INSEGURANÇA NO ESPAÇO PÚBLICO

A desocupação dos espaços pela sociedade desencadeou uma desertificação gradual dos espaços públicos. O despovoamento é dos principais motivos de desfiguração de uma área urbana e, em consequência, na insegurança transmitida pela zona desabitada. Esta sensação de desprezo sobre um lugar desencadeia, no inconsciente humano, a ideia de local indesejável - *«The street assumes the character of a deserted no-man's-land, where nobody wants to be»*[46]. Assim sendo, a fraca utilização destas zonas dará lugar ao vandalismo e ao crime, instaurando um clima de insegurança repulsivo. Uma vez que o medo está instalado, a população manter-se-á afastada do espaço em questão, completando o ciclo vicioso - no qual o abandono cria insegurança e, depois, o clima de periculosidade instiga à deserção contínua[47].

02.1.1. A PRIVATIZAÇÃO DOS ESPAÇOS

«Hence, if all urban space is more or less public (and all public space is more or less of or for private interests), what would be the specificity of what we conventionally call "public spaces"?»[48] A definição de Espaço Público não é

---

44 PALLASMAA, Juhani. *Os olhos da pele. A Arquitectura e os sentidos*; página 49. Editora Bookman, 2012.

45 LIPPOLIS, Leonardo. *Viagem aos confins da cidade*; página 72. Antígona Editores Refractários; 2016.

46 GEHL, Jan. *Life Between Buildings*, página 76. Editora: Island Press, Washington.

47 Gehl, 2011.

48 SOLÀ-MORALES, Manuel; *The impossible project of the public space*; publicado em https://www. publicspace.org/multimedia/-/post/the-impossible-project-of-public-space



FIGURA 22 CENTRAL PARK, NOVA IORQUE. IMAGEM DA PRIVATIZAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

consensual: alguns pesquisadores defendem a impossibilidade de controlo do acesso por parte de privados e que, por essa razão, serão espaços abertos à sociedade em geral. Outros teóricos, todavia, classificam um espaço como público a partir das suas características e não segundo o domínio da propriedade - isto é, um espaço de índole privada que possibilite a entrada livre dos habitantes considera-se, por isso mesmo, um espaço público. No entanto, uma área de índole pública, que não é acessível ao cidadão, não deve ser considerada um espaço público (Karaçor, 2016). Contudo, usufruindo das palavras de Franscesco Indovina (2002), nesta Dissertação, *«Pretende-se sublinhar que a alusão que se fará nesta relação não é ao espaço público no seu sentido mais restrito, mas sim àquele de uso público ainda que não estritamente público, ou seja, coloca-se, sobretudo, a atenção na função e menos na propriedade ou gestão»*[49].

Neste seguimento, o medo do crime e a necessidade de promover segurança ajudaram à privatização dos espaços públicos, uma vez que o controlo espacial era tido como a solução para esta questão[50].

> *«Frente a un cierto desentendimiento e incapacidad por parte de algunas ciudades para resolver sus problemas socioeconómicos y del bombardeo mediático sobre los peligros que suponen los espacios públicos, que se hallan ocupados por los "otros" que allí viven, venden o deambulan, la solución más rápida es decidir que es necesario practicar un cierto "higienismo social" para sanear la ciudad.»*[51]

Neste ponto de vista, a "mais-valia" dos espaços públicos de índole privada é a possibilidade de gerir o público-alvo. Todavia, esta convicção incita à segregação - a partir, por exemplo, da limitação do acesso a um grupo exclusivo da comunidade, ou restringindo a interacção social pelo limitar das liberdades individuais[52]. *«Together with these features, crowded traffic, business activity, anti-social behavior and crime, poor design, conflicting roles and privatization of the public realm are considered as*

---

49 INDOVINA, Francesco. *O Espaço Público: Tópicos sobre a sua Mudança*; página 119; in *Cidades - Comunidades e Território*, Dezembro 2002, nº5, pp. 119-123.

50 Karaçor, 2016.

51 BORJA, Jordi; MUXÍ, Zaida; El espacio público: ciudad y ciudadanía; página 70. Publicado en catalán por diputación de Barcelona, 2001. En castellano Ed. Electa, 2003.

52 Karaçor, 2016.



FIGURA 23 **PARC DE LA TÊTE D'OR*, LYON**

responsible for decrease of publicness»[53]. Nesta lógica, segundo Indovina[54], de forma a fazer cumprir as funções urbanas das áreas públicas, foram criados complexos cuja tarefa é proporcionar os serviços e comércios, outrora encontrados pela cidade (eixo horizontal), num edifício (eixo vertical) de uma maneira mais concentrada e segura: como os centros comerciais, que além disso proporcionam ainda zonas de estar, brincar e lazer interiores. No entanto, acrescenta que *«Assegurar a satisfação de uma procura crescente pelos espaços de uso público fora de qualquer determinante pública, só pode constituir um dos factores, nem mesmo o menos relevante, do declínio da urbanidade.»*[55]

Na questão da privatização, Serpa[56] refere ainda a privatização das ruas e acessos como motor do despovoamento dos espaços públicos, devido ao efeito de filtragem que proporciona. Assim, incentivados pelo desconvite de fruição das áreas exteriores, os habitantes restringem-se ao seu complexo residencial e, nos casos das habitações económicas, esta clausura incentivará à criminalidade, violência e drogas. Acrescenta ainda que as ruas que não foram privatizadas foram rasgadas pelas vias automóveis, criando um conflito entre o viário e o pedestre. Assim sendo, os espaços públicos mostram uma decadência contínua.

No entanto, Serpa[57] afirma também que se verificam alguns espaços públicos que ainda se mantêm totalmente públicos, contudo a sua apropriação leva a percepcionar uma divisória invisível, àquilo que o autor refere como "territorialização do espaço", que se gera a partir dos diversos usos por partes dos variados grupos que o compõem - *«Na cidade*

---

53 KUTAY KARAÇOR, Elif. *Public vs Private: The Evaluation of Different Space Types in Terms of Publicness Dimension*; página 52. In *European Journal of Sustainable Development*, 2016; ISSN: 2239-5938, páginas 51-58.

54 Indovina, 2002.

55 INDOVINA, Francesco. *O Espaço Público: Tópicos sobre a sua Mudança*; página 123; in *Cidades - Comunidades e Território*, Dezembro 2002, nº5, pp. 119-123.

56 Serpa, 2007.

57 Serpa, 2007.

* O Parc de la Tête D'Or, em Lyon, nasce do pedido dos cidadãos que desejavam uma área natural na cidade, que fosse pública e acessível a todos. Os trabalhos começaram em 1856, dirigidos por dois arquitectos paisagistas franceses. Inicialmente, o Parc de la Tête d'Or não incluía quaisquer barreiras físicas ou limites que o fechasse e previa a livre circulação dos cidadãos a qualquer momento do dia. Mais tarde, considerou-se perigoso deixar o parque constantemente acessível, pelo que se decide, a 5 de Novembro de 1896, a construção de a uma vedação em betão, com um portão em ferro, para proteger o parque, que agora é um espaço público de entrada controlada.



FIGURA 24 **REPRESENTAÇÃO DA DIVERSIDADE CULTURAL NO ESPAÇO PÚBLICO**

contemporânea, toda cultura da exposição pública é também uma cultura do desengajamento, pois o espaço público "neutraliza-se" do interior, através da percepção simultânea e constante das diferenças (Joseph, 1998)»[58].

02.2. A MULTICULTURALIDADE QUE O COMPÕE

Nesta invasão urbana, não só decorreu a sobrepopulação, mas também a mistura cultural. Com o passar dos anos e posterior melhoria dos meios de transporte, as origens dos ocupantes da cidade deixava de ser uma só e a urbe encontrava-se (e ainda se encontra) num forte e constante processo de aculturação[59].

A coexistência e os modos de apropriação distintos construíram e moldaram a cidade em que hoje vivemos. Por este motivo, hoje presencia-se uma heterogeneidade do espaço urbano, justificada portanto pela diversidade cultural que o constrói. Estas particularidades étnicas sobrevivem à fugacidade da existência, a partir da transmissão diária familiar dos costumes e valores próprios, através dos ensinamentos, acções, gostos, objectos, entre outros[60].

No entanto, a relação Socidade-Cidade não é unidireccional, já que, não obstante à influência dos cidadãos sobre a área construída, também os ambientes edificados manipulam a forma como o comportamento individual se transforma, quer seja pela intimidação, quer pelo suporte proporcionado a qualquer acção[61].

> *«To know about people for design purposes means to understand their various characteristics, behaviors, wants, preferences and choices, lifestyles, ideals, imagens, social organization and so forth. Also imporant is knowing the constraints which can make identifying wants difficult. All of these require research-based knowledge. Onde also needs to know how environments affect*

---

58 SERPA, Angelo. *O espaço público na cidade contemporânea*; página 36; Editora Contexto; São Paulo; 2007.

59 **Aculturação** é o *«Fenómeno pelo qual um indivíduo ou um grupo humano de uma cultura definida entra em contacto permanente com uma cultura diferente e se adapta a ela ou dela retira elementos culturais.»* - significado da palavra "aculturação", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2020, *https://dicionario.priberam.org/acultura%C3%A7%C3%A3o*.

60 Rapoport, 2010.

61 Rapoport, 2010.

people, positively (supportive) or negatively (inhibiting) as well as the mechanisms involved.»[62]

É por esta razão que, na realização de um projecto, é imprescindível considerar um conjunto variado de aspectos, como as actividades de cada um no espaço colectivo.

Como afirma Serpa[63], *«Nos bairros populares das metrópoles capitalistas são os moradores os verdadeiros agentes de transformação do espaço. (...) Temos que diferenciar, por exemplo, os tópicos específicos dos jovens, das mulheres casadas, os tópicos dos homens adultos etc., em cada lugar concreto, e também diferenciar os tópicos das etnias, nas diversas formas em que podem se apresentar suas culturas e subculturas (Vilassante, 1996)»*[64].

Por isso, deve ser realizado um estudo teórico e uma pesquisa sustentada, que contribua para a elaboração de um rumo projectual no momento de elaborar um espaço. Contudo, a proposta final sofrerá ainda algumas alterações, tendo em conta os constrangimentos que surgirão no decorrer do processo e as apropriações posteriores[65].

*

FIGURA 25 **DIVERSIDADE POPULACIONAL NO ESPAÇO PÚBLICO. CASSIOBURY PARK, LONDRES**

62 RAPOPORT, Amos. *Designing for people*; página 6. in *Trialog 106 - Zeitschrift für das Planen und Bauen in der Dritten Welt*; Volume Editors: Kosta Mathéy, Silvia Matuk; 2010.

63 Serpa, 2007.

64 SERPA, Angelo. *O espaço público na cidade contemporânea*; página 151; Editora Contexto; São Paulo; 2007.

65 Rapoport, 2010.



FIGURA 26 **PARTE DA OBRA *INTERIOR OF A GIPSY'S HOUSE IN BRAZIL* POR JEAN-BAPTISTE DEBRET, 1820**

CAPÍTULO 03. **A COMUNIDADE ROMA**

03.1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A comunidade Roma[66], mais commumente apelidada de comunidade Cigana, na língua portuguesa, é de proveniência indiana e a sua língua original é o Romani. No geral, crescem em torno da própria história e ideologias específicas - como a forte valorização dos laços familiares -, assim como concentrados na própria cultura, língua, etnia e valores que foram passando entre gerações. Desde sempre, são vistos como uma comunidade nómada e sedentária, mas, na realidade, é preciso compreender a sua história para perceber o motivo destas características que toldam a opinião social acerca desta estirpe. Na verdade, os ciganos eram vistos como potenciais escravos e discriminados por causa do seu tom de pele escuro e esta marginalização obrigou à adopção de um nomadismo de sobrevivência, em busca de trabalho noutros países, que nunca vieram a encontrar devido à hostilidade global para com este povo.

> *«A quase totalidade dos entrevistados apontaram as características físicas como o fator de identificação do cigana mais superficial e imediato. Nas representações dos entrevistados, o cigano identifica-se fundamentalmente como um indivíduo que se diferencia da restante população pela cor escura da pele e dos cabelos e pela sua fisionomia.»*[67]

Assim, tornou-se num hábito a deslocação constante entre vários lugares e, pela falta de oportunidade, o sedentarismo instaurou-se, o que se transformou num mau hábito para os sucessores. Apesar de alguns países impedirem a concentração da comunidade Roma nos seus territó-

---

66 A palavra Cigano refere a comunidade Roma - que deriva da palavra singular *rom*, que significa *homem*. Este povo nómada é de origem indiana e falam o *Romani*, língua original do noroeste do subcontinente indiano e, por este motivo, são designanados de *roma*.

67 AFONSO, Joana; ANTUNES, Margarida Salgueiro; ANTUNES, Maria José Lobo; CASTRO, Alexandra; DUARTE, Isabel; SOUSA, Mafalda; *Coexistência Inter-étnica, espaços e representações sociais: Os ciganos vistos pelos outros*; página 101. Editora: Alto comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, Agosto 2005.



FIGURA 27 **A COMUNIDADE CIGANA NUM CAMPO DE CONCENTRAÇÃO NAZI NO PERÍODO DA SEGUNDA GUERRA**

rios, outros permitiram-na, porém obrigando ao cumprimento de certas regras que oprimiam a cultura cigana - como a obrigação à aprendizagem e adopção da língua oficial do país e adaptação dos costumes, caso contrário seriam expulsos. Por esta razão, viram-se forçados a abandonar o nomadismo e parte da sua identidade. Dentro deste tópico relativo ao ajustamento cultural, evidenciam-se as comunidades Roma emigradas para a Europa do Ocidente, que se moldaram segundo o lema do nomadismo de serviço, isto é, uma combinação entre um modo de vida estabilizado num lugar e o estilo itinerante, no qual os elementos ainda nómadas sobrevivem graças aos recursos fornecidos pelos familiares consolidados. Além disso, esta forma de viver e o trabalho como vendedores ambulantes evidenciam-se em alguns dos bens adquiridos pela comunidade cigana, pois a deslocação constante da parte nómada obriga à aquisição de carros e carrinhas, que repercute depois no espaço público do lugar onde habitam - pois enquanto não realizam a sua actividade laboral, assiste-se à concentração automóvel no bairro.

> *«Para além da representação negativa das formas de apropriação dos espaços pelos ciganos (...), podemos ainda constatar que a imagem associada aos espaços onde os ciganos acampam é, também ela, negativa.»*[68]

03.1.1. A CHEGADA A PORTUGAL E A OPRESSÃO SOFRIDA

«Queyxa-sse Luys Teyxeira,
tem já mil concrusões postas,
que lhe tiraram das costas
estas peles de toupeyra.
Nam ssabe per que maneira
lhe fizeram tal enguano;
diz c'ou ele foy Çiguano,
ou muy fina feyticeira.»[69]

---

68 AFONSO, Joana; ANTUNES, Margarida Salgueiro; ANTUNES, Maria José Lobo; CASTRO, Alexandra; DUARTE, Isabel; SOUSA, Mafalda; *Coexistência Inter-étnica, espaços e representações sociais: Os ciganos vistos pelos outros*; página 75. Editora: Alto comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, Agosto 2005.

69 Poema *«As Martas de D. Jerónimo»*, de Luis da Silveira (1510) - encontrado em *http://www.benficanet.com/ciganiada/seleta-sobre-ciganos.php*



FIGURA 28 **O ESPAÇO PÚBLICO APROPRIADO POR UMA COMUNIDADE CIGANA PORTUGUESA**

É necessário, agora, compreender a chegada da comunidade cigana a Portugal e neste poema de 1510, entitulado «*As Martas de D. Jerónimo*» de Luis da Silveira, encontra-se o primeiro registo da sua presença nas terras lusitanas. Desde então, verifica-se uma imensidão de leis estatais que objectivavam erradicar a sua presença, camufladas na imposição discriminatória de um conjunto de parâmetros a cumprir, para legislar a sua permanência, e na violência praticada para com os ciganos. Como agravante, em 1592, Filipe I de Portugal instaura a pena de morte para a comunidade Roma que não abandonasse o país.

Esta exclusão agressiva acalmou aos olhos da lei com a Carta Constitucional de 1822, que afirmava como portugueses todos os seres humanos nascidos em Portugal, independentemente da descendência. Contudo, a segregação continuou, destacando-se a violência policial excessiva para com estes. O 25 de Abril de 1974 também marcou uma mudança de pensamento neste aspecto, visto que, à posteriori, a polícia passou a ser repreendida pelo abuso da força que se sustentasse na divergência racial, étnica, religiosa, entre outros. Todavia, apesar da igualdade legislativa, a comunidade cigana é, até aos dias de hoje, alvo de exclusão social[70].

> Isto porque *«Nem mesmo com a implantação do regime democrático do pós 25 de Abril a situação se alterou (...), já que (...) os ciganos continuam a ser encarados com desconfiança e ansiedade e a despertar medo e insegurança»*[71].

A segregação toma lugar pela dificuldade em aceitar o diferente e, de facto, a comunidade cigana é muito diversa da cultura portuguesa e este aspecto propicia um choque de culturas. Até mesmo o quotidiano diverge, pois, a título de exemplo, a festa cigana toma proporções distintas das celebrações portuguesas, sendo percepcionada de uma maneira mais banal que aquela considerada pertinente na cultura portuguesa, seja pela duração, seja pelo ruído causado. Além do mais, também questões como as noções de higiene são díspares - *«Porque têm hábitos diferentes, (…) houve uma altura que chegaram a matar ali [quarteirão central] um porco.»*[72] - e os limites do espaço individual também diferem entre todos.

---

70 Silva, 2014.

71 SILVA, Manuel Carlos; e Colaboradores/as. *Sina Social Cigana: História, Comunidades, Representações e Instituições*; página 68. 1ª edição. Editor: Fernando Mão de Ferro - Editora Colibri, Lisboa, 2014.

72 AFONSO, Joana; ANTUNES, Margarida Salgueiro; ANTUNES, Maria José Lobo; CASTRO, Alexandra; DUARTE, Isabel; SOUSA, Mafalda; *Coexistência Inter-étni-*



FIGURA 29 **RUA DE UM ACAMPAMENTO DE UMA COMUNIDADE CIGANA EM AVEIRO**

«(...) em termos históricos e políticos, desde sempre, as autoridades e as próprias leis tentaram impedir e/ou proibir a prática dos seus hábitos, obrigaram à sedentarização e tentaram igualá-los aos restantes habitantes. Todas as soluções foram tentadas pelo Estado e todas fracassaram, inclusive a condenação à morte. O fracasso destas políticas estatais é bem visível nas sucessivas renovações legislativas, publicadas ao longo dos vários séculos e que se prolongaram até aos nossos dias: "A 'questão cigana' continua por resolver."»[73]

03.2. A APROPRIAÇÃO DOS SEUS ESPAÇOS E DO ESPAÇO DE TODOS

De facto, é complicado fazer coexistir harmoniosamente duas culturas diferentes, quando, relativamente à comunidade Roma, na sua maioria, *«As representações sobre a apropriação do espaço por parte da comunidade cigana organizam-se em torno da ideia de transgressão, pelo facto dos ciganos ignorarem todas as regras de apropriação dos espaços públicos»*[74]. São as singularidades culturais que criam este choque, especialmente na ausência de um desenho do espaço público, pois não há limites visíveis para a apropriação informal por parte de todos. Assim, a partir do momento em que este limite se esvanece, a noção de limite individual assume um papel preponderante na coexistência, visto que determina, no consciente de cada um, até onde se pode avançar na apropriação informal do espaço. Tendo em conta o modo de fruição distintos entre ciganos e não-ciganos, o confronto cultural *«(...) traduz-se na constatação de dois aspectos fundamentais: a sua* [dos ciganos] *extrema visibilidade nos espaços públicos e o seu auto-centramento na apropriação do espaço»*[75].

É importante reflectir que nem toda a comunidade cigana apresenta as mesmas maneiras de ocupação dos espaços públicos e, por isso, produz-se uma análise generalizada dos usos dos mesmos. Contudo, nor-

---

ca, espaços e representações sociais: Os ciganos vistos pelos outros; página 59. Editora: Alto comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, Agosto 2005.

73 SILVA, Manuel Carlos; e Colaboradores/as. *Sina Social Cigana: História, Comunidades, Representações e Instituições*; página 67. 1ª edição. Editor: Fernando Mão de Ferro - Editora Colibri, Lisboa, 2014.

74 CASTRO, Alexandra. *Espaços Públicos: Coexistência Social e Civilidade: Contributos para uma Reflexão sobre os Espaços Públicos Urbanos*; página 59. I*n Cidades - Comunidades e Territórios*; Dezembro 2002; pp. 53-67.

75 Ibidem.



FIGURA 30 **APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO EM CASAMENTO CIGANO. TARASCON, FRANÇA, 1953**

malmente, esta é a ideia popularizada, potenciada pelo preconceito, o que desencadeia *«O sentimento generalizado (…) da impossibilidade de uma coexistência harmoniosa, na medida em que a inscrição no espaço (…) revela a fuga ao cumprimento das normas de utilização do espaço por parte da comunidade cigana»*[76]. Nesta lógica, percebe-se que não se deve confiar na mistura cultural como promotor infalível das trocas sociais, pois o confronto não é mecanismo suficiente para desenvolver uma convivência entre os grupos da sociedade. Aliás, por vezes, o convívio forçado evidencia mais ainda as dessemelhanças, aumentando o preconceito entre as estirpes, isto porque o modo como certa cultura se comporta num espaço público, mesmo que aja de forma inconsciente, pode ser uma acção invasiva para o próximo - *«É perante esta "incapacidade" de se interpretarem as intenções dos outros que se gera o sentimento de insegurança e algumas das dificuldades de coexistência de grupos sociais muito heterogéneos»*[77]. Por este motivo, na elaboração projectual de um espaço público, que almeja agregar culturas distintas, é fundamental compreender as rotinas e como estes se conectam ou se diferenciam, para conceber uma área capaz de reconhecer os momentos em que os grupos podem agir em conformidade, ou identificar aqueles em que deve ocorrer a separação dos mesmos[78]. Deste modo, emerge a necessidade de entender de que forma os momentos e/ou rituais da comunidade cigana se fazem exprimir no bairro.

Primeiro, é importante relembrar que, devido aos numerosos agregados familiares comuns das comunidades Roma, a mulher costuma assumir o papel de doméstica para tomar conta dos seus filhos, e a criança toma um papel preponderante na família desde a sua nascença. Assim, não obstante a mudança de pensamento que as gerações ciganas mais novas têm vindo a defender no que concerne estes ideais ciganos, uma grande facção da comunidade despende ainda hoje a maior parte do seu tempo no seu lar. Por conseguinte, a casa assume uma relevância enorme no quotidiano cigano, quer pela imagem de família, quer pela ideia de

---

76 AFONSO, Joana; ANTUNES, Margarida Salgueiro; ANTUNES, Maria José Lobo; CASTRO, Alexandra; DUARTE, Isabel; SOUSA, Mafalda; *Coexistência Inter-étnica, espaços e representações sociais: Os ciganos vistos pelos outros*; página 96. Editora: Alto comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, Agosto 2005.

77 CASTRO, Alexandra. *Espaços Públicos: Coexistência Social e Civilidade: Contributos para uma Reflexão sobre os Espaços Públicos Urbanos*; página 59. I*n Cidades - Comunidades e Territórios*; Dezembro 2002; pp. 53-67.

78 Castro, 2002.



FIGURA 31 **APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO**

protecção que transmite, sem porém obliterar o papel do espaço público como o prolongamento do espaço doméstico, no sentido em que usufruem dele para várias actividades diárias, como estender a roupa, área de parque infantil, convívio intra-comunidade, entre outros, mas em especial aquela apropriação realizada pelos mais novos[79].

É aqui que o problema emerge, visto que *«(...) o confronto com os ciganos (...) traduz-se na constatação de dois aspectos fundamentais: a sua extrema visibilidade nos espaços públicos e o seu auto-centramento na apropriação do espaço»*[80], porque, por vezes, a sua apropriação ultrapassa o limite do aceitável, transgredindo o espaço do outro - sendo que esta transgressão tende a piorar quanto menor for o desenho do espaço público[81]. Posto isto, percebe-se que a comunidade Roma olha para o espaço público como um prolongamento do seu espaço doméstico e usufrui do mesmo como tal. Por isso, tendo em mente que a falta de um desenho delimitador dos espaços potencia uma apropriação informal, e para alcançar uma fruição colectiva em simultâneo sem choque de culturas, é importante conferir um desenho espacial que indique o seu propósito. Este deve-lhes oferecer também a possibilidade de continuar a usufruir dessas áreas como um prolongamento da sua casa, para que não exista um choque entre os seus antigos e novos costumes, mas certificar-se que suaviza o choque com os outros usuários do espaço - *«De facto, o confronto cultural (materializado em diferentes modos de usar e estar no espaço) constituiu um momento fundamental na percepção dos limites das identidades sociais em co-presença»*[82].

*

79 Silva, 2014.

80 AFONSO, Joana; SALGUEIRO, Margarida; ANTUNES, Maria José Lobo; CASTRO, Alexandra; DUARTE, Isabel; SOUSA, Mafalda; *Os ciganos vistos pelos outros: Coexistência Inter-étnica em Espaços Urbanos*; página 83. in Cidades - Comunidades e Territórios, Junho 2001, nº2, pp. 73-84

81 Castro, *et al.*, 2001.

82 CASTRO, Alexandra. *Espaços Públicos: Coexistência Social e Civilidade: Contributos para uma Reflexão sobre os Espaços Públicos Urbanos*; página 59. I*n Cidades - Comunidades e Territórios*; Dezembro 2002; pp. 53-67.

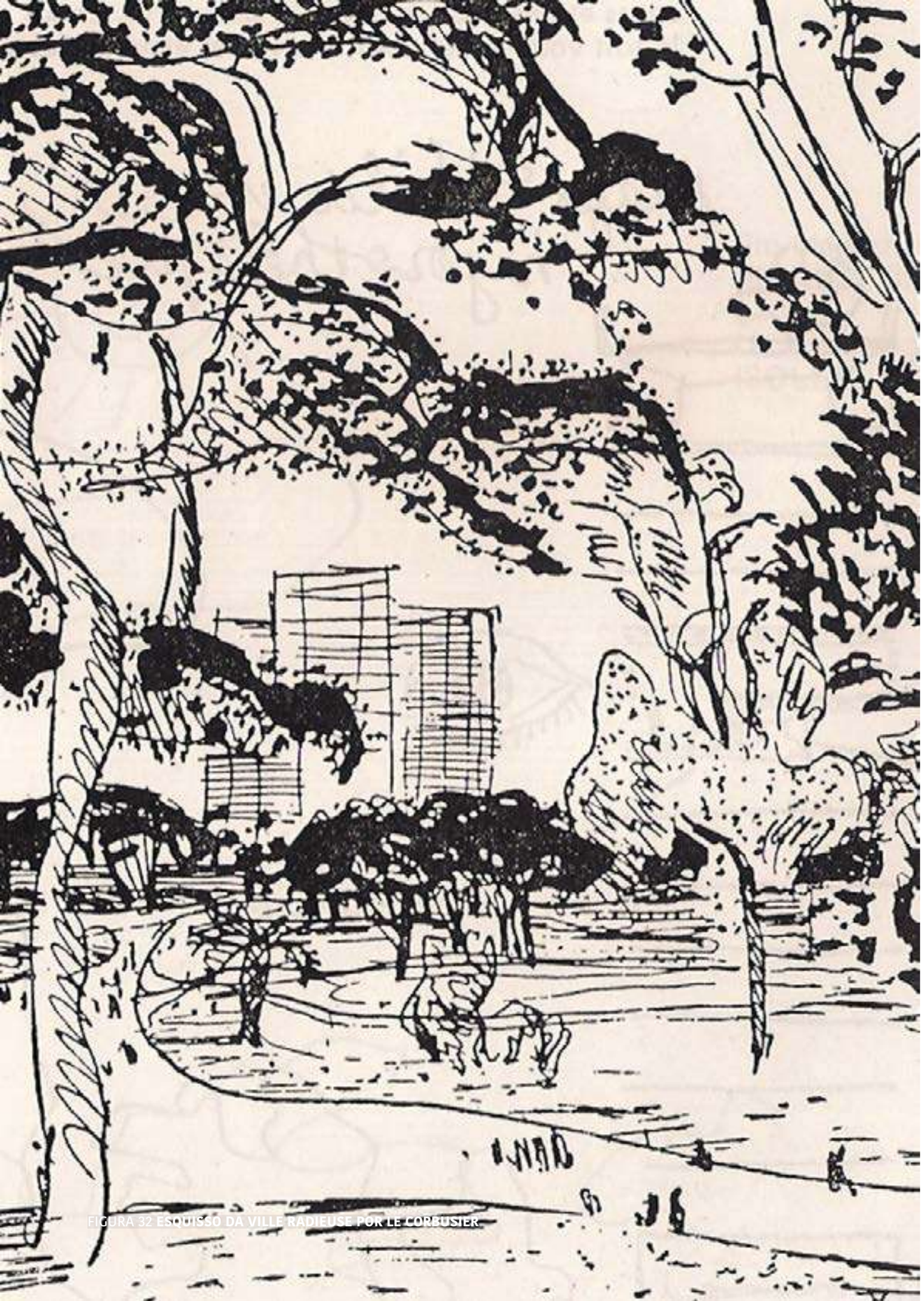


FIGURA 32 ESQUISSO DA VILLE RADIEUSE POR LE CORBUSIER

04. SÍNTESE A RETER

Na Parte 1, inicia-se por se contextualizar historicamente a época em que a Habitação Social aparece para responder às carências residenciais e, por isso, avança-se com uma contextualização que começa no período após a Revolução Industrial, visto ser o momento do *boom* urbano e consequente êxodo rural. Assim, as cidades sofreram um crescimento incontrolável e a habitação económica surge como uma resposta ao problema. O Arquitecto assume o papel de procurar oferecer condições salúbres de viver, sem obliterar a capacidade económica dos usuários. Nesta evolução urbana, o espaço público sofre uma metamorfose também, pois vê-se rasgado por vias automóvel e o sociedade laboral começa a percepcionar estes espaços como o excedente da cidade.

Desde então, o Arquitecto agarra-se a esta preocupação social e começam a surgir várias teorias sobre a relação entre a Arquitectura e a Sociedade, como por exemplo Morris que defendia uma visão extremista relativamente à produção mecanizada, afirmando que se deveria retornar à manufactura[1]. Mais tarde, surgem outras teorias, como a de Jacobs[2], que defende que o Arquitecto deve aliar-se aos moradores, através de conversas para conhecer as suas rotinas e necessidades, visto que, só deste modo, se pode alcançar uma simbiose processual e um resultado que agrade ambas as partes. Quem defendia igualmente esta premissa era Meyer que acreditava na Arquitectura apoiada numa consciência social ligada à consciência política, visando pôr termo na sociedade capitalista[3]. Deste modo, a teoria foi posta em prática e, pela Europa, surgem inúmeros projectos de Habitação Económica que procuram responder às carências habitacionais. Os complexos representavam não só o desígnio de acolher o maior número possível de moradores, mas o espaço exterior colectivo começava a ganhar destaque, visto que era projectado como um complemento dos blocos residênciais e do quotidiano dos moradores.

1 Montaner, 2017.
2 Jacobs, 2011.
3 Hays, 1999.

FIGURA 33 **BAIRRO DA MACEDA DO SAAL, CAMPANHÃ, PORTO**

A cidade transforma-se de uma forma fugaz e o planeamento urbano precisa controlar este crescimento, garantindo acesso a condições salúbres e higiénicas da habitação. Neste sentido, na era Moderna, tanto a Arquitectura como o Urbanismo eram percepecionados como uma prática relacionada com factores políticos e económicos, que promovessem um progresso social. Assim sendo, criticava-se a sociedade das aparências, que se evidenciava na época. Nesta lógica, Le Corbusier apresenta o manifesto Carta de Atenas (resultado do CIAM IV), que defendia uma cidade funcional, cujo espaço público era comum e que as necessidades humanas eram iguais e universais. Todavia, mais tarde, esta ideia mostrou-se limitadora, quer da Arquitectura, quer do Urbanismo, devido à sua rigidez e incompatibilidade com a realidade.

Posteriormente, após o fim dos CIAM, surgem os Team X que se apoiavam numa Arquitectura humanista, que valoriza as relações humanas em detrimento da hierarquia urbana funcional. Aqui, o espaço público assume a função de agregar a multiplicidade individual, ao invés de servir como área que acolhe equipamentos públicos. Alison & Peter Smithson e Aldo van Eyck são nomes representativos do pensamento vanguardista desta época, que queriam romper com a cidade funcional.

Neste mesmo período, Portugal apresentava um atraso relativamente aos países europeus e, tendo em conta que o objecto de estudo se localiza em Portugal, faz-se uma contextualização da questão habitacional em terras lusitanas. Aqui, a Arquitectura e o Urbanismo demoraram para carregar uma preocupação social e, apesar de promoverem requalificações de pré-existências, ou a construção de novos complexos - mais tarde, apelidados de *bairros* -, estas acções mostravam-se insuficientes e continuava-se a assistir ao aumento da informalidade. Além disso, essas novas construções, talvez devido ao regime político da época, procuravam evidenciar a sociedade capitalista que compunha a malha urbana. Por esta razão, a insalubridade estava longe do seu fim e, por consequência, os *bairros* arrecadaram uma conotação negativa, que carregam até hoje, ligada ao vandalismo e criminalidade. A Revolução dos Cravos foi o momento alavanca da mudança de pensamento e procurava-se, agora, uma solução democrática para a carência habitacional. Assim sendo, apresentam-se várias estratégias de intervenção como o projecto SAAL - que se mostrou um dos mais importantes, de impacto internacional -, ou ainda outros, como o PER, o IBC e o PROHABITA.



FIGURA 34 **ESPAÇO PÚBLICO DE TRANSIÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA FUGACIDADE**

Neste contexto do crescimento urbano, como se encaixa o espaço público na contemporaneidade? Para Lippolis[4], a sociedade laboral actual vive numa esfera controlada da relação Espaço-Tempo, onde o espaço público perde o seu significado e, assim, o antigo palco das trocas sociais difunde-se à medida que a cidade se difunde também e perde a sua identidade. Assim sendo, os espaços públicos vêem-se abandonados e essa desertificação suscita uma segurança no transeunte que, mais tarde, evitará qualquer contacto com os mesmos.

Desta forma, assitiu-se a uma constante privatização das áreas outrora públicas, de modo a controlar a entrada e a condicionar a liberdade individual nesses espaços. Portanto, consegue-se evitar conviver com aquilo que é considerado estranho. Todavia, esse "estranho" nem sempre nasce do medo ou infortúnio do crime e vandalismo, mas da diferença entre os indivíduos, fruto da multiculturalidade da sociedade actual, que é inegável e inerente ao crescimento urbano. Nesta lógica, o espaço público contemporâneo tem de responder às necessidades do variado grupo que o compõe e, por esse motivo, a cidade se mostra heterogénea, visto que os cidadãos o são também. No entanto, Rapoport[5] salienta que esta relação tem dupla direcção e o desenho urbano também pode influenciar ou inibir o comportamento social e, por isso, não pode esquecer que o certo de uns é o errado de outros.

Nesta perspectiva, avança-se com uma análise sobre apropriação cigana dos espaços públicos, visto que *a posteriori* o objecto de estudo desta Dissertação é composto por ciganos e não-ciganos e, portanto, procura-se perceber como os fazer coexistir. Assim, tendo em conta os seus costumes, entende-se que é atribuído um valor grande à casa, especialmente pela mulher - figura doméstica -, mas que o espaço público toma também preponderância já que é percepcionado como uma extensão do espaço doméstico e, por este motivo, transforma-se numa área onde convivem enquanto uma comunidade fechada sobre si mesma, devido ao preconceito sofrido.

---

4 Lippolis, 2016.
5 Rapoport, 2010.

PARTE 02.

Na procura de uma solução

01.

Olhar para os espaços públicos

02.

Na persuasão do comportamento social

03.

Na indução de segurança

04.

Eleição de projectos de referência

05.

Síntese a reter



FIGURA 35 **ACUMULAÇÃO DE LIXO NO ESPAÇO PÚBLICO**

CAPÍTULO 01. **OLHAR PARA OS ESPAÇOS PÚBLICOS**

«Os parque de bairro ou espaços similares são comumente considerados uma dádiva conferida à população carente das cidades»[83]. Devido a este seu potencial integrador e agregador, o Espaço Público é usualmente utilizado no planeamento urbano de um bairro económico, de modo a oferecer um lugar livre, que, se bem planeado, pode transformar-se num promotor económico e social daquela área. Contudo, na perspectiva de Jane Jacobs, apesar de crer na capacidade dos espaços públicos, reitera que *«(...) infelizmente poucos são assim»*[84]. Estes sofrem de reflexões acríticas acerca da utilização dos mesmos como solução primeira dos problemas dos bairros. Na verdade, as áreas livres já existem, todavia são inutilizadas normalmente pela falta de função, objectivo, provenientes da falta de planeamento e de manutenção. Portanto, questiona-se sobre o porquê de oferecer mais espaços públicos, se esses iriam provavelmente seguir o rumo dos já existentes, potenciando a criminalidade e insegurança. Desta forma, ao invés de acrescentar mais áreas colectivas, deve-se procurar dar novo uso aos espaços pré-existentes.

> Caso contrário, mantém-se o princípio alarmante, no qual *«Os parques impopulares preocupam não só pelo desperdício e pelas oportunidades perdidas que implicam, mas também pelos efeitos negativos constantes. Eles sofrem do mesmo problema das ruas sem olhos, e seus riscos espalham-se pela vizinhança, de modo que as ruas que os margeiam ganham fama de perigosas e evitadas»*[85].

Para encarar este problema, é necessário compreender que a segurança de um bairro é também transmitida pelo seu espaço público e existe uma relação directa entre o número de utilizadores de uma área pública e o grau de segurança da mesma, já que a animação presencial de indivíduos funciona por si só como um mecanismo de defesa, no qual se percepciona uma protecção mútua[86]. Além disso, as actividades exteriores e as áreas de repouso revelam-se igualmente importantes na redução de violência[87].

---

83 JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*; página 97. Editora WMF Martins Fontes; Edição 3, 2011.

84 Ibidem.

85 Ibidem; página 103.

86 Jacobs, 2011.

87 Newman, 1996.



FIGURA 36 **RUA MARGINALIZADA E DETERIORADA EM KÜÇÜK CADDESI, TURQUIA**

> *«In Defensible Space Oscar Newman presents comprehensive documentation that further emphasizes the importance of street activities, of resting opportunities immediately in front of dwellings, and of good opportunities for looking out at pubic spaces, in reducing crime and vandalism in a given area.»*[88]

Nesta linha de pensamento, não se deve acreditar no sucesso de um espaço público apenas pela sua criação e desenvolvimento, pois um planeamento acrítico pode culminar no efeito oposto ao pretendido. Por isso, aquando a realização de um projecto de espaço público urbano, deve-se procurar elaborar áreas que originem vida pública e trocas sociais. Para além disso, um espaço público consegue ser bem sucedido se almejar cumprir unicamente a sua função como espaço público, sem o sobrecarregar com vontades extraordinárias - *«Os parques urbanos não são abstrações ou repositórios automáticos de virtudes ou avanços(…)»*[89].

Esta é a base do potencial dos espaços públicos, como elementos de ligação, protecção e convívio, nos quais *«Os que têm sucesso nunca funcionam como barreira ou obstáculo ao funcionamento complexo da cidade que os rodeia. Ao contrário, ajudam a alinhavar as actividades vizinhas diversificadas, proporcionando-lhes um local de confluência agradável; (…)»*[90]. Além disso, também no momento de projectar, deve-se reflectir sobre a complexidade de actividades que se pretendem oferecer e qual a multiplicidade de pessoas que se procura receber, para se definir uma centralidade - *«Talvez o elemento mais importante da complexidade seja a centralidade. Os parques pequenos e bons geralmente têm um lugar reconhecido por outros como sendo o centro - no mínimo um cruzamento principal e ponto de parada, num local de destaque»*[91]. Isto posto, o espaço público deve acolher o vasto corpo social que compõe a sociedade de hoje em dia, sem diferenciar pelo género, religião, etnia, capacidade monetária, permitindo a todos os indivíduos a sua utilização sem qualquer restrição[92].

---

88 GEHL, Jan. *Life Between Buildings*, página 171. Editora: Island Press, Washington, 2011.

89 JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*; página 121. Editora WMF Martins Fontes; Edição 3, 2011.

90 Ibidem; página 110.

91 Ibidem; página 114.

92 Jacobs, 2011.

FIGURA 37 **COMMON-UNITY, MÉXICO, 2015. ESPAÇO PÚBLICO QUE RESPONDE ÀS NECESSIDADES DOS USUÁRIOS**

Em suma, quando se pondera a elaboração de um espaço público, o seu propósito deve ser claro, sem procurar responder a irrealidades, atentando à relação entre a diversidade de usos e a multiplicidade de utentes, que incitará à manutenção e que poderá até promover a economia local. O mutualismo entre a boa qualidade das áreas livres e o número significativo de pessoas que usufruem delas terminará com a sensação de vazio, insegurança e perigo. Assim, *«Os parques genéricos podem ser, e na verdade são, um chamariz a mais nos bairros que as pessoas consideram atraentes pela grande variedade de outros usos»*[93]. Para além disso, além de se avançar com uma intervenção programática, é de igual forma necessário compreender de que maneira esse mesmo programa e as respectivas actividades influenciam a utilização diária. Sendo assim, por último, quando se reflecte sobre a persuasão do comportamento social, deve-se começar por reflectir acerca das actividades que ocorrem no espaço público.

*

93 JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*; página 121. Editora WMF Martins Fontes; Edição 3, 2011.



FIGURA 38 **PROJECTO AMENIDADES URBANAS SETOR ESPORTIVO POR RICARDO SANZ SOSA E RODRIGO MARÍN BRICEÑO**

CAPÍTULO 02. **NA PERSUASÃO DO COMPORTAMENTO SOCIAL**

02.1. AS ACTIVIDADES NO ESPAÇO PÚBLICO

Antes de mais, entenda-se, nesta Dissertação, o Espaço Público como o Cenário do Quotidiano que dá lugar a um conjunto diverso de actividades diárias promotoras de interacção social, cuja espacialidade permite fortalecer as relações dentro do bairro e do bairro com a sua envolvente próxima. O espaço público permite quer a realização de actividades exteriores individuais, quer de actividades colectivas; contudo, na presença de um desenho favorável às mesmas, o individualismo pode ser conduzido à acção em colectividade, visto que o desenho urbano das áreas públicas influencia directamente o comportamento humano (Blaut, 1999). Deste modo, o desenho do Espaço Público pode potenciar a integração e consistência social - *«Public spaces should play an important role in the outdoor activities of urban residents and contribute to strengthning social interactions between citizens»*[94].

Acerca destas actividades exteriores, Jan Gehl divide-as em três grupos: actividades necessárias, actividades opcionais e actividades sociais - *«(...) necessary activities, optional activities, and social cohesion»*[95]. As **actividades necessárias** são aquelas que são obrigatórias ao indivíduo que as realiza e, portanto, acontecem em todas as circunstâncias; fala-se da deslocação para o local de trabalho, supermercado, instalações de saúde. Pode-se afirmar que são unicamente influenciadas pela estrutura de responsabilidades social e laboral obrigatórias, logo irão tomar lugar, independentemente da qualidade do desenho do espaço exterior urbano - *«The participants have no choice»*[96].

As **actividades opcionais** são, como o nome indica, facultativas e o participante toma a iniciativa de as realizar. Deste modo, pode-se considerar que as actividades opcionais são influenciadas pelas boas con-

---

94 KUTAY KARAÇOR, Elif. *Public vs Private: The Evaluation of Different Space Types in Terms of Publicness Dimension*; página 53. In *European Journal of Sustainable Development*, 2016; ISSN: 2239-5938, páginas 51-58.

95 GEHL, Jan. *Life Between Buildings*, página 9. Editora: Island Press, Washington.

96 Ibidem.



FIGURA 39 **PROJECTO AMENIDADES URBANAS SETOR ESPORTIVO POR RICARDO SANZ SOSA E RODRIGO MARÍN BRICEÑO**

dições climatéricas, assim como potencializadas pela qualidade do espaço exterior. Assim, na presença de um área externa de fraca qualidade, as actividades necessárias irão forçosamente decorrer, mas as actividades opcionais mostrar-se-ão esporádicas. Não obstante, se as áreas exteriores apresentarem grande qualidade, além das actividades necessárias se manterem, as actividades opcionais ocorrerão com maior frequência - *«In a good environment, a completely differente, broad spectrum of human activities is possible»*[97].

Neste sentido, as **actividades sociais** (ou **resultantes**) são apresentadas como o resultado das interacções sociais desencadeadas pelas outras duas actividades. Como necessitam da presença de outros no espaço público, dependem da sua qualidade projectual, pois quanto mais convidativo este for, maior será o número de indivíduos que permanecerá nele - ou seja, haverá uma maior susceptibilidade para acontecerem as trocas sociais que melhorará a relação na comunidade - *«Social activities occur spontaneously, as a direct consequence of people moving about and being in the same spaces»*[98].

Nesta relação entre a qualidade do espaço público e a realização de actividades exteriores, consegue-se concluir que, quando a qualidade das áreas públicas é boa, as actividades opcionais ocorrem com maior frequência, como se percebe no gráfico apresenta a seguir. Como consequência, o número de actividades sociais aumenta significativamente[99] (Gehl, 2011) - *«Activities give a reason to people for come to a place - and return»*[100]. Todavia, além desta qualidade estética das áreas exteriores promover as actividades mencionadas, o programa variado incentiva igualmente a uma maior afluência por parte dos indivíduos, assim como a variedade dos usos sugestiona a fruição de um espaço público. Assim, é preciso reflectir acerca da vitalidade e diversidade no espaço público.

---

97 GEHL, Jan. *Life Between Buildings*, página 9. Editora: Island Press, Washington.

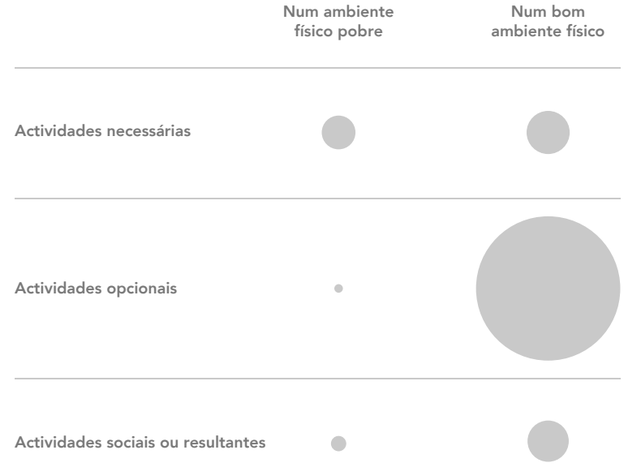
98 GEHL, Jan. *Life Between Buildings*, página 12. Editora: Island Press, Washington.

99 Gehl, 2011.

100 KUTAY KARAÇOR, Elif. *Public vs Private: The Evaluation of Different Space Types in Terms of Publicness Dimension*; página 53. In *European Journal of Sustainable Development*, 2016; ISSN: 2239-5938, páginas 51-58.



FIGURA 40 **APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO EM LISBOA, TERREIRO DO PAÇO**



02.2. A VITALIDADE E A DIVERSIDADE

Para Montgomery[101], as actividades são o produto de dois conceitos separados, mas relacionados: a vitalidade e a diversidade. Sobre a vitalidade, afirma que é a prova do sucesso de uma área urbana, pois reflecte o número de pessoas que a utilizam independentemente da hora do dia, desde apropriações informais do espaço até eventos culturais organizados - *«Indeed, successful places appear to have their own pulse or rhythm, a life force or élan vital»*[102]. Contrariamente, Gehl afirma que é mais importante o tempo que um indivíduo permanece no espaço exterior do que a quantidade de pessoas que o utiliza. Na sua perspectiva, é mais relevante a permanência de dois indivíduos por um maior período, que um grande grupo com passagem breve - *«It is not the number of people or events, but rather the number of minutes spent outdoors that is important»*[103]. Neste tópico ainda, Lynch muda o panorama e afirma que as actividades exteriores são o produto de uma cidade vital, capaz de satisfazer as necessidades dos habitantes num clima de segurança - *«An environment is a good habitat if it supports the health and biological well-functioning of the individual and the survival of the species»*[104].

101 Montgomery, 1998.

102 MONTGOMERY, John. *Making a city: Urbanity, vitality and urban design*; página 97. In Journal of Urban Design, 3(1), 93-Studies, 46(11), 2463-2490; 1998.

103 GEHL, Jan. *Life Between Buildings*, página 77. Editora: Island Press, Washington.

104 LYNCH, Kevin. *A Theory of Good City Form*; página 121. Editora: The Massachusetts Institute of Technology, 1981.



FIGURA 41 **DIVERSIDADE DE USOS NA PIAZZA DELLE ERBE, PADOVA, ITÁLIA**

Relativamente à diversidade espacial, esta engloba um conjunto vasto de aspectos, como a variedade do uso do solo, a oferta de espaços de lazer ao ar livre ou culturais, assim como o grau de inovação da Arquitectura que rodeia o espaço público, de modo a rejeitar uma monotonia do entorno. Esta multiplicidade de usos de um espaço permitirá juntar no mesmo lugar o grupo complexo que compõe a sociedade diversa e convidará os mesmos a permanecer e regressar[105]. Em adição a esta lógica, além das múltiplas actividades e usos do espaço, a diversidade também é composta pela multiplicidade social que compõe a cidade. A mistura das partes, que vivem numa mudança contínua conjunta, precisam de encontrar o seu equilíbrio, de modo a alcançar uma diversidade balançada - *«They are not equal or repetitive, but are diverse, and support each other in their diversity»*[106]. Assim, no meio construído, deve-se aplicar o princípio da "diversidade que apoia a diversidade", olhando para um projecto como um conjunto de múltiplas funções inter-relacionadas, mesmo que independentes[107].

> *«Above all, perhaps, it is this holistic view which is the most important contribution of organiz theory: the habit of looking at a settlement as a whole of many functions, whose diverse elements (even if not strictly separable) are in constant and supportive interchange, and where process and form are indivisible.»*[108]

No entanto, cada indivíduo percepciona a diversidade de modo diverso e, portanto, a percepção do que é similar ou distinto varia entre a própria sociedade. De um modo abstracto, classifica-se o diverso a partir do momento que se reconhece a importância da variedade[109]. Portanto, a compreensão do espaço público irá diferenciar dependendo daquilo que o campo visual do usuário consegue captar e precisa-se reconhecer que, além da diversidade influir no comportamento social, também irá repercutir na indução de segurança da respectiva área urbana.

---

105 Montgomery, 1998.

106 LYNCH, Kevin; *A Theory of a Good City Form*; página 91. Editora: The Massachusetts Institute of Technology, 1981.

107 Lynch, 1981.

108 LYNCH, Kevin; *A Theory of a Good City Form*; página 98. Editora: The Massachusetts Institute of Technology, 1981.

109 Lynch, 1981.



FIGURA 42 **A ESCURIDÃO E O FRACO CAMPO DE VISÃO NO ESPAÇO PÚBLICO**

CAPÍTULO 03. **NA INDUÇÃO DE SEGURANÇA**

03.1. A VISÃO SOBRE UM ESPAÇO PÚBLICO

«A imagem de um bom ambiente dá, a quem a possui, um sentido importante de segurança emocional»[110].

A visão constante sobre a área pública - não só na questão da luz, mas no alcance visual - ajuda a imprimir num espaço um carácter de seguro. Quando um espaço público transparece confiança e segurança para os seus utilizadores, torna-se propício a uma maior afluência, favorecendo as trocas sociais. Segundo Lynch[111], os sentidos são um meio de compreensão do grau de periculosidade espacial, visto que permitem reconhecer a área a partir de uma recolha sensorial. No entanto, este ponto de vista absoluto pode ser considerado demasiado romântico, assim como subjectivo sobre a questão da segurança, afinal a compreensão da qualidade urbana vai além dos atributos físicos do espaço captados pelos sentidos, visto que as dimensões social, psicológica e cultural da área são mais importantes que quaisquer outros aspectos[112] - *«In doing so, they rely on their senses to tell them whether a place feels safe, comfortable, vibrant, quiet or threatening. This is the romantic subjective view of urban design»*[113].

No entanto, relativamente à visão, é indiscutível que a variação do panorama de um espaço público obriga, de facto, a um esforço maior pelos seus utilizadores para apreender cada segmento captado e que, apesar de todos os sentidos serem elementos-chave para a compreensão das áreas exteriores, é este que permite entender as formas do espaço e as suas dimensões. Além disso, é o sentido com uma área de função maior, pois permite visualizar elementos cujo som já é inatingível ao ser humano. Assim, na presença de uma multiplicidade espacial, o estímulo visual será intensificado e a chance de haver uma fruição mais agradável de uma

---

110 LYNCH, Kevin. *A Imagem da Cidade*; página 14. Editora: Edições 70, Lisboa, 1982.

111 Lynch, 1982.

112 Montgomery, 1998.

113 MONTGOMERY, John. *Making a city: Urbanity, vitality and urban design*; página 95. In Journal of Urban Design, 3(1), 93-Studies, 46(11), 2463-2490; 1998.

FIGURA 43 **PRAÇA BELLECOUR, LYON. PRAÇA DE GRANDE ESCALA, MAS COM OS SEUS LIMITES BEM DEFINIDOS**

área comum aumenta. No entanto, também tem limitações e, por esse motivo, se define o Campo Social da Visão (*"The Social Field of Vision"*) - no qual, quanto maior a distância, menor o detalhe apreendido. É para fortalecer esta debilidade que se auxilia dos restantes sentidos, quando possível, de forma a proporcionar uma recepção intensificada e o mais completa da envolvente[114]. Entende-se, portanto, que os sentidos coadjuvam na constatação espacial e é esta verificação da extensão - que aglomera diferentes propriedades físicas, mas também apropriações informais da sociedade complexa -, que consegue imprimir (ou retrair) num espaço público a sensação de segurança.

Nesta linha de raciocínio, num espaço público de menor escala, haverá uma sensação de maior acolhimento, visto que se pode fazer uma leitura sensorial mais detalhada da área e, portanto, possibilita-se uma relação de proximidade com o espaço urbano intensificada e uma consequente familiaridade do mesmo que denota segurança. Pelo contrário, quanto maior for a escala de um espaço público, mais impessoal ele será para o usuário. Ou seja, um espaço público deve procurar estabelecer uma relação com os indivíduos, lembrando a escala humana, independentemente da área do terreno intervencionado. Ainda acerca das funções do campo visual, este deve também ser capaz de reconhecer o limite do espaço público em questão, de forma a contribuir para a formação de uma identidade, sem contudo ser elemento divisório da envolvente. É neste momento que se procura compreender a tenuidade do limite.

03.2. A TENUIDADE DO LIMITE

O limite é outro factor relacionado com a problemática da segurança e estimulação à presença num espaço, visto que tanto pode cumprir o papel unicamente divisório da identidade estética da área, como também a pode manipular com a brutalidade da sua realização e transformar-se num obstáculo invisível, mas de forte presença. Se o limite for um factor segregador, essa separação desencadeará a inutilização do espaço pelos vizinhos, propiciando a insegurança.

---

114 Gehl, 2011.



FIGURA 44 **BAIRRO PADRE CRUZ, LISBOA. DISTINÇÃO ENTRE O BAIRRO E A SUA ENVOLVENTE. ESPAÇO PÚBLICO UNO**

Portanto, *«Por alto, parece que temos algumas metas simples: tentar dar segurança às ruas em que o espaço público seja inequivocamente público, fisicamente distinto do espaço privado e daquilo que nem espaço é, de modo que a área que necessita de vigilância tenha limites claros e praticáveis; e assegurar que haja olhos atentos voltados para esses espaços públicos (...).»*[115]

Para Lynch, *«Enquanto a continuidade e a visibilidade são cruciais, os limites não devem ser, necessariamente, impenetráveis. Muitos limites são mais uma costura de união do que propriamente uma barreira isoladora e é interessante estudar as diferenças de tais efeitos»*[116]. Para o sucesso de um espaço público, torna-se importante configurá-lo como permeável e unido à malha urbana circundante, sem construir um obstáculo limitativo. No entanto, o limite deve ser reconhecido, de modo a se conseguir atribuir um início e um fim ao espaço - e, portanto, reconhecer-lhe uma identidade -, mostrando que é distinto do seu vizinho, mesmo que apresente um sentido de continuidade[117], que se pode fazer marcar pela inserção de elementos pontuais no desenho urbano, ao longo do cenário do quotidiano, e que assegura a identificação da mudança de plano ao entrar no espaço público principal.

Esta harmonia do desenho do espaço permitirá a coexistência dos diversos indivíduos de uma mesma sociedade complexa, cujo limite baliza a sua individualidade adjacente, mas incita à entrada e sua fruição. Numa analogia com a rua, percebe-se que um elemento pode delimitar o espaço e, simultaneamente, estabelecer a comunicação com o mesmo - *«Os limites são também, por vezes, ruas. Onde isto acontecia e onde o observador vulgar não era impedido de circular na via (...)»*[118]. Nesse sentido, compreende-se que o limite é a própria relação com a envolvente. Contudo, evoca-se o carácter delicado da rua, pois, por vezes, na verificação de pouca visibilidade, transforma-se numa rua desabitada; ou num beco indesejado, criando momentos urbanos carentes de vida.

---

115 JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*; página 37. Editora WMF Martins Fontes; Edição 3, 2011.

116 LYNCH, Kevin. *A Imagem da Cidade*; página 75. Editora: Edições 70, Lisboa, 1982.

117 Lynch, 1982.

118 LYNCH, Kevin. *A Imagem da Cidade*; página 75. Editora: Edições 70, Lisboa, 1982.



FIGURA 45 **BAIRRO PADRE CRUZ, LISBOA. TRANSIÇÃO ENTRE PÚBLICO E PRIVADO ATRAVÉS DE ZONAS DE ENTRADA**

Além do limite do espaço público com a envolvente, como no caso de um bairro residencial, existe igualmente o limite entre o espaço público e o doméstico, cujo desenho do mesmo permite oferecer um clima de segurança maior à zona de habitação privada - recorrendo a elementos paisagísticos, desenho de chão, entre outros -, identificando o espaço destinado a cada utilizador, proporcionando uma distinção evidente entre o público e o doméstico.

03.3. ENTRE O PÚBLICO E O DOMÉSTICO

«There are two dimensions of safety and security: actual and perceived. The actual dimension refers to the risk of becoming a victim, and the perceived dimension refers to people's perception of insecurity through the lens of fear and anxiety. In many cases, urban dynamics and characteristics have an influence on whether a city has high levels of crime and violence.»[119]

Neste contexto, além da criminalidade factual, existe a percepção de insegurança que um espaço transmite. Antes de uma área se tornar susceptível a agressões e/ou assaltos, ela normalmente apresenta um desenho que por si só propicia o medo e, por esse motivo, há a tendência em transformar-se numa área deserta. Deste modo, torna-se importante a realização de um desenho urbano que, a partir da percepção irreflectida, permita ao inconsciente humano sentir que um espaço é seguro. Acrescentando à importância do planeamento urbano, Oscar Newman[120] defende que a própria forma física da habitação tem um papel preponderante no modo como a segurança se reflecte no espaço público.

> *«Although the socioeconomic characteristics of the residents exert a strong influence on crime rate, the physical characteristics of the buildings and the project can exert a counteracting influence. The physical form of residential environment can, in fact, ameliorate the effect of many of the problem (...).»*[121]

---

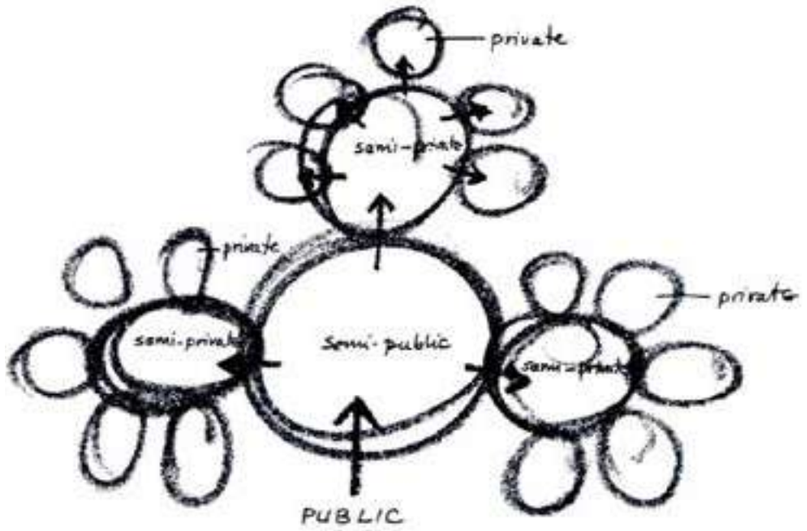
119 *https://unhabitat.org/sites/default/files/2020/03/un_systemwide_guidelines_on_safer_cities_and_human_settlements.pdf*; página 10.

120 Newman, 1996.

121 NEWMAN, Óscar. *Defensible Space*, página 21. U.S. Department of Housing and Urban Development Office of Policy Development and Research, 1996.

FIGURA 46 **BAIRRO DA BOAVISTA, LISBOA. TRANSIÇÃO ENTRE PÚBLICO E PRIVADO ATRAVÉS DE ZONAS DE ENTRADA**

Neste sentido, Newman apresenta o seguinte gráfico[122] que representa as transições a considerar entre a área comum pública e o espaço privado construído, que irão criar gradualmente uma atmosfera reservada. A passagem progressiva é como uma protecção invisível entre o público e o privado, que transmite despertença aos indivíduos estranhos, resultando no auto-desconvite à entrada nos espaços semi-privados, que se convertem numa zona de selecção natural, no qual o forasteiro é reconhecido e, por esse motivo, a sua deslocação submete-se ao percurso meramente público, assegurando a segurança do espaço doméstico.



Permanecendo nesta lógica, Netto[123] apoia o estabelecimento de uma estrutura física dos espaços, afirmando que *«Para o arquiteto o problema que se coloca aqui, de modo específico, é o de saber como, numa dada cultura, se percebe um Espaço como sendo Privado e como se percebe um outro Espaço como sendo Comum, i.e., quais os limites de um e outro, até que ponto um espaço pode ser estendido sem se ferir os Espaços Privados, até que ponto estes aceitam e permitem aqueles.»*[124]

122 Retirado do livro *Life Between Buildings* de Jan Gehl.

123 Netto, 1979.

124 NETTO, J. Teixieria Coelho. *A construção do sentido na arquitetura*, página 38, 1979.



FIGURA 47 **ESPAÇO PÚBLICO DO BAIRRO DA BOUÇA MOSTRA-SE SEMI-PRIVADO, APESAR DE NÃO TER UMA DIVISÓRIA**

Assim como a sociedade usufrui de uma subdivisão categórica e a Arquitectura tira proveito da hierarquização espacial para uma melhor utilização das divisões, o desenho urbano do espaço público ganha com a classificação dos diferentes momentos, desde o espaço público, ao semi-público e ao privado. Esta categorização espacial transitória será acompanhada do factor privacidade, visto que o encurtar gradual dos acessos até à zona privada da habitação levará a uma escolha natural por parte dos transeuntes de desviar da área a que não pertencem. Nesta relação directa entre Arquitectura e Espaço Público, a residência fica segura dos olhos alheios, enquanto que o espaço público acolherá a sociedade diversa - *«The public spaces in the residential group are, it is true, publicly accessible, but have - because of close connection to a limited number os residences - a semipublic character»*[125]. Contudo, mais importante que o afunilamento até ao espaço doméstico é a protecção da rua, pois esta melhorará, obliquamente, a segurança dos complexos habitacionais[126].

> *«Au lieu de se concentrer sur la protection du domaine privé, on doit élargir le débat aux mesures permettant de se sentir en sécurité dans l'espace urbain commun. Ainsi peut apparaître le lien entre l'objectif de renforcer la vie urbaine et le désir de sécurité.»*[127]

Além disso, a rua é um elemento bastante complexo nas suas funções, pois carrega consigo variados propósitos além do circulatório e é neste contexto que se torna indispensável reflectir acerca da aura sinergética da rua.

*

125 GEHL, Jan. *Life Between Buildings*, página 59. Editora: Island Press, Washington.

126 Gehl, 2011.

127 GEHL, Jan. *Pour des villes à échelle humaine*, página 110. Editora: Les Éditions Écosociété; 2012.

FIGURA 48 **POSTE COMO BALOIÇO. CRIANÇAS A BRINCAR NUMA RUA DE MANCHESTER, 1946**

03.4. A AURA SINERGÉTICA DA RUA

«La ciudad es la gente en la calle»[128]. No desenho de um espaço público, a rua tomou e ainda toma preponderância na transmissão de segurança. Jacobs[129] sustenta que a vontade de ficar num determinado lugar, a uma determinada hora, está directamente relacionada com a segurança de uma rua - *«Quando as pessoas dizem que uma cidade, ou parte dela, é perigosa ou selvagem, o que querem dizer basicamente é que não se sentem seguras nas calçadas»*[130]. Após a Revolução Industrial, as ruas viram-se invadidas pelo automóvel e essa inserção brutal deteriorou a identidade da cidade e a rua - antigo palco das brincadeiras infantis ou passeios longos -, viu-se usurpada pelo ritmo fugaz do veículo[131] - *«Traditional Street considered as active environment is now being changed by increased mobility»*[132]

Nesta Dissertação, não se entende a «rua» como a via automóvel, mas como a parte do espaço público que não só permite ir e voltar, como também pode convidar a ficar - isto é, um espaço que dá lugar às acções diárias.

> Empregando a definição de Jacobs, *«As ruas das cidades servem a vários fins além de comportar veículos; e as calçadas - a parte das ruas que cabe aos pedestres - servem a muitos fins além de abrigar pedestres. Esses usos estão relacionados à circulação, mas não são sinónimos dela, e cada um é, em si, tão fundamental quanto a circulação para o funcionamento adequado das cidades.»*[133]

Deste modo, o termo *«rua»* objectiva sugerir uma visão vasta do espaço público que se refere às áreas exteriores acessíveis a toda a população, que permitem relações entre os diversos actores, assim como com o próprio espaço - uma certa nostalgia do espaço retratado pela expressão

---

128 BORJA, Jordi; MUXÍ, Zaida; *El espacio público: ciudad y ciudadanía*; página 70. Publicado en catalán por diputación de Barcelona, 2001. En castellano Ed. Electa, 2003.

129 Jacobs, 2011.

130 JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*; página 29. Editora WMF Martins Fontes; Edição 3, 2011.

131 Alison & Peter Smithson, 1967.

132 SMITHSON, Alison; SMITHSON, Peter; *Urban structuring, studies of Alison & Peter Smithson* (excerto de livro); página 22.

133 JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*; página 29. Editora WMF Martins Fontes; Edição 3, 2011.



FIGURA 49 **PLAYGROUND DE ALDO VAN EYCK EM LAAGTE KADIJK, AMESTERDÃO**

«brincar na rua», que caiu em desuso aquando a sua colisão com o perigo da inserção do automóvel. Devido a esta multiplicidade de funções, a rua cria um dinamismo único na área colectiva, quer para aqueles que passam, quer para aqueles que ficam. A rua exige um desenho que defina o seu papel urbano e que distinga a sua função em determinado espaço público. Só com uma configuração clara, a rua conseguirá asseverar a sua função polivalente.

> *«Un adecuado tratamient de las calles y vías urbanas supone tener criterios para distinguir y tratar de forma diferente calles ordinarias, pasajes, calle mayor o rambla, bulevares o avenidas, autovías urbanas o autopistas... Siempre, es necesario garantizar su uso polivalente tanto como espacio público y su accesibilidad como la articulación con la red viaria de la ciudad. Lo cual también es válido para las plazas, los entornos o espacios de transición (…).»*[134]

Nesta ideia de fruição eclética da rua, Aldo van Eyck mostrava-se vanguardista para o seu tempo, nas suas elaborações projectuais. O princípio da abertura espacial dos parques infantis - desprovidos de cerca delimitadora -, por exemplo, tornava-os numa parte integrante do desenho da cidade e, potenciado pelo mobiliário urbano colocado ao redor, transformava aquele espaço numa zona de estar, numa ideia de núcleo de convívio, que eventualmente estimularia as relações sociais.

> *«By not fencing the playing children, they became an integral part of the city. Moreover, by placing benches at the square, van Eyck created a place that invited parents or guardians to oversee their children and to gather together. Street life and community were stimulated»*[135].

A rua é, portanto, o espaço de acolhimento das actividades diárias do Homem, não só as necessárias, como as opcionais e a área pública torna-se no cenário da vida humana e o palco de reunião, que relaciona o interior com o exterior e a casa com a cidade, criando uma simbiose entre a vida individual e a colectiva, rememorando, contudo, o espaço particu-

134 BORJA, Jordi; MUXÍ, Zaida; *El espacio público: ciudad y ciudadanía*; página 67. Publicado en catalán por diputación de Barcelona, 2001. En castellano Ed. Electa, 2003.

135 WITHAGEN, Rob; CALJOUW, Simone R.; *Aldo van Eyck's Playgrounds: Aesthetics, Affordances, and Creativity*; página 3; Front. Psychol. 8:1130. Doi: 10.3389/fpsyg.2017.01130; 2017.



FIGURA 50 **PLAYGROUND DE ALDO VAN EYCK EM BUSKENBLASERSTRAAT, AMESTERDÃO**

lar. Neste seguimento, a vida social seria intensificada pelo acolhimento na rua dos, à priori, transeuntes - à posteriori permanentes -, atraídos variedade social e diversidade de actividades, que viriam a aumentar o "número de olhos" vigilantes no espaço urbano e, consequentemente, o conforto e a segurança espaciais - *«[a ordem pública] É mantida fundamentalmente pela rede intrincada, quase inconsciente, de controles e padrões de comportamento espontâneos presentes em meio ao próprio povo e por ele aplicados»*[136].

> *«Aldo van Eyck's metaphors for space are based on such a metaphysical onto-theology. Space, as it were, becomes the receptacle and fundamental meeting place for all humans. Instead of focusing on spatial antipodes, such as the harsh forms of postwar modernist urban developments, architecture ought to develop itself as a dialogical entity – that is, a dual or "twin phenomena" – that brings the dialectic sides into contact, and reconciles their opposing forces. It is an architecture of reconciliation. Space and time, created "in the image of man," become place and event. There is an affinity between the notion of place and the notion of the in-between, both taking place between the polarities of inside and outside, here and there, small and large, part and whole, house and city, form and structure, and so forth.»*[137]

Tendo em conta a qualidade polivalente da rua, torna-se impreterível reflectir em alguns princípios básicos de concepção projectual. É neste contexto que Jacobs[138] argumenta que se devem assumir as ruas como elemento unicamente público; que transpareçam uma distinção inequívoca entre o público e o privado; e que garantam a presença constante de "vigilantes" - espontâneos, dada a inconsciência do ser humano na realização dessa acção. Por conseguinte, esta ponderação estratégia do desenho da rua incentivará a um maior uso colectivo, incentivando à apropriação variada dos diferentes elementos urbanos pelos variados ac-

---

136 JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*; página 32. Editora WMF Martins Fontes; Edição 3, 2011.

137 TEYSSOT, Georges. *Aldo van Eyck and the rise of an ethnographic paradim in the 1960s*; página 55. Editorial do Departamento de Arquitetura. (http://dx.doi.org/10.14195/1647-8681_2_3).

138 Jacobs, 2011.



FIGURA 51 **PRAÇA TÄBY TORG. MATERIALIDADE IDENTIFICA OS DIVERSOS MOMENTOS URBANOS: PEDESTRE *VS* VEÍCULO**

tores no seu quotidiano. Consegue-se desenvolver, deste modo, um espaço público de utilização diária, cuja rua é mais que um elemento de ligação.

> *«Les qualités physiques de l'espace urbain sont un autre facteur très important. La planification et le design peuvent influer sur le nombre d'activités pratiquées à l'extérieur et sur leur nature même. Les facteurs incitant les citadins à aller dehors pour faire autre chose que se déplacer comprennent le sentiment de sécurité, un espace de dimension convenable, un mobilier urbain de qualité et un environnement agréable à regarder.»*[139]

A utilização constante e numerosa incita mais à fruição por parte de outrem, e é aqui que o factor multidão prevalece sobre o aspecto iluminação, que, apesar da sua importância, não é um lugar iluminado que atrai os usuários e a consequente "vigilância espontânea"[140] - *«Sem olhos atentos para enxergar, a luz ilumina? Para fins práticos, não»*[141]. No entanto, neste tema das ruas como elo de comunicação, é impossível abdicar das vias automóvel que são elementos impostos no desenho do espaço público urbano da sociedade contemporânea e, por isso, Gehl avança que, além da noção da segurança e prevenção da criminalidade, é impreterível considerar a segurança de circulação. Desta forma, o planeamento do espaço público, deve considerar as diversas velocidades e ritmos diários, de modo a evitar o confronto directo entre os mesmos. Todavia, realça a magnitude da deslocação pedestre em detrimento da automóvel[142].

> *«Depuis des années, les home zones britanniques, les woonerfs néerlandais et les sivegader scandinaves démontrent que les piétons peuvent trouver leur place parmi les véhicules pour autant que le déplacement des premiers soit clairement identifié comme étant prioritaire. Pour être envisageable, la mixité de la circulation doit soit accorder la priorité aux piétons, soit isoler les usages des uns et des autres.»*[143]

---

139 GEHL, Jan. *Pour des villes à échelle humaine*, página 33. Editora: Les Éditions Écosociété; 2012.

140 Jacobs, 2011.

141 JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*; página 43. Editora WMF Martins Fontes; Edição 3, 2011.

142 Gehl, 2012.

143 GEHL, Jan. *Pour des villes à échelle humaine*, página 105. Editora: Les Éditions Écosociété; 2012.



FIGURA 52 **THE CUYPERSPASSAGE, AMESTERDÃO. BENTHEM CROUWEL ARCHITECTS. SEGURANÇA E DISTINÇÃO***

Para além disso, o desenho das vias de comunicação não têm compulsoriamente de mostrar uma continuidade ao utilizador, mas deve transmitir uma direcção, para que o transeunte entenda o seu percurso; ou o permanente conheça a sua paragem. A rua faz-se, portanto, acompanhar de uma *«qualidade cinestésica»*[144], que concebe uma memória ao lugar que compõe e, por oferecer a possibilidade de transmitir conforto no seu uso, que é fulcral no planeamento urbano de uma área que se pretende habitável pela colectividade[145].

Para concluir, esta abordagem teórica permitiu desenvolver um fio condutor que possibilita a construção de uma resposta para o objecto de estudo da presente Dissertação. No entanto, antes de se avançar com a criação de uma solução prática, considerou-se pertinente a análise de projectos de arquitectura e espaço público bem-sucedidos que sirvam de referência a este propósito. Tendo em conta os assuntos tratados na Parte 1, na Parte 2 e o objecto de estudo escolhido, os três exemplos são bairros económicos, cuja população exibe uma mistura cultural, sendo que os dois primeiros incluem a comunidade cigana. Assim sendo, apresenta-se o capítulo que compreende a eleição destes projectos de referência.

*

144 LYNCH, Kevin. *A Imagem da Cidade*; página 110. Editora: Edições 70, Lisboa, 1982.

145 Lynch, 1982.

*A partir da criação de dois ambientes distintos, foi possível proporcionar ao transeunte uma travessia segura, já que é indubitavel qual o percurso pedestre e qual o percurso de atravessamento acelerado. Além disso, o desenho conferido aos azulejos decorativos ao longo do trajecto relacionam-se com a história dos cidadãos holandeses, proporcionando uma memória espacial e visual de relação entre a Arquitectura e o usuário: *«The whole image recalls old kitchens in Amsterdam canal houses and makes the tunnel feel like an urban room»*. - in *https://www.benthemcrouwel.com/projects/cuyperspassage*



FIGURA 53 **BAIRRO PIO XII E BAIRRO DE CONTUMIL, MENOS É MAIS**

CAPÍTULO 04. **ELEIÇÃO DE PROJECTOS DE REFERÊNCIA**

04.1. **BAIRRO PIO XII E BAIRRO DE CONTUMIL**

Este projecto procura dar uma resposta, quer ao Bairro Pio XII, quer ao Bairro de Contumil. Além de ambos se situarem em Campanhã, freguesia na cidade do Porto - que inclusivé apresenta uma grande variedade étnica nos bairros económicos que apresenta -, os problemas levantados em cada objecto de estudo também mostravam semelhanças e, portanto, a equipa responsável pelo projecto optou por desenvolver um princípio projectual flexível e moldável aos dois casos, sem esquecer contudo as inquietações exclusivas de cada Bairro. De um modo geral, as apropriações informais que tinham aparecido no decorrer dos anos foram retiradas das áreas colectivas e os acessos viários e estacionamento foram reestruturados. O resultado último mostra-se capaz de responder de uma maneira simples e uniforme às inquietudes urbanas penosas outrora reconhecidas no espaço público.

Objecto	Bairro Pio XII
Ano de construção	1958
Autor	Menos é mais
Freguesia	Campanhã
Concelho	Porto
Área	13.000 m²
Ano da intervenção	2007

Objecto	Bairro de Contumil
Ano de construção	Década de 70
Autor	Menos é mais
Freguesia	Campanhã
Concelho	Porto
Área	57.000 m²
Ano de intervenção	2008

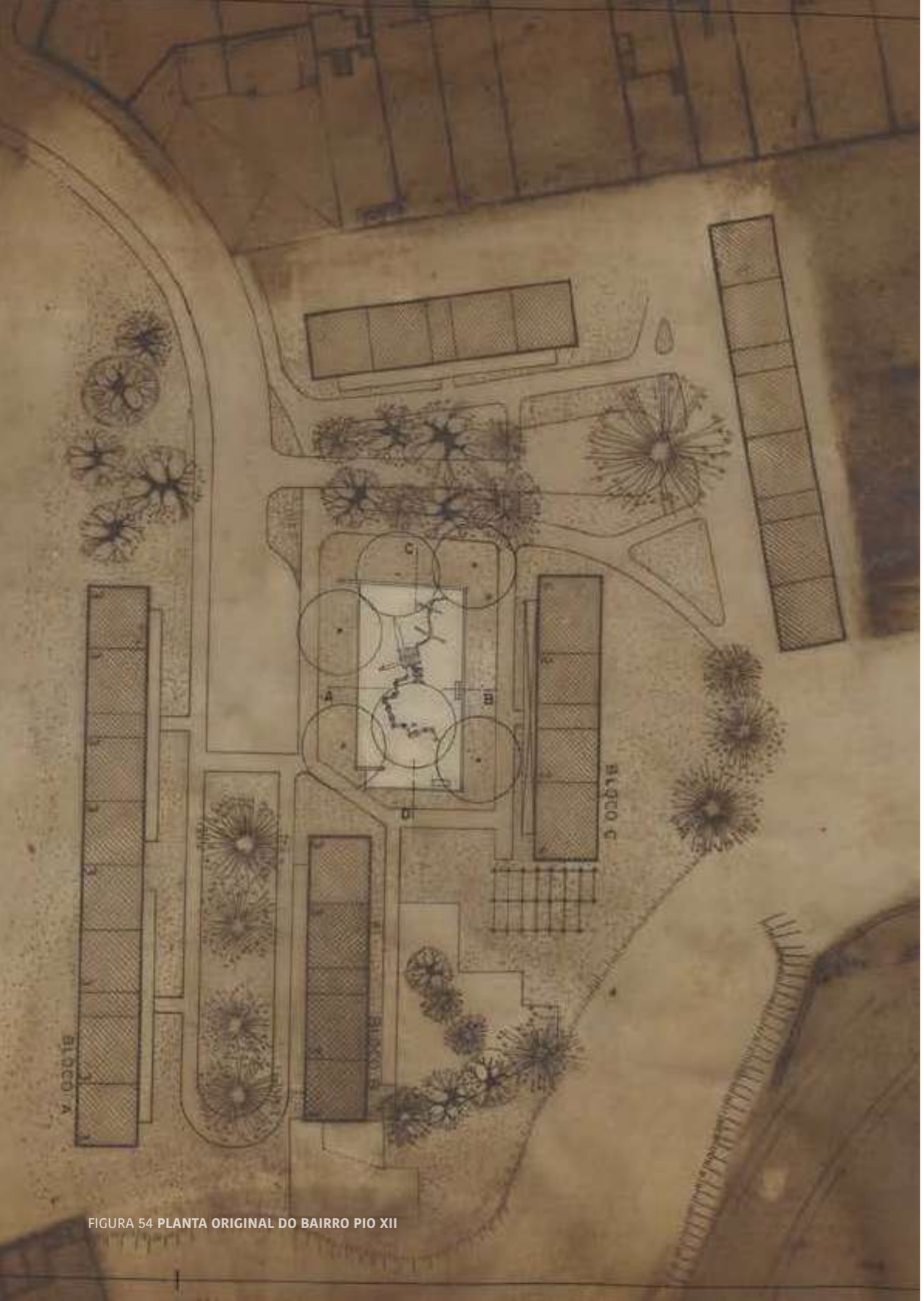


FIGURA 54 **PLANTA ORIGINAL DO BAIRRO PIO XII**

04.1.1. **BAIRRO PIO XII**

Na chegada ao Pio XII, anteriormente à intervenção, deparava-se de súbito com o problema da acessibilidade ao Bairro, visto que o acesso aos blocos habitacionais se revelava débil, direccionando unicamente para o espaço central e, simultaneamente, a oferta de estacionamento era escassa. No quotidiano dos residentes, a apropriação informal do espaço público como lugar de garagem era frequente e a carência de mobiliário urbano desencadeava uma desocupação contínua das áreas exteriores. O espaço público deste Bairro começava a perder o seu significado, já que não exercia a sua função. Os residentes começaram também a privatizar essas áreas para benefício próprio, deteriorando a qualidade, quer do espaço público restante, quer da imagem dos complexos residenciais.

Para responder ao problema interno de circulação, a equipa responsável reestruturou as vias interiores e, assim, reordenou todo o Bairro, transparecendo a ideia de requalificação geral pretendida, na qual o todo é a soma das partes. Para tal, os percursos pedestres e viários foram repensados e o estacionamento redesenhado e o novo acesso automóvel admitia um igual acesso a todos os edifícios. A proposta pretendia, ainda, abrir uma segunda rua de entrada no Bairro a Nascente, todavia tal não foi concretizado, mantendo-se a ideia de rua sem saída que, no final, não foi prejudicial à solução, pois criaram espaço que possibilita a inversão de marcha. A zona central sofreu uma transformação que se apoiou na introdução de vegetação e o parque infantil original foi remodelado. Na intenção inicial do projecto, foi proposta a introdução de uma horta urbana colectiva, que respondesse a algumas das necessidades dos moradores, de modo a apoiar no sustento, assim como possibilitar as trocas sociais. Apesar de bem intencionada, a ideia não avançou pela adversidade apresentada pelos orgãos do município. No entanto, é de louvar esta projecção de áreas de fruição colectivas que se adaptavam à diversidade cultural e étnica características do Bairro Pio XII. O projecto final apostou também na introdução de espaços verdes e jardins e a vegetação foi substituída por aquela cuja manutanção é facilitada - o saibro. As ruas fazem-se agora acompanhar de uma arborização contínua, tornando o tratamento paisagístico numa característica do Bairro.

Relativamente ao material, a proposta optou pela uniformização, escolhendo o granito cúbico, cuja dimensão difere de modo a criar uma distinção entre os diferentes espaços, desde vias de circulação viária e estacionamento, aos passeios pedonais. Os espaços de estar são construídos a partir de elementos pré-fabricados em betão, criando uma linha contínua no desenho das peças que elaboram o mobiliário urbano, os muros e os corrimãos. A junção harmoniosa dos materiais desencadeia uma melhoria do ambiente vivenciado no espaço público - incentivando ao seu uso -, além de que tanto o granito como o betão apresentam grande resistência e, por isso, durabilidade. Mais tarde, a Câmara Municipal do Porto promoveu a requalificação dos edifícios, optando pelo fechamento da fachada em marquise, impossibilitando a apropriação informal do espaço público, que outrora acontecia, e, por consequência, ampliaram o interior dos fogos. Além disso, esta acção uniformizou o desenho dos alçados, permitindo criar uma imagem una do Bairro Pio XII, que acompanha o desenho consolidado e uniformizador do espaço público proporcionado pela intervenção anterior.

*

FIGURA 55 PLANTA DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NO BAIRRO PIO XII*

* Planta retirada da Dissertação de Mestrado de Cristina Pedrosa (2010), entitulada *Da cidade ao indivíduo: o papel da requalificação urbana de conjuntos de habitação social - estudo da requalificação física do Bairro de Contumil, na cidade do Porto*, orientada pela Professora Doutora Arquitecta Teresa Heitor - do Instituto Superior Técnico, da Universidade Técnica de Lisboa, página 49. - sem escala.

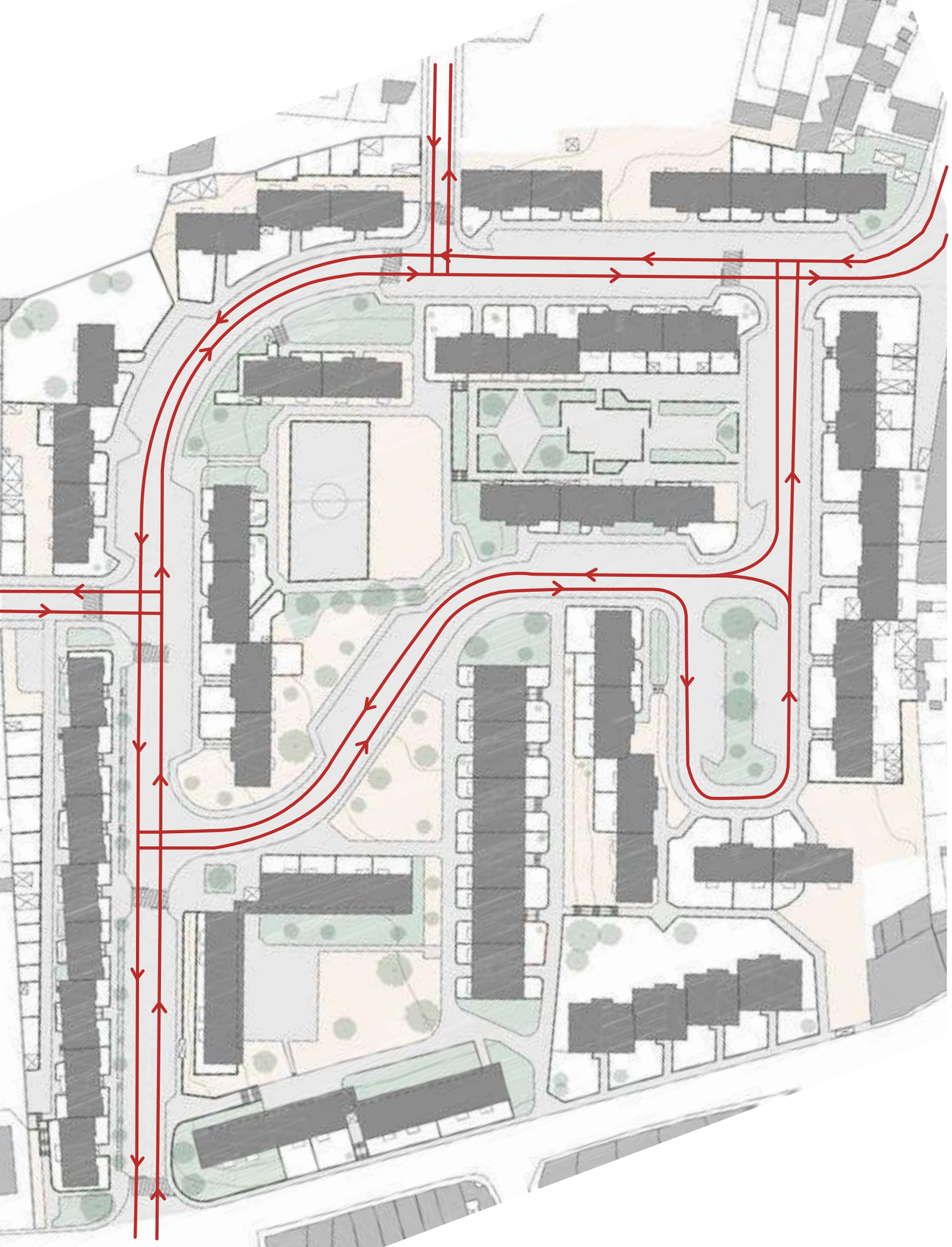


FIGURA 56 PLANTA ORIGINAL DO BAIRRO DE CONTUMIL*

04.1.2. **BAIRRO DE CONTUMIL**

O Bairro de Contumil assume quase unicamente uma função residencial, contudo encontra-se apoiado num vasto leque de serviços e comércios no seu entorno próximo. A sua população divide-se maioritamente entre desempregados, reformados e uma particularidade é a diversidade de etnias presentes, o que obriga a reflectir no modo como adaptar o espaço comum às múltiplas actividades adjacentes à diversdidade cultural. Assim como no Bairro Pio XII, a rede viária original sofria de uma debilidade na oferta de estacionamento, assim como de acesso ao próprio Bairro e na sua relação com a envolvente. O desenhos dessas mesmas vias criavam espaços com formas aleatórias e estranhas, que desconvidavam ao seu uso diário.

Além disso, devido à escassa utilização do espaço público por parte dos residentes, este acabava por sofrer uma degradação, também fruto da apropriação irresponsável - como por exemplo, o uso indevido dos passeios como parque de estacionamento. As áreas de estar eram quase unicamente acedidas através dos percursos pedestres, havendo uma fraca relação entre as vias automóveis e o espaço público de lazer. No entanto, esses sete acessos pedonais apresentavam já uma qualidade projectual superior, na sua relação com o exterior. Acrescenta-se que a topografia do Bairro de Contumil era mais irregular que no Pio XII, o que levou à inserção de um módulo na proposta final que se ajustava às cotas diferentes, cujo desenho desenvolvia várias zonas de estar, espaços de entrada, rampas, muros, entre outros - pode-se até afirmar que a identidade do projecto é este módulo.

Após a redefinição das ruas, a acessibilidade ao Bairro deixa de ser um problema, assim como o estacionamento - que lhe é acrescentado, *a posteriori*. Ademais, o novo desenho apresenta uma rectidão maior e a sua fragmentação permite regularizar espacialmente os espaços de estar. Deste modo, pode-se compreender que a estruturação viária e pedonal vieram unificar o Bairro e a vegetação coadjuvou este ponto. A percepção da barreira entre o público e o privado é agora nítida, oferecendo maior privacidade ao espaço doméstico, enquanto se delimita a zona colectiva. O material ajuda também na percepção visual por parte dos utilizadores daquilo que é livremente percorrível por todos, ou não.

* Planta retirada da Dissertação de Mestrado de Cristina Pedrosa (2010), entitulada *Da cidade ao indivíduo: o papel da requalificação urbana de conjuntos de habitação social - estudo da requalificação física do Bairro de Contumil, na cidade do Porto*, orientada pela Professora Doutora Arquitecta Teresa Heitor - do Instituto Superior Técnico, da Universidade Técnica de Lisboa, página 86 (imagem gráfica adaptada à presente Dissertação) - sem escala.

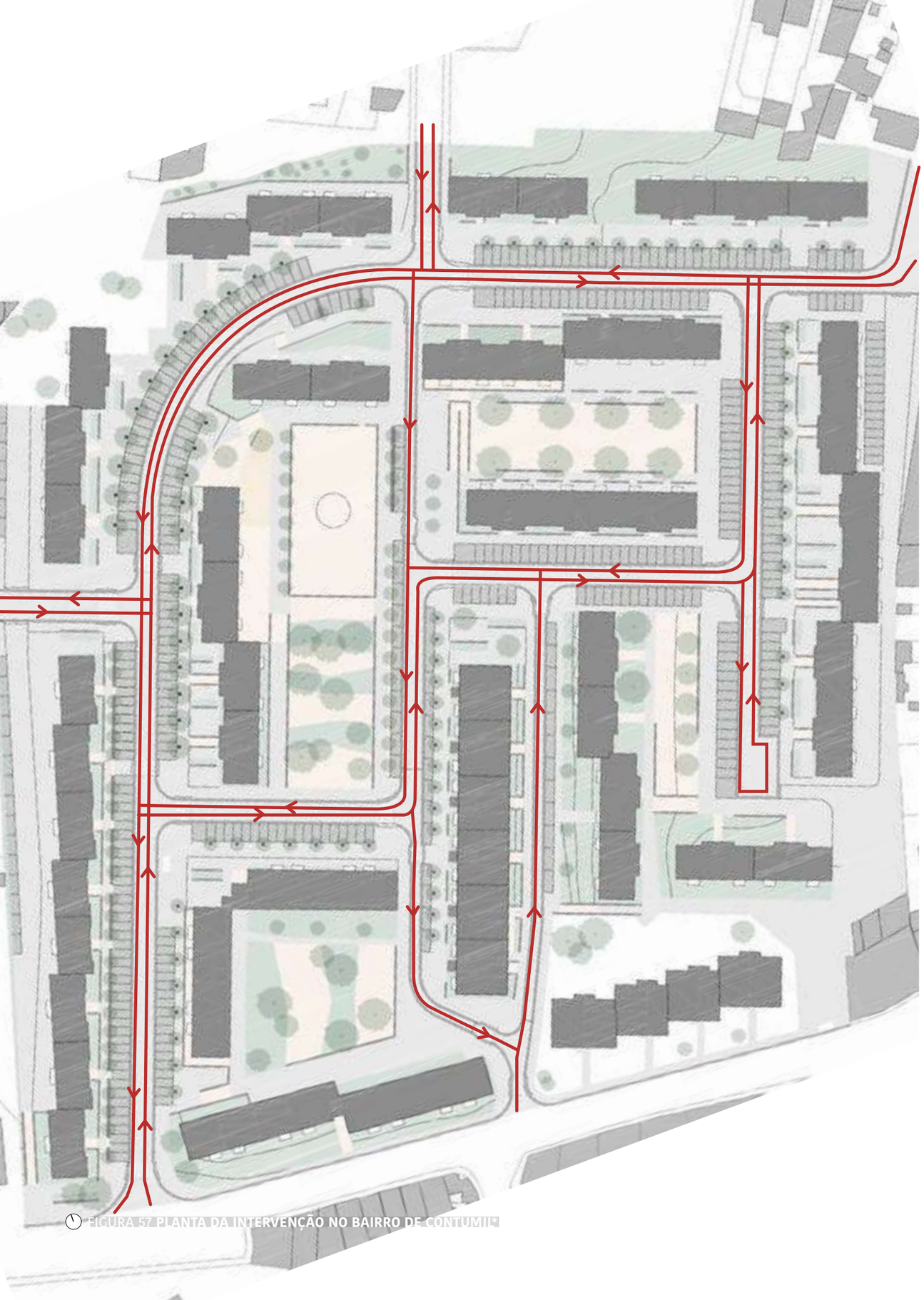


FIGURA 57 PLANTA DA INTERVENÇÃO NO BAIRRO DE CONTUMIL*

O material é exactamente o mesmo que no Bairro Pio XII, ou seja, granito em cubo de tamanhos distintos, nas zonas de circulação, diferenciando a via automóvel, do estacionamento e do passeio. O betão, sob formas pré-fabricadas, desenha o espaço urbano, destacando-se os detalhes no encaixe, o mobiliário urbano que acompanha o desenho de rua, as entradas dos edifícios (delimitando a entrada no espaço privado, cujo limite se destaca pela mudança de material, mas também pela marcação do número de porta) e a repetição do módulo pela área do Bairro de Contumil.

*

Destes dois exemplos de intervenção em bairros, retira-se o modo como foi abordada a necessidade de reorganizar o fluxo viário, de forma a terminar com ruas sem saída, ou para melhorar a comunicação entre o exterior e o interior, entre a envolvente e os bairros. Assim, além de tecer a malha urbana, incentiva à entrada por parte de externos, recuperando a segurança no espaço público. Os lugares de parqueamento foram também redesenhados e procedeu-se ao aumento do número dos mesmos, combatendo assim o estacionamento indevido nas restantes áreas, como passeios. As zonas públicas de estar e lazer foram também elas redesenhadas e melhoradas, de forma a se distinguir inquestionavelmente o espaço de passagem, a área de estar e a zona de circulação pedestre ou viária. Além disso, avançou-se com a introdução de espaços verdes ao longo dos bairros, que vivem em simbiose com as zonas de estar, melhorando a vivência do espaço público de ambos os bairros. Ademais, recorre-se à utilização de materiais sólidos e resistentes, de forma a preservar o espaço público e a conferir-lhe durabilidade, independentemente da fruição diária do qual será sujeito. Evidencia-se igualmente a maneira como o redesenho do espaço público e a inserção do mobiliário urbano resultou na diminuição do vandalismo e da apropriação informal das áreas exteriores destes bairros.

Por estas razões, estes bairros servem de referência para esta Dissertação, não só pela semelhança populacional encontrada entre estes dois bairros e o Bairro das Enguardas (comunidades ciganas e não-ciganas), mas também pelo modo como respondem aos problemas levantados, também eles semelhantes às questões levantadas no mesmo objecto de estudo.

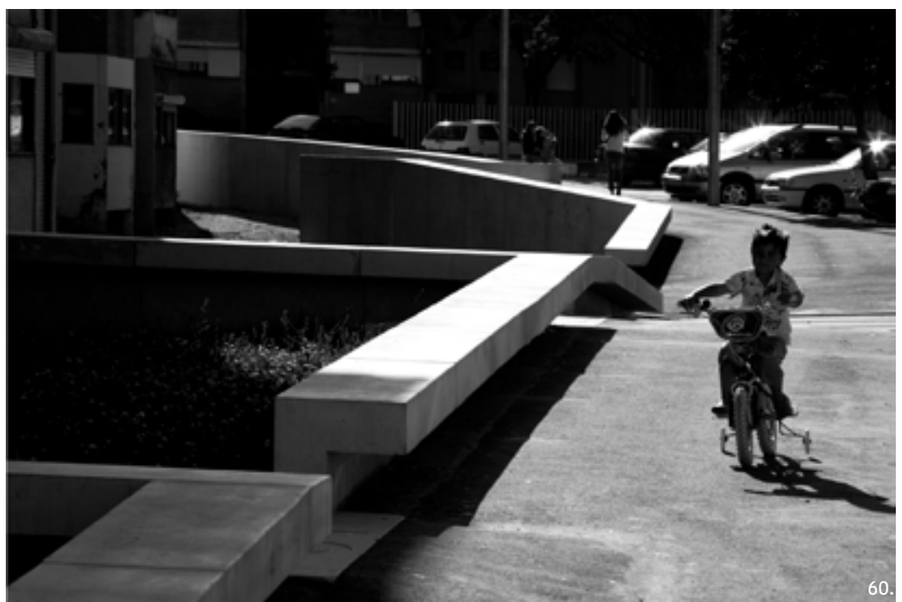
* Planta retirada da Dissertação de Mestrado de Cristina Pedrosa (2010), entitulada *Da cidade ao indivíduo: o papel da requalificação urbana de conjuntos de habitação social - estudo da requalificação física do Bairro de Contumil, na cidade do Porto*, orientada pela Professora Doutora Arquitecta Teresa Heitor - do Instituto Superior Técnico, da Universidade Técnica de Lisboa, página 136 (imagem gráfica adaptada à presente Dissertação) - sem escala.


58.


61.


59.


62.


60.


63.



FIGURA 64 **QUARTIER DU GRAND PARC, BORDEAUX**

04.2. TRANSFORMAÇÃO DE 530 HABITAÇÕES, NOS EDIFÍCIOS G, H e I - QUARTIER DU GRAND PARC

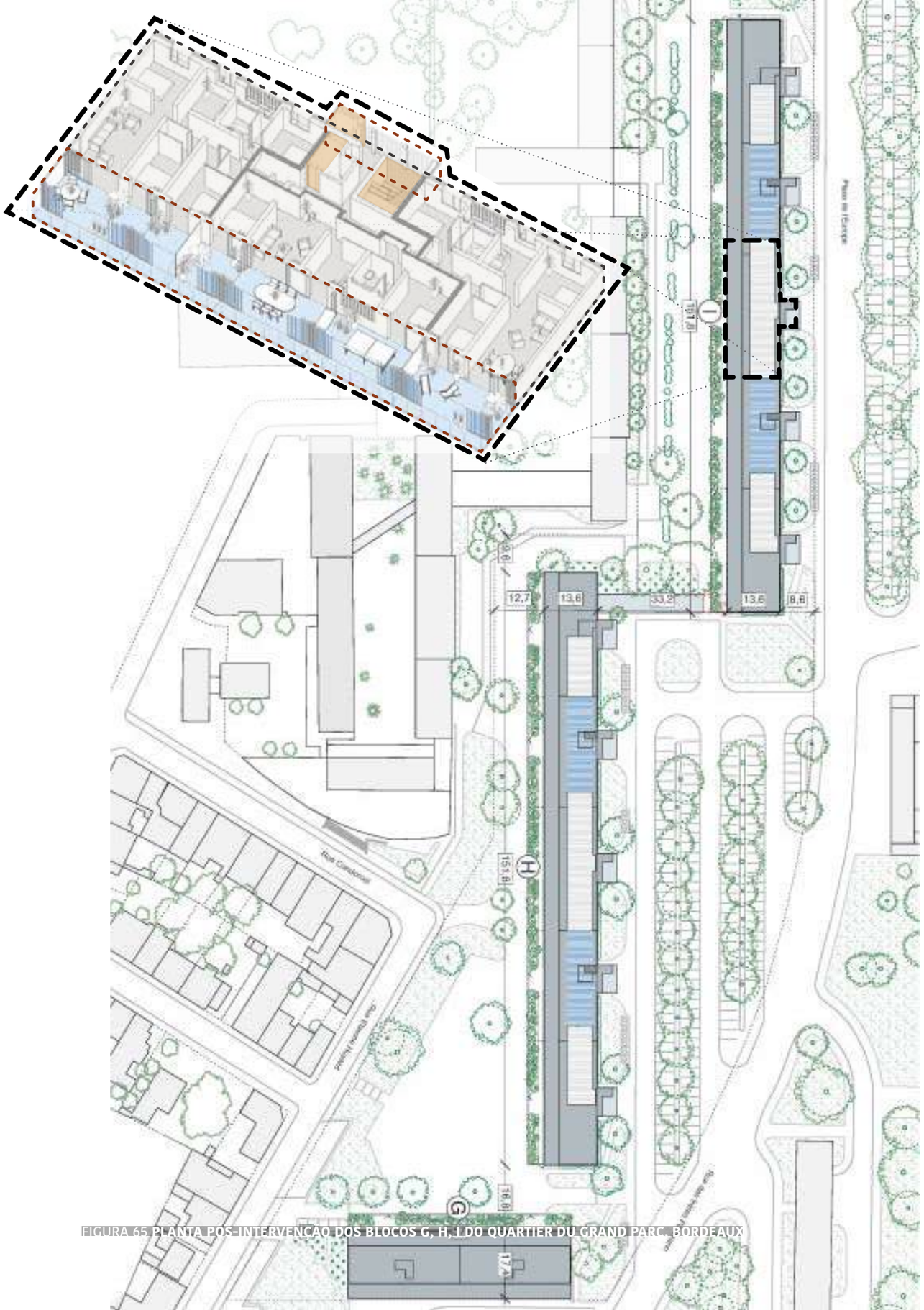
Objecto	Blocos G, H, I e respectiva envolvente
Ano de construção	2016
Autor	Christophe Hutin architecture, Frédéric Druot, Lacaton & Vassal
Cidade	Bordéus
País	França
Área	23 500 m²
Ano de intervenção	2016

Este complexo habitacional foi construído nos anos 60, no clima pós-guerra em França, e faz parte de uma projecto que pretendia a expensão da cidade de Bordeaux para Norte - onde se encontravam muito terrenos ainda não-urbanizados. Já no século XXI, estes três blocos tinham planeada a sua demolição. No entanto, uma equipa, composta por Christophe Hutin architecture, Frédéric Druot e Lacaton & Vassal, apresentaram uma proposta de intervenção mais económica, que possibilitava a conservação destes blocos habitacionais e da sua identidade, assim como preservar a história que carregam.

No total, estes três edificíos - que apresentam entre 10 e 15 pisos - contêm 530 fogos de habitação. A proposta de intervenção desta equipa apostava na conservação dos edifícios originais, reforçando a sua estrutura, e na melhoria do espaço doméstico. Para tal, avançam com a inserção de uma prótese que seria encaixada na fachada original e, assim, cria um espaço de relação dentro-fora. Este espaço providenciava tanto varandas como jardins de inverno, que seriam um prolongamento do interior, mesmo podendo estar ao ar-livre. Estas áreas eram relativamente grandes, com entre 2,5m e 3m de largura, que admitiam a chance dos moradores usufruirem daquele espaço como complemento da área adjacente, assim como, devido às boas dimensões, um novo espaço anexo independente. Além disso, melhoraram as condições de acesso aos fogos, com o reforço da estrutura da caixa de escadas e do elevador, mas também pela inserção de mais

um elevador, para responder mais eficazmente às necessidades apresentadas pelos residentes. Ademais, as casas de banho sofreram igualmente melhorias significativas. A nível do espaço público, no entorno dos complexos residenciais, foram aprimorados o conjunto de jardins, assim como os seus usos e mobiliário urbano e repensaram-se os acessos aos mesmos.

Este projecto é um exemplo irrepreensível da requalificação habitacional e da maneira como o redesenho do espaço doméstico e a melhoria da fachada de blocos de habitação económica trazem benifícios ao acto de habitar e suavizam o estigma e clima de insegurança, respectivamente. Por este motivo, se recorre a este projecto de referência, visto que no Bairro das Enguardas se encontra o mesmo problema da degradação das fachadas dos edifícios, assim como uma necessidade de melhorar as acessibilidades aos fogos. Além disso, esta intervenção permitiu transformar o edifício sem obrigar os moradores a ausentarem-se do seu lar.


Rue Carnot
Rue Fernand Lafargue
Rue Camille Godard
Rue Camille Pelletan
Rue Ausone
Rue Gaston Cirou
Rue Jean Fleury
Rue Jean Ricaud
Rue Jean Sarrailh
Rue Jean Sarrailh
Rue Jean Sarrailh

ANTES



66.

DEPOIS



67.



68.



69.



70.



71.



FIGURA 72 **REPRESENTAÇÃO DE UMA ACTIVIDADE NECESSÁRIA QUE SE REALIZA NO ESPAÇO PÚBLICO**

05. **SÍNTESE A RETER**

Na Parte 2, faz-se uma análise dos problemas levantados na presente Dissertação e procura-se uma base teórica que sustente uma solução prática, mais tarde aplicada no caso de estudo apresentado neste trabalho escrito. Deste modo, tendo por base a problemática da insegurança nos espaços públicos, não obstante a sua capacidade como promotor das trocas sociais, inicia-se por atender ao facto de que a criação de um espaço público não garante inteiramente o seu sucesso, pois verificam-se inúmeros casos de áreas assim que, posteriormente, se transformaram em desertos - palco de vandalismo e criminalidade. Desta maneira, Jacobs[1] e Gehl[2] sustentam que, para o seu sucesso, o espaço público não deve ambicionar responder a irrealidades ou desígnio inconcebíveis, mas compreender o público-alvo, as suas necessidades e como o cativar.

Neste sentido, avança-se com uma abordagem no âmbito da persuasão do comportamento social, no qual Gehl[3] afirma que a diversidade oferecida pelo espaço público incentivará ao seu uso e divide em três as actividades diárias: Actividades Necessárias, Actividades Opcionais e Actividades Sociais. A variedade programática, a seu ver, estimularão os indivíduos ao uso opcional de uma área que, por sua vez, desencadeará uma maior propensão às trocas (ou actividades) sociais. Assim sendo, quanto mais tempo um indivíduo permanecer numa área pública, melhores serão os resultados. No entanto, Montgomery[4] reitera que as actividades não são unicamente fruto da diversidade do programa, mas também da vitalidade de uma área pública, ou seja, ao contrário de Gehl, não é o tempo de permanência que importa, mas a multidão que usufrui do espaço. Lynch[5] acrescenta que a vitalidade da cidade é impulsionada pela sensação de segurança que esta transmite à população. Não obstante à relevância da variedade programática, afirma que o "distinto" é uma inconstância na sociedade e que, portanto, seria desafiante responder holisticamente a todas as vontades. Nesta lógica, defende que, para atingir um público-alvo mais alargado, o campo de visão deve captar o

---

1 Jacobs, 2011.
2 Gehl, 2011.
3 Gehl, 2011.
4 Montgomery, 1998.
5 Lynch, 1981.



FIGURA 73 **CONTACTO SOCIAL FRUTO DA ACTIVIDADE OPCIONAL: CRIANÇAS A JOGAR À BOLA NA PRAÇA, PORTO**

maior número de elementos, devido à importância da diversidade. Para além disso, defende que a visão influenciará igualmente a sensação de segurança transmitida pelo espaço público, incentivando a vitalidade acima sustentada, revelando um percurso cíclico entre as diferentes características.

Desta forma, avança-se com o tópico da indução de segurança precisamente com a visão sobre um espaço público que se foca mais no campo visual do que na questão da iluminação, não obstante a sua relevância, até porque Jacobs[6] reforça que, por muito iluminado que se apresente um espaço, se este não tiver vida, não tem propósito ou uso. Relativamente aos sentidos, Lynch[7] afirma que todos ajudam à compreensão espacial, mas Montgomery[8] acredita que esta é uma percepção romantizada deste assunto, pois entender um espaço vai além da captação sensorial. No entanto, Gehl[9] reafirma a importância da visão, estabelecendo ainda o Campo Social da Visão (*"The Social Field of Vision"*), cujo detalhe apreendido por este permite uma melhor ou pior fruição da área, tendo em conta o captado - é esta captação espacial possibilitada pela visão que permite reconhecer (ou não) um espaço como seguro. Neste sentido, o Campo Social da Visão permite não só a atribuição de segurança a determinada zona, mas também a manifestação dos limites espaciais, que atribuem certa identidade à mesma. Todavia, se o limite for demasiado vincado, cortará a relação com a envolvente, desincentivando ao seu uso.

Assim sendo, a tenuidade do limite apresenta-se não unicamente como elemento identificador, como também proporcionador de maior afluência e, por isso, segurança. Não só o limite entre áreas públicas é importante, mas também o limite entre o espaço público e o doméstico, isto porque o desenho que evidencia esta divisão influenciará igualmente a segurança transmitida, quer para os moradores do complexo habitacional, quer para os transeuntes que usufruem do espaço público. Nesta lógica, Newman[10] apresenta uma transição gradual entre o público e o privado que ajudaria a identificar a segurança numa zona. Ainda neste âmbito, Netto[11] completa o raciocínio afirmando que o Arquitecto deve assumir a responsabilidade de evidenciar esta distinção, aquando a elaboração de

---

6 Jacobs, 2011.
7 Lynch, 1982.
8 Montgomery, 1998.
9 Gehl, 2011.
10 Newman, 1996.
11 Netto, 1979.



FIGURA 74 **ALDO VAN EYCK PLAYGROUND**

um projecto. Este afunilamento do público para o privado permitirá um melhor aproveitamento do espaço doméstico e definirá o limite do que é público e colectivo, sendo que este limite é, por si só, uma segurança. Nesta perspectiva, Gehl[12] afirma que, apesar de tudo, a segurança mais importante a considerar é a da rua, cuja complexidade transcende o factor comunicação pedestre e/ou viária e, por isso, se reflecte acerca da sua aura sinergética.

Apoiada na definição de «rua» de Jacobs (p. 123), a rua apresenta-se como polivalente relativamente àquilo que oferece à cidade. Aldo Van Eyck mostrava-se já vanguardista na sua interpretação do espaço de «rua», que aplicava nos parques infantis abertos para a urbe, cuja abertura os tornava parte constituinte do mobiliário urbano, contíguo com o desenho da cidade e um núcleo proporcionador das trocas sociais. Desta forma, a «rua» acolhe todas as actividades referidas por Gehl[13] e esta polivalência programática exige um desenho de maior ponderação, que, segundo Jacobs[14], obriga à consideração da rua como sendo sempre pública e que incentive à presença de "vigilantes" espontâneos. Todavia, na sociedade contemporânea, a circulação automóvel não pode ser obliterada e, assim, Gehl[15] avança que se deve ter em conta as diferentes velocidades de atravessamento, de modo a oferecer uma segurança de circulação global. Neste sentido, Lynch[16] completa este raciocínio, afirmando que as ruas, como elemento de circulação, devem definir bem a sua direcção, de modo a reconhecer o espaço e, portanto, uma imagem que o identifique.

Nesta lógica, como referências, são apresentados dois bairros multiculturais, dadas as semelhanças com o objecto de estudo desta Dissertação, mas além disso as suas intervenções aplicam a teoria abordada nos capítulos anteriores. O primeiro - Bairros de Pio XII e Contumil - revelava as mesmas características e, além disso, o fraco desenho do espaço público sujeitou-o a apropriações invasivas. O segundo - 530 habitações no Quartier du Grand Parc - salienta a importância da relação do público com o doméstico e como a imagem do edifício pode melhorar a sensação de segurança oferecida.

---

12 Gehl, 2011.
13 Gehl, 2011.
14 Jacobs, 2011.
15 Gehl, 2012.
16 Lynch, 1982.

PARTE 03.

O Bairro das Enguardas

01.

Habitação económica em Braga: dos anos 70 até hoje

02.

Escolha de um caso de estudo

03.

Para um novo Bairro

04.

Notas finais

ARTICULAR O DISPERSO. O ESPAÇO PÚBLICO COMO CATALISADOR DA CONSISTÊNCIA SOCIAL 159

CAPÍTULO 01. **HABITAÇÃO ECONÓMICA EM BRAGA: DOS ANOS 70 ATÉ HOJE**

Como já foi referido na presente Dissertação, após a Segunda Guerra Mundial, a necessidade de construir mais habitação para responder às condições precárias e alojamentos informais continuava numa exponencial crescente. Em Portugal, a preocupação social no âmbito da habitação apareceu mais tarde e só depois do 25 de Abril de 1974 se começa a investir realmente nas famílias mais necessitadas. A 6 de Novembro de 1976, o Ministério da Administração e da Habitação, Urbanismo e Construção lança o Decreto-Lei nº 797/76, que afirma que *«A função principal do serviço será a atribuição dos fogos de habitação social (...)».*[146]

Braga não escapou ao processo de realojamento e verificou-se a construção de bairros económicos pela cidade[147], que almejavam responder aos problemas de insalubridade e alojar famílias que viviam em ambientes de informalidade. Em alguns casos assistiu-se à conglomeração de culturas distintas - neste caso, cigana e não-cigana. *A priori*, a ideia de fazer coexistir etnias diversas parecia concebível, contudo o estigma pejorativo a que a comunidade Roma se vê confinada prejudicava esta convivência. Por esse motivo, alguns desses bairros sofrem ainda hoje de uma forte divisão entre moradores, o que levou, *a posteriori*, a uma intervenção municipal em três bairros bracarenses, com a acção *Transcrever*, incluída no projecto *(Re) Escrever o Nosso Bairro* por parte da organização Space Transcribers[148] e promovido pela CMB que visava potenciar a interacção entre residentes pela realização de actividades que gerassem trocas sociais. Permitiu também captar as dificuldades vividas em cada bairro para entender como

146 Citação retirada do artigo publicado num Jornal português, datado a 6 de Novembro de 1976, apresentado na imagem ao lado.

147 Para apoiar o controlo e manutenção de alguns destes bairros, a 21 de Junho de 1999, o Município de Braga apresentou a Empresa Municipal de Habitação de Braga, apelidada de **BragaHabit**, cujo primeiro objectivo é, ainda hoje, gerir *«(...) os apoios sociais à habitação do Município de Braga e (...) diminuir as dificuldades sociais e económicas dos cidadãos mais desfavorecidos, fazendo da Bragahabit a entidade de referência social do concelho.»* - descrição retirada do site da CMB: *https://www.cm-braga.pt/pt/0401/municipio/empresas/municipais/item/item-1-408*

148 *«Somos uma plataforma internacional crítica e uma rede interdisciplinar de arquitetos, urbanistas e artistas, que questiona as problemáticas do ambiente construído contemporâneo, focando-se na sua representação e no seu imaginário colectivo. Acreditamos que qualquer lugar contemporâneo é equipotencial de significado e de interpretação nas suas múltiplas camadas temporais, históricas, espaciais e sociais.»* - descrição retirada do site do próprio grupo: *https://www.spacetranscribers.com/PT/sobre/*

MINISTÉRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
E DA HABITAÇÃO, URBANISMO E CONSTRUÇÃO

Decreto-Lei n.º 797/76
de 6 de Novembro

Decorridos mais de dois anos e meio sobre a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 608/73, de 14 de Novembro, que, entre outras medidas relativas às casas de renda limitada, criou as bolsas de habitação destinadas a processar a atribuição daqueles fogos, verifica-se que tais serviços, na quase totalidade dos municípios onde deveriam funcionar, não foram criados.

Essa situação prejudica a normal atribuição do assinalável volume de fogos de habitação social cuja conclusão se avizinha, pelo que se torna necessário reestruturar o sistema.

Neste propósito, procurou-se possibilitar a criação nas autarquias municipais de serviços municipais de habitação com a natureza de serviços municipais especiais, dotados de autonomia administrativa e financeira e de personalidade jurídica, ou de serviços municipalizados, para mais expedita prossecução da política de habitação nas respectivas áreas.

A função principal do serviço será a atribuição dos fogos de habitação social, mas terá como função complementar o apoio e resposta aos munícipes no que se refere às questões de inquilinato e habitação, que já constituem, hoje, matéria de atribuição camarária.

O Decreto-Lei n.º 278/71, de 23 de Junho (artigo 6.º), já previu, é certo, que viessem a ser criados serviços municipais para administração e conservação de prédios, propriedade das câmaras, destinados a habitação, o que, dada a timidez com que foi aplicado o referido diploma, não se tornou também realidade. Dão-se agora os meios financeiros e o apoio técnico necessário para que as autarquias municipais — a breve prazo a serem geridas democraticamente —

FIGURA 75 DECRETO-LEI Nº 797/76

Mapa 1. Apresentação dos Bairros de Habitação Económica de Braga
relação dos Bairros entre eles e com o centro histórico

1. Bairro das Enguardas (1978)
2. Bairro das Andorinhas (1983)
3. Edifícios de habitação social da Caixa de Previdência
4. Bairro do Fujacal (1981)
5. Bairro do Picoto (1998)
6. Bairro Nogueira da Silva
7. Bairro da Imaculada Conceição
8. Bairro Duarte Pacheco (1935)
9. Bairro de Santa Tecla (1979)
10. Bairro da Misericórdia
11. Centro histórico

Via de ligação viária

sem escala • o **Anexo A** apresenta esta planta na escala 1:10 000 num A2 desdobrável

Mapa 2. Representação da deslocação da população aquando o realojamento nestes três bairros

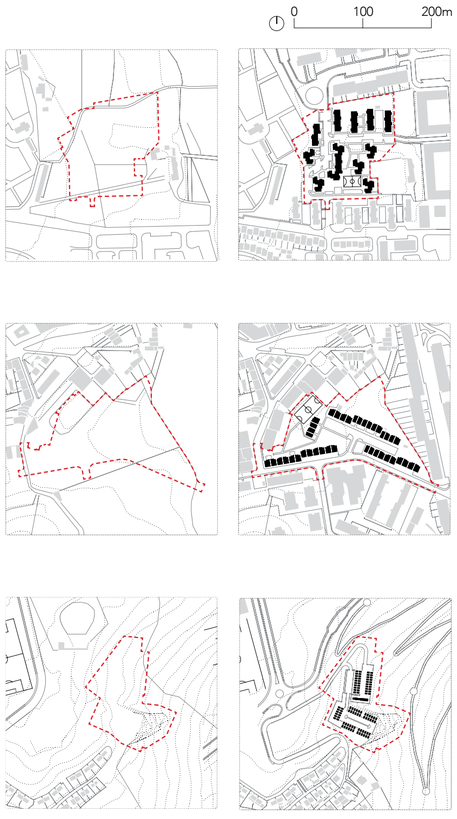
De 1978 a 1998

Cartografia de 2017



Nota. Mapas 2 e 3 retirados do livro de SPACE TRANSCRIBERS, de 2018 - *Transcrever: Ações participativas nos Bairros Sociais de Braga* e adaptada à imagem gráfica desta Dissertação.

Mapa 3. Terrenos que deram lugar à construção destes três bairros



Esquema 1. À esquerda: Quinta dos Congregados (1969); À direita: Bairro das Enguardas (2017)

Esquema 2. À esquerda: Quinta de Santa Tecla (1969); À direita: Bairro de Santa Tecla (2017)

Esquema 3. À esquerda: Pedreira do Monte do Picoto (1969); À direita: Complexo habitacional do Picoto (2017)

intervir. Ainda mais tarde, dois desses bairros passaram pr uma requalificação urbana, que será apresentada mais à frente. Agora destaca-se um mapa que evidencia os Bairros que se encontram hoje na cidade de Braga, para compreender o panorama da Habitação Económica nesta cidade.

Neste momento, considerou-se pertinente abordar a acção *Transcrever*, incluída no projecto *(Re)Escrever o Nosso Bairro*, pela SpaceTranscribers, visto revelar as vontades municipais de responder às dificuldades vividas nos bairros a nível social em três bairros económicos: Bairro Social de Santa Tecla, Bairro Social das Enguardas e Complexo Habitacional do Picoto. Além do mais, posteriormente, a CMB decidiu avançar igualmente com uma intervenção arquitectónica e urbanística, para melhorar a qualidade de habitar em dois desses bairros (BSST e BSE) e o terceiro (CHP) está agora em fase de inicial de planeamento. No Mapa 1 verifica-se que os três bairros bracarenses acolheram, ou famílias que viviam em condições de precariedade e insalúbres, ou comunidades ciganas que sobreviviam em alojamentos informais.

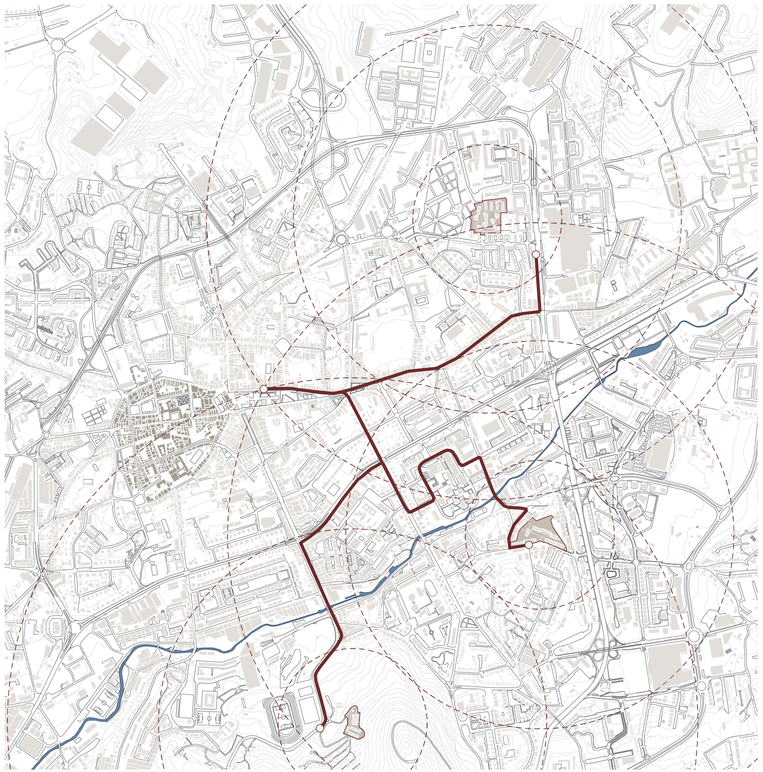
O **Complexo Habitacional do Picoto**, construído na Pedreira do Monte do Picoto, encontra-se numa posição escondida relativamente à sua envolvente e à cidade, o que por si só é um factor segregador. Além disso, acolheu unicamente uma comunidade cigana, que vive conforme as suas crenças e costumes, fomentando o preconceito pré-existente e afastando os restantes cidadãos desse bairro, provocando o seu abandono completo por externos, quer dos seus espaços públicos, quer da sua envolvente próxima, dando abertura a práticas criminosas.

Já o **Bairro de Santa Tecla** e o **Bairro das Enguardas** receberam não só grupos de comunidades ciganas, como também famílias trabalhadoras de baixa condição económica. Estes bairros foram construídos em antigas quintas agrícolas e, na época, a sua localização remetia para a periferia urbana. A escolha minuciosa das suas áreas de construção segregava os bairros por si só, visto provocar um afastamento do centro urbano e, além disso, obrigava a uma maior deslocação para adquirir bens e ter acesso aos serviços e emprego. Estes dois casos sofrem de uma segregação social relativamente à restante urbanização - o que desencadeou uma degradação do desenho dos seus espaços públicos pois perderam a sua função e, consequentemente, manutenção -, mas, pior ainda, há uma evidente quebra social entre os próprios moradores, que se faz transparecer na divisão perimétrica invisível dos espaços dos bairros, nos quais cada indivíduo usa o espaço como seu, ao invés de o pensar como uma área colectiva e este aspecto complica a coexistência.

Mapa 4. **Representação da proximidade dos três bairros ao centro e serviços e comércio mais próximos (a pé e de autocarro)**

Cartografia de 2017

0 0,2 5km



Nota. Mapas 4 e 5 retirados do livro de SPACE TRANSCRIBERS, de 2018 - *Transcrever: Ações participativas nos Bairros Sociais de Braga* e adaptada à imagem gráfica desta Dissertação.

25 minutos a caminhar

15 minutos a caminhar

10 minutos a caminhar

Percuso de autocarro entre bairro e centro

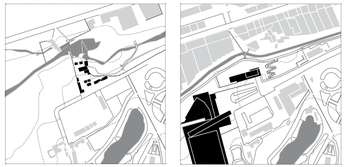
Paragem de autocarro

Mapa 5. **Após o realojamento das comunidades, alguns dos terrenos passaram a ser complexos residenciais, outros são equipamentos públicos**

0 100 200m



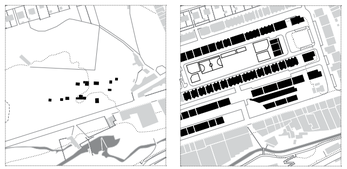
À esquerda: Colina de Maximinos (1969)
À direita: Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa (2017)



À esquerda: Quinta do Fujacal (1969)
À direita: Zona residencial do Fujacal (2017)



À esquerda: Largo da Floresta (1969)
À direita: Parque de S. João da Ponte (2017)



À esquerda: Quinta do Fujacal (1969)
À direita: Zona residencial do Fujacal (2017)



À esquerda: Bairro Araújo Carandá (1969)
À direita: Zona Residencial Araújo Carandá (2017)



À esquerda: Lugar de S. Gregório (1969)
À direita: Escola Secundária de Maximinos (2017)



À esquerda: Bairro operário de Santa Tecla (1969)
À direita: Edifício de uso comercial e residencial (2017)

01.1. O BAIRRO DE SANTA TECLA

O Bairro de Santa Tecla merece ser destacado, visto ter recebido uma intervenção no espaço público e edificado, por parte da CMB e da BH, e é pertinente compreender de que modo o município bracarense intervem na sua habitação social, além de que representa a vontade global de responder a este problema.

Este bairro localiza-se na freguesia de S. Vítor, em Braga, e foi construído em 1979, na emergência de habitação salúbre para as famílias bracarenses e apresentava um conjunto de fogos de desenho genérico - o mais utilizado à época, devido à rápida produção que permitia uma construção em série mais barata e uma relação mais promissora com o factor tempo. A acrescentar, o Bairro de Santa Tecla divide-se em 8 edifícios, onde residem 161 famílias (em 2017, somava-se um total de 498 pessoas). No total, este bairro apresenta 181 habitações, todas propriedade da BragaHabit.

01.1.1. PROJECTO DE REQUALIFICAÇÃO DO BAIRRO DE SANTA TECLA

Este Bairro está a ser reabilitado segundo um projecto que inclui a requalificação dos fogos habitacionais, pela impermeabilização dos telhados e das fachadas; reabilitação dos equipamentos, como o campo de futebol e zona desportiva e redesenho dos espaços públicos - áreas de grande influência no quotidiano dos moradores e nas trocas sociais. O projecto acrescenta ainda um novo edifício ao Bairro, que procura aumentar o leque de actividades propostas, acrescentando uma área recreativa, de oferta cultural e formativa. Além disso, o desenho inclui ainda um anfiteatro ao ar livre.

Tudo isto proporcionará uma maior afluência não só por parte dos residentes, como também dos restantes cidadãos, em especial com a residência universitária que se situa imediatamente ao lado de Santa Tecla, incentivando as trocas sociais e consequente integração urbana do bairro. Relativamente aos acessos, estes serão completamente redefinidos e, para tal, verifica-se a demolição de um dos edifícios, para introdução da tal rua, que abrirá o Bairro de Santa Tecla à cidade e vice-versa.

Mapa 6. **Planta do Rés-do-chão do Bairro de Santa Tecla**
pré-intervenção

0 5 10 20m

Nota. Mapa 6 retirado do livro de SPACE TRANSCRIBERS, de 2018 - *Transcrever: Ações participativas nos Bairros Sociais de Braga* e adaptada à imagem gráfica desta Dissertação.

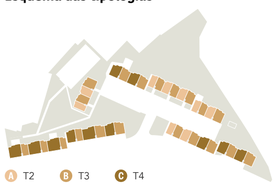
Quadro-Resumo

	Habitações	Lojas
CMB e BH	181	0
Particular	0	0

Legenda

1. Casa de oração da Congregação Cristã em Portugal
2. Residência universitária da Universidade do Minho

Esquema das tipologias




76.



Em conversa com o Arquitecto Luís Abreu, da BH, a estrada de acesso ao bairro será introduzida na zona interna do mesmo, para proporcionar uma relação entre a cidade e o interior de Santa Tecla, contudo com regras de velocidade reduzida, de modo a oferecer segurança rodoviária. Assim sendo, procura-se, através deste acto projectual, tecer o Bairro de Santa Tecla à restante malha urbana. Além disso, o projecto procura também facilitar o acesso às pessoas de mobilidade reduzida e, por esse motivo, foram acrescentadas um conjunto de rampas e introduziram estacionamento de suporte aos fogos, para facilitar o acesso ao espaço doméstico.

> *«A intervenção no Bairro, no espaço exterior do Bairro de Santa Tecla, é uma intervenção que vai mudar por completo aquela imagem do Bairro. Até porque a intenção da intervenção naquele Bairro é exactamente essa: é deixar de ter a imagem de bairro e ser mais um quarteirão habitacional como qualquer outro na cidade. Até porque aquilo que era o chavão inicial, e continua a ser, da intervenção neste Bairro (...), o Bairro hoje em dia vive muito sobre si próprio, muito fechado sobre si mesmo e então a intenção desta intervenção é abrir o Bairro à cidade, às pessoas (...). E as pessoas do Bairro também se abrirem à cidade.»*[149]

O Arquitecto Luís Abreu acrescentou ainda que, tendo em conta a importância da criança para os moradores do Bairro, estes pediram que fossem criadas as condições necessárias para elas brincarem no exterior, assim como um ambiente de segurança que permitisse um usufruto tranquilo.

> *«Quando eles [os moradores] se aperceberam que a intervenção ia além das habitações e dos edifícios, eles começaram a apontar outras situações no Bairro, que eles achavam que deviam ser corrigidas. A primeira, tinha a ver exactamente com as crianças, com os espaços de intervenção para as crianças e de brincadeira, porque eles valorizam muito as crianças da sua comunidade e dão-lhes muita importância no seio familiar. E sabendo eles que as crianças usufruem e sempre usufruíram do espaço exterior, eles*

149 Citação retirada da Entrevista com o Arquitecto Luís Abreu, da BragaHabit, encontrada em anexo na presente Dissertação.

Mapa 7. **Planta do Rés-do-chão do Bairro de Santa Tecla**
pós-intervenção

0 5 10 20m

Nota. Base do Mapa 7 cedido pela Braga Habit e adaptada à imagem gráfica desta Dissertação.

Mapas 8 e 9. Fluxos viários antes e depois da intervenção.







77.



78.



> *apontaram isso como algo que devia ser revisto no futuro, porque não havia, como não há ainda, um espaço de lazer para as crianças, que fosse um espaço próprio para isso (...)»*[150]

Tendo em mente estes pedidos, será também criada uma praça central e zonas de lazer e estar, como parques infantis, e a vegetação e áreas verdes serão valorizadas. Além disso, será igualmente criada uma área de convívio, que visa acolher os programas culturais e desportivos, almejando cativar a atenção e uso por parte de uma população mais vasta que a do próprio bairro.

Este projecto pretende não só melhorar o quotidiano dos residentes, mas também a vida do próprio Bairro, de modo que procura criar uma imagem deste complexo habitacional que o enquadre na restante urbanização. Para isso, confere-lhe também uma nova organização viária e dos lugares de estacionamento, criando situações de redesenho do espaço público que tanto permitem o estacionamento em zonas apropriadas, como o inibe noutras. Além disso, as novas instalações programáticas que se procuram inserir desejam atraír um grupo mais variado de pessoas, tendo em conta a sua localização vantajosa ao lado da residência universitária. Assim, pode-se concluir que este projecto almeja conferir uma nova vida ao Bairro, terminando com os espaços de apropriação abusiva pelo estacionamento e pela acumulação de lixo e sucata, pondo um fim à ideia de bairro perigoso e unificando a malha urbana, melhorando ainda a paisagem da cidade.

150 Citação retirada da Entrevista com o Arquitecto Luís Abreu, da BragaHabit, encontrada em anexo na presente Dissertação.

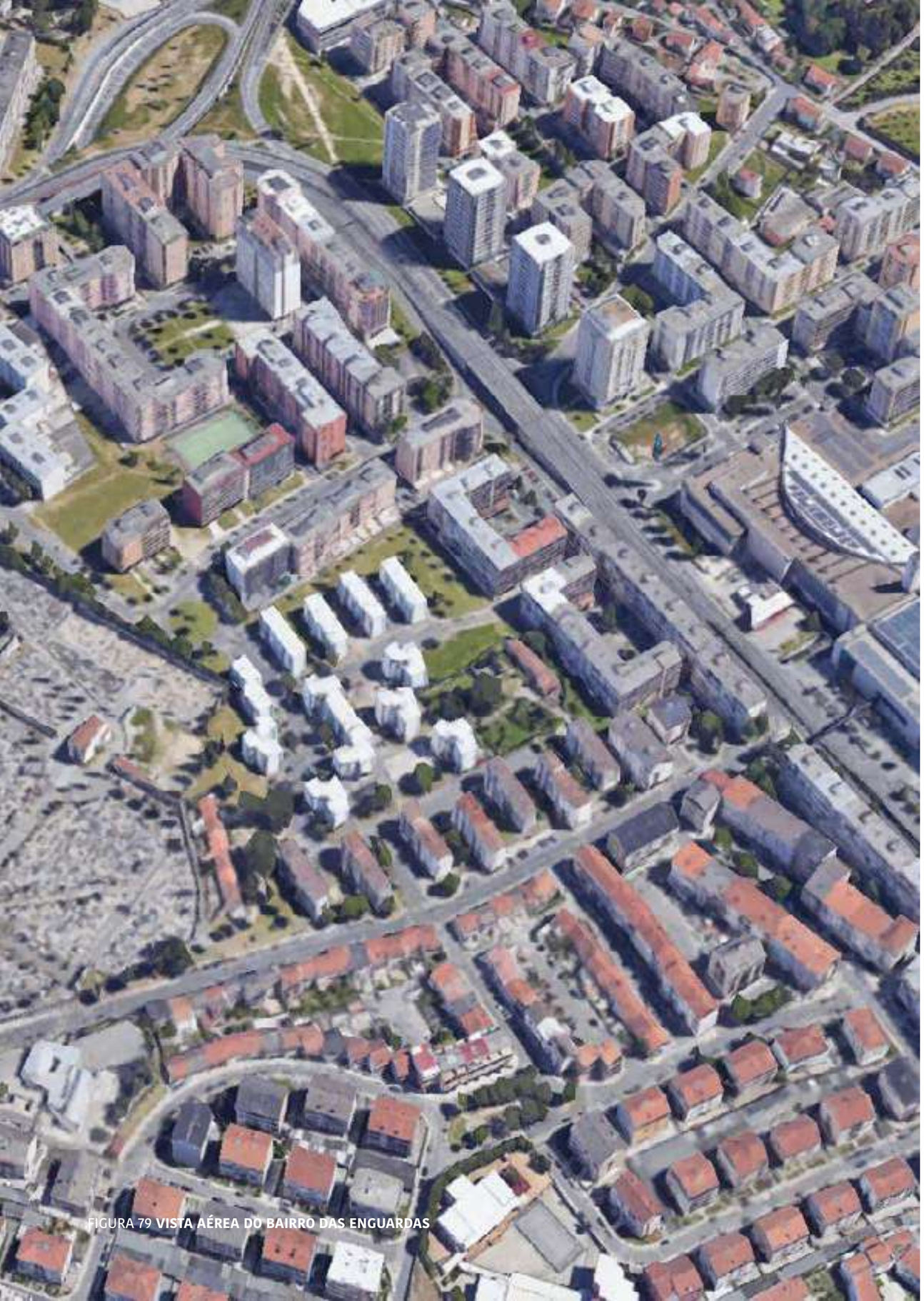


FIGURA 79 **VISTA AÉREA DO BAIRRO DAS ENGUARDAS**

CAPÍTULO 02. **ESCOLHA DE UM CASO DE ESTUDO**

02.1. ENQUADRAMENTO DO BAIRRO DAS ENGUARDAS NA CIDADE

Como já foi referido, o terreno do Bairro das Enguardas situava-se numa zona periférica da cidade de Braga. Todavia, actualmente, insere-se numa área maioritariamente residencial e é-lhe facultado um conjunto imenso de serviços e comércio. Além disso, os residentes do Bairro podem adquirir com facilidade os bens necessários ao quotidiano, visto que o Braga Parque - uma grande plataforma comercial, que dispõe de uma variedade de lojas e serviços e supermercado - se encontra a uma distância pedonal de 8 minutos. Relativamente aos transportes públicos, encontra-se uma paragem de autocarros no centro do Bairro, mas no seu entorno próximo encontra-se um grupo de paragens que o relacionam com a restante urbanização. Para além disso, o projecto Braga Ciclável propôs uma ciclovia segura que complete a ciclovia já existente e que passe a relacionar toda a cidade em bicicleta. A equipa responsável pela proposição do projecto Braga Ciclável apresentou um conjunto de rotas novas a juntar às anteriores e um desses percursos rompe pelo Bairro das Enguardas. Estas vias cicláveis foram traçadas de acordo com os relatos das necessidades dos cidadãos, baseando-se nos percursos que hoje em dia se realizam em bicicleta, mesmo sem um espaço ainda dedicado a esse fim. A expansão da ciclovia havia sido prometida em 2017 e contudo ainda se espera a sua prometida realização. Apesar de ainda não ter sido realizada, revela-se aqui o desígnio da sua introdução no plano urbano por parte da população bracarense, pois evidencia-se como uma mais-valia para a futura construção da intenção de projecto; além de que revela a vontade já existente de relacionar o Bairro das Enguardas, quer com a sua envolvente próxima, quer com um perímetro citadino mais alargado.

Apesar do Bairro se localizar numa área replecta de equipamentos e serviços, o seu entorno propínquo mostra-se fraco na oferta de espaços públicos de qualidade; aliás, toda a cidade se mostra débil neste aspecto. A Planta de Representação dos espaços públicos na cidade de Braga evidencia esta falha relativamente às áreas exteriores, sendo que os bons jardins, praças ou largos devidamente desenhados se encontram próximos ao centro urbano. Além disso, existe uma expressiva ocupação do solo por construções e a privatização das poucas áreas livres.


80.


81.


FIGURAS 80, 81 e 82 **EDIFÍCIOS QUE ENVOLVEM O BAIRRO DAS ENGUARDAS**

Dito isto, o desaproveitamento da área livre do Bairro das Enguardas para potenciar, quer o Bairro, quer o quotidiano dos bracarenses cria uma debilidade que poderia ser revertida. Afinal, numa cidade em que há pouco espaço livre para criar áreas públicas colectivas decentes, este Bairro acarreta um potencial inerente à disponibilização do seu espaço público. Contudo, o seu desenho não permite aproveitá-lo dessa forma - *«Muitos destes bairros têm uma coisa que a generalidade da organização urbana não tem, que é espaço coletivo de qualidade»*[151]. Estes espaços públicos tornam-se no cenário diário das trocas sociais, reforçando a vida em colectividade. No caso dos bairros prejudicados pelo estigma, o tratamento das áreas exteriores colectivas permite dar o primeiro passo na reversão da situação - *«This connection is important in relation to physical planning. Although the physical framework does not have a direct influ- ence on the quality, content, and intensity of social contacts, architects and planners can affect the possibilities for meeting, seeing, and hearing people – possibilities that both take on a quality of their own and become important as background and starting point for other forms of contact»*[152].

A virtude do Bairro das Enguardas encontra-se precisamente no facto de se encontrar, hoje em dia, numa área consolidada e de apresentar um espaço público com potencial, quer para os moradores, quer para transeuntes. É a partir deste mote que se avança uma vontade projectual e, portanto, é impreterível a realização de uma análise completa acerca da envolvente próxima do Bairro e das suas próprias qualidades capazes de melhorar a qualidade de vida da população residente e da circundante. Deste modo, exibe-se de seguida um conjunto de plantas de análise que apresenta a relação do Bairro das Enguardas com a restante cidade, nos seguintes pontos:

1 Serviços, comércios e equipamentos na proximidade.

2 Linhas e paragens de autocarro de relação com a cidade.

3 Exposição dos percursos sugeridos pela BragaCiclável.

4 Planta de Representação expondo a falta de espaços públicos tratados, tanto no entorno do Bairro, como na proximidade urbana.

---

151 SPACE TRANSCRIBERS. *Transcrever: Ações participativas nos Bairros Sociais de Braga*, página 230. Editores: Daniel Duarte Pereira, Fernando P. Ferreira.

152 GEHL, Jan. *Life Between Buildings*, página 13. Editora: Island Press, Washington.

Mapa 7. Planta dos serviços, comércios e equipamentos

envolvente próxima percorrível a pé desde o Bairro das Enguardas (+/- 20 minutos)

escala 1:5000

- comércio
- serviços
- religioso
- educação
- residencial (maioritariamente)
- uso misto (comércio + residencial)
- estabelecimentos de defesa
- edifício desocupado
- bomba de gasolina
- cultura e lazer

Mapa 8. Planta representativa das diferentes linhas de autocarro

relação do Bairro com a cidade

- paragem de autocarro
- centro histórico
- circuito urbano ii - linha 41 (Hospital)
- linha 900 (Hospital - Avenida central)
- circuito urbano i - linha 40 (Hospital)
- linha 87 (Estação CF - Hospital)

sem escala • o Anexo B apresenta esta planta na escala 1:5000 num A2 desdobrável

Mapa 9. Planta representativa dos percursos cicláveis sugeridos pela BragaCiclável

relação do Bairro com a cidade

percurso ciclável

centro histórico

sem escala • o **Anexo C** apresenta esta planta na escala 1:5000 num A2 desdobrável

Mapa 10. Planta de Representação dos espaços públicos na cidade de Braga

na envolvente do Bairro

- área privada
- área construída
- zona de circulação
- espaço público tratado
- espaço público não-tratado
- centro histórico

sem escala • o Anexo D apresenta esta planta na escala 1:5000 num A2 desdobrável

02.1.1. **PLANTA DE CARACTERIZAÇÃO**

Relativamente à envolvente geral do Bairro das Enguardas, este encontra-se delimitado pelo Cemitério de Monte D'Arcos a Oeste; por complexos residenciais de grande qualidade a Norte e Este; e a Sul pelos edifícios de habitação social da Caixa de Previdência. O cemitério vira as suas costas para as Enguardas, criando um limite que, além de irregular causado pelo desenho perimétrico do cemitério, não é agradável ao olhar dos transeuntes.

Os complexos habitacionais a Norte e Este viram as suas costas também para o Bairro, usufruindo de terraços traseiros para criar um afastamento em relação às Enguardas. A habitação social a Sul relaciona-se com o objecto em estudo, não só pelo desenho da fachada, como também pela relação dos espaços - além de que uma das entradas de acesso ao Bairro se realiza por entre estes edifícios.

Por um lado, a Estrada Nacional 101 a Este é, neste momento, um elemento divisório com o lado leste, do Braga Parque e da Universidade em especial, visto que é uma avenida que permite velocidades aceleradas, perturbando o percurso pedestre - sendo que para se aceder a pé ao centro comercial, ou se atravessa o viaduto por baixo, atravessanto a N101; ou se utiliza a passarela elevada, que não é acessível a pessoas de mobilidade reduzida. Por outro lado, a Estrada Nacional 101 pode, *a posteriori*, tornar-se num meio de chegada ao novo espaço público do Bairro, visto que é o eixo de ligação da cidade de Braga com vários pontos importantes. Tendo em conta que o BragaParque, situado a Este desta estrada, é um equipamento muito importante no quotidiano dos moradores das Enguardas, o eixo de comunicação pedonal Oeste - Este deve procurar oferecer uma passagem agradável, ao invés de conflituoso devido aos atravessamentos perigosos ou inacessíveis.

Na análise macro, destacam-se dois aspectos na cidade de Braga: a importância do desporto e a relevância das actividades criativas, lúdicas e formativas. Em relação ao desporto, há uma vasta oferta gratuita ou paga, contudo nenhuma se encontra na proximidade do Bairro das Enguardas. As oportunidades desportivas mais próximas referem-se àquelas proporcionadas pelas escolas públicas e pela Universidade do Minho, que não são acessíveis de igual modo a toda a população, contudo é de ressaltar a atenção dada ao apoio desportivo escolar. O Complexo Desportivo da Rodovia oferece um parque com várias opções desportivas gratuitas durante o dia para os cidadãos, mas também apresenta um conjunto de instalações, como as piscinas, que exigem o pagamento de um honorário para a sua utilização. No entanto, este Complexo situa-se a uma distância percorrida a pé equivalente a 30 minutos desde o Bairro das Enguardas. Deste modo, na imediação das Enguardas não se encontra uma área - além do maior campo de basquetebol da Europa localizado a Norte - que permita às crianças e adultos praticarem, diária ou semanalmente, qualquer desporto. Dada a escala do Bairro, não se pondera a criação de um grande complexo desportivo de grande capacidade, mas uma área interior ou exterior que possibilite a prática desportiva por parte da população geral e, potencialmente, tornar-se num promotor económico do próprio Bairro das Enguardas, assim como um elemento atractivo promotor de maior afluência.

Repara-se igualmente que o Bairro das Enguardas se encontra numa zona maioritariamente residencial, não obstante aos serviços e comércios providenciados, mas destaca-se o ambiente escolar circundante, que viabiliza o desígnio de atraír uma população mais jovem para o espaço público do objecto de estudo. Evidencia-se também a falta de espaços públicos tratados na zona circundante e a distância à zona central e equipamentos ou instituições da CMB.

Esta Planta de Caracterização foi essencial na compreensão da envolvente do Bairro das Enguardas, já que facultou os dados sobre a ambiência que o rodeia. As suas características permitiram estabelecer uma ideia sobre os horários de maior afluência nessa área, assim como a faixa etária mais recorrente, que se pode cativar ao uso do espaço público das Enguardas. Tudo isto - aliado às conversas com moradores e às informações recolhidas acerca da sua população - foi fundamental na definição de um programa interventivo de interesse interno e externo ao Bairro, assim como na delimitação de uma área de intervenção, pois a leitura da Planta mostra que a rotina dos seus residentes ultrapassa o limite invisível do espaço público do Bairro, seja para comprar bens essenciais, como ir à escola.

Mapa 11. Planta de caracterização
sem escala

- barreira entre o Bairro e o lado Este da cidada - estrada nacional
- instituições e equipamentos da CMB
- Sé de Braga
- escolas e universidade
- área residencial
- espaços comerciais relevantes
- estação de camionagem
- limite do cemitério
- espaços públicos destratados
- espaços públicos tratados
- áreas desportivas de entrada livre
- áreas desportivas de entrada restrita

sem escala • o Anexo E apresenta esta planta na escala 1:5000 num A2 desdobrável

Mapa 12. Planta do Rés-do-chão do Bairro das Enguardas
pré-intervenção da CMB

0 5 10 20m

Nota. A planta em linha do Mapa 12 foi cedida pela CMB. O tratamento e imagem gráfica foram, contudo, realizados para a presente Dissertação.

Quadro-Resumo

	Habitações	Lojas
CMB e BH	78	7
Particular	94	0

Legenda

- Parque Infantil
- Campo de Futebol/Basquetebol
- Capela do Senhor da Paz
- Associação de Moradores do Bairro das Enguardas
- Sapateiro
- Instalações do novo ATL
- Sede do Sporting Clube Leões das Enguardas (por baixo do edifício)
- Café (por baixo do edifício)

Esquema das tipologias



A T2 B T3 C T4



02.2. NUMA APROXIMAÇÃO AO BAIRRO DAS ENGUARDAS

O Bairro das Enguardas, cuja construção remete a 1978 promovido pelo IGAPHE[153], insere-se hoje em dia num terreno rodeado de serviços e comércios que respondem às necessidades diárias, todavia antigamente era um campo periférico, cuja localização justificava o baixo preço das terras. Este acolheu grupos vindos de três bairros precários ou informais: **S. Gregório** e **Lugar das Carvalheiras** - comunidades ciganas; e do **Bairro Operário Araújo Carandá** - famílias carenciadas. Não obstante ao facto de, a nível construtivo, ser o conjunto residencial que apresenta os melhores edifícios habitacionais dentro do conjunto dos bairros de Braga, sente-se uma forte segregação entre as Enguardas e o restante núcleo urbano. Dentro do próprio Bairro há igualmente uma separação entre os diferentes grupos que o compõem, havendo uma notória barreira física e social não só dentro do próprio Bairro como também com seu entorno. Um dos aspectos que o segrega é a selecção exclusiva dos moradores, que se transfigura num estigma e se transforma num obstáculo para a utilização colectiva - *«É a homogeneidade das pessoas que foram concentradas no mesmo espaço que leva a uma segregação social, deixando de haver uma continuidade tanto arquitectónica como vivência do resto da cidade»*[154].

O Bairro das Enguardas é composto por 179 propriedades, sendo 78 das habitações e 7 lojas do domínio da BragaHabit, ou seja, da Câmara Municipal de Braga; e os restantes 94 fogos são de índole privada. Ao nível de comércio e serviços, apresenta um café, uma sede desportiva e um sapateiro e uma área para Associação de Moradores do Bairro das Enguardas; para o lazer tem um pequeno parque infantil e um mini-campo de basquetebol; agora ser-lhe-á acrescentado o novo centro de ATL. Além disso, encontra-se no Bairro uma pequena capela, cujo nome é Capela do Senhor da Paz. A sua localização original remete para o Bairro Araújo Carandá, mas, quando este foi demolido, foi pedido à CMB que não se procedesse à sua destruição, mas ao seu transporte para o novo Bairro, devido à relação

153 Em 1999, a autarquia de Braga adquiriu os três bairros (Bairro das Enguardas, Bairro das Andorinhas e Bairro de Santa Tecla), que pertenciam à IGAPHE - Instituto De Gestão E Alienação Do Património Habitacional Do Estado. Nesse mesmo ano, criou a BragaHabit, para continuar o trabalho no âmbito social.

154 SPACE TRANSCRIBERS. *Transcrever: Ações participativas nos Bairros Sociais de Braga*, página 227. Editores: Daniel Duarte Pereira, Fernando P. Ferreira.

Corte AA’

0 5 10 20m



Corte BB’

0 5 10 20m



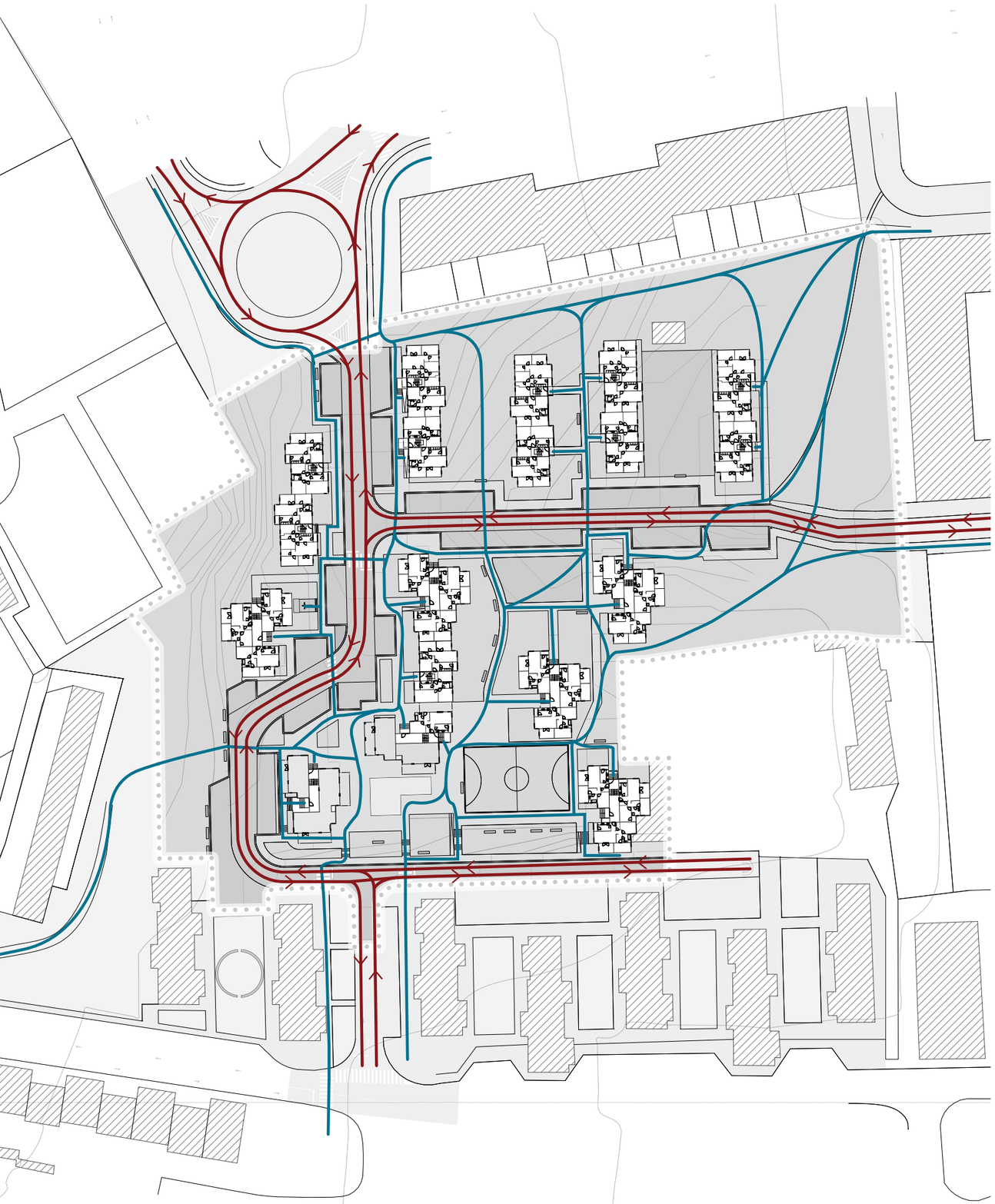


FIGURA 83 **ESQUEMA DOS FLUXOS PEDESTRES (AZUL) E VIÁRIOS (VERMELHO) NO BAIRRO DAS ENGUARDAS**

emocional dos moradores para com a Capela. Deste modo, para uma parte da população residente, esta Capela é relevante para o seu quotidiano.

Sobre os acessos, a nível automóvel existem duas possibilidades, contudo uma rua termina em *cul-de-sac*, criando uma barreira física no atravessamento do Bairro, além de que suscita insegurança. As estradas são alcatroadas, assim como os estacionamentos, contudo nenhum deles apresenta qualquer desenho das guias de direcção ou divisão dos lugares para parqueamento. A nível pedonal, apontam-se, no esquema à esquerda, os principais trajectos percorridos pelos moradores que, na sua maioria, não são percursos aptos para serem atravessados, visto serem em terra batida, fruto do desgaste da relva constantemente atravessada. A acrescentar à descrição, os passeios são em pedra paralelepípeda em betão, assim como o lancil.

02.2.1. **APRESENTAÇÃO DA PROBLEMÁTICA**

a insegurança espacial e o confronto entre o público e o privado

O espaço público do Bairro das Enguardas apresenta, de facto, uma carência de desenho e a ideia que transparece a quem o visita é que esse espaço livre, coberto de relva destratada, tem por objectivo criar uma separação evidente entre o fora e o dentro do Bairro, formando uma barreira invisível entre a área percorrível e o espaço interdito à passagem de transeuntes. A falta de propósito e desenho do espaço desencadeou uma apropriação agressiva da área pública pelos seus moradores, provocando a sua desqualificação e consequente mau estado de conservação. Deste modo, o espaço público encontra-se com algumas áreas replectas de lixo e resíduos e outras ainda com o relvado em estado deplorável. Além do mais, o mobiliário urbano é fraco, resumindo-se basicamente à colocação de bancos pontuais e, aliás, a própria paragem de autocarros é, neste momento, um banco com uma sinalização, isto é, sem identificação clara da sua função. Os acessos às entradas dos edifícios são realizados, a nível exterior, por rampas e/ou escadas de acesso, contudo as escadas são o único mecanismo de acesso aos fogos, complicando o percurso a pessoas que apresentem mobilidade reduzida. A fachada dos blocos apresenta duas cores: branco e azul; e uma característica que se pode apontar é as tiras transversais azuis que desenham o espaço de estendal de cada fogo. Apesar de bem intencionada, esta ideia falha na sua concepção, visto que além de completamente exposta ao exterior - ou seja, não protege a roupa das acções naturais, como também não a


83.


84.


FIGURAS 83, 84 e 85 **APROPRIAÇÕES INFORMAIS, TRIAL BIKE E CAPELA DO SENHOR DA PAZ**

resguarda da roupa do vizinho do piso superior, como se pode compreender na fotografia à esquerda. Além do mais, no piso do rés-do-chão, devido à falta de manutenção da aréa relvada, emerge um conflito entre a vegetação que invade o estendal e a roupa, criando uma disputa pelo espaço. Outro aspecto a referir do piso térreo é a falta de privacidade, constatada pelas persianas fechadas ou semi-fechadas. A falta de desenho do espaço público transforma-o num papel em branco, sem barreiras estratégicas, indicações visuais acerca do caminho a percorrer, espaços de estar ou áreas unicamente para passagem. Tendo em conta que no rés-do-chão se encontram fogos habitacionais, faz falta uma separação, que proporcione um uso mais privado dos mesmos.

O conjunto destes factores supracitados desincentivam ao uso do espaço público do Bairro das Enguardas e, por isso, assiste-se ao despovoamento do mesmo que culmina num clima de insegurança generalizado. Aquando questionado sobre se havia queixas por parte dos moradores relavtivamente a este assunto, o Arquitecto Luís Abreu afirmou que: *«Sim, queixavam-se. Queixavam-se e, em conversa com eles, essa questão vinha várias vezes à baila. Eles diziam: "nós não temos segurança", "a polícia vem cá muitas vezes" e portanto isso é sinal de que alguma coisa não está bem (...)»*[155].

Um elemento que se deve destacar no Bairro das Enguardas é a Capela do Senhor da Paz, devido à relação emocional que a população tem para com a mesma, pois mesmo os moradores mais recentes acabaram por torná-la parte do dia-a-dia. Além disso, no dia 2 de Julho, evidencia-se o dia em que se retrata uma utilização objectiva do espaço público para celebrar a festa em Honra do Senhor da Paz, realizadas nesta edícula. Este evento promovido pela *«(...) Associação de Moradores do Bairro Social das Enguardas visa celebrar os valores da comunidade e estreitar os laços da boa vizinhança»*[156] e, por esse motivo, é digna de se evidenciar da sua envolvente - não obstante ao facto de este episódio festivo ser pontual, registado uma vez ao ano. Outra apropriação do espaço público do Bairro a destacar é no momento de realização do Trial Bike[157], actividade de sucesso que almeja a inclusão das crianças dos bairros e que atrai um grupo vasto de pessoas para a sua realização.

---

155 Citação retirada da Entrevista com o Arquitecto Luís Abreu, da BragaHabit, encontrada em anexo na presente Dissertação.

156 Citação retirada do site da Junta de Freguesia de S. Victor: *https://www.juntas-victor.pt/2017/07/celebracao-senhor-da-paz/*.

157 Actividade apoiada pela CMB: https://terrasdohomem.pt/2020/10/08/braga-usa-trial-para-inclusao-de-criancas-e-jovens-de-bairros-sociais/

Mapa 13. Planta de cobertura do Bairro das Enguardas
pós-intervenção da CMB

Escala **1:500**

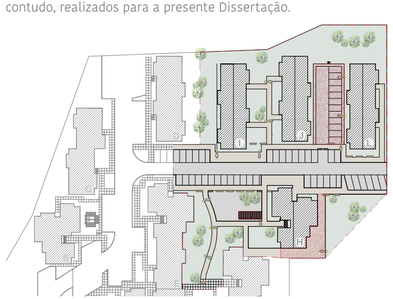
Nota. A planta em linha do Mapa 13 foi cedida pela CMB. O tratamento e imagem gráfica foram, contudo, realizados para a presente Dissertação.

Legenda

- Passeio com lancil em betão
- Bancos de betão pré-fabricados
- Luminárias de coluna
- Estrada alcatroada com marcação de lugares de estacionamento
- Zona relvada
- Churrasqueira móvel
- Pergola com churrasqueira móvel (por construir)

Esquema de vermelhos dos acrescentos do Bairro das Enguardas

Nota. A planta em linha do Esquema de vermelhos dos acrescentos foi cedida pela CMB. O tratamento e imagem gráfica foram, contudo, realizados para a presente Dissertação.





02.2.2. UMA INTERVENÇÃO DO MUNICÍPIO NUMA PARCELA DO BAIRRO

Assim como o Bairro de Santa Tecla, o Bairro das Enguardas recebeu uma requalificação promovida pelo Município de Braga. No entanto, enquanto que no primeiro se verifica uma transformação total, que tanto trará melhorias locais como potenciará as trocas sociais; no Bairro das Enguardas a transformação cinge-se a uma parte específica, referente aos quatro blocos habitacionais dos quais o município é proprietário. Estes edifícios serão intervencionados e o espaço público ao seu redor requalificado. A área destacada na Planta à esquerda evidencia a parte do Bairro intervencionada neste projecto. Deve-se acrescentar que os restantes blocos são candidatos a um programa de apoio à eficiência energética.

O Plano de Melhoramentos do Bairro compreende os blocos H, I, J e L, cuja soma de fogos é 64. A nível interior, a intervenção actua na pintura e requalificação da caixa de escadas, colocação de novos materiais de acabamentos e, nas cozinhas e casas de banho, substituem-se as instalações eléctricas e infraestruturas de água. Exteriormente, assiste-se à pintura das fachadas e sustituição da caixilharia e coberturas. No espaço público, uma parte dos passeios serão recolocados, dar-se-á lugar à repavimentação e marcação dos lugares de estacionamento e colocação de mobiliário urbano (duas churrasqueiras amovíveis e bancos em betão). Neste seguimento, questionou-se os moradores acerca da intervenção a decorrer e o feedback obtido não mostrou um agrado completo:

«Estão a pintar as paredes e substituir as janelas (...).
Se realmente fizessem o que importa, isto não muda nada!»[158]

Então, interrogados sobre o que falta no Bairro das Enguardas, a resposta destacou o preconceito para com a comunidade Roma:

«Podiam mandar embora os de lá de baixo!»[159]

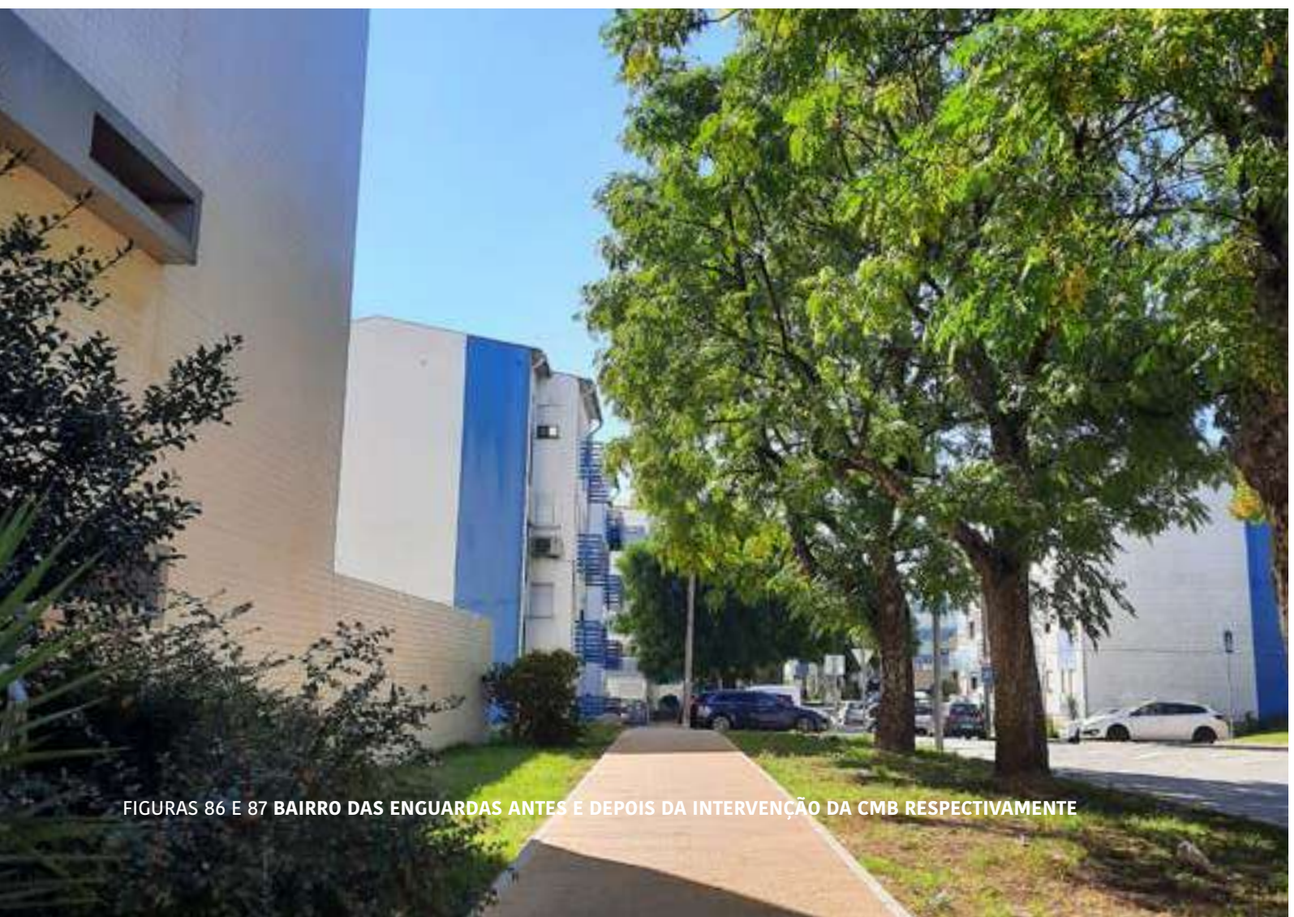
Destacam-se duas conversas que demonstram claramente o problema actual das Enguardas, que apresentam, por um lado, o preconceito interno e, por outro lado, um desfasamento entre as questões que os morado-

158 Citação retirada de Entrevista com Morador Anónimo 2, encontrada em anexo na presente Dissertação.

159 Citação retirada de Entrevista com Moradora Anónima 1, encontrada em anexo na presente Dissertação.



86.



FIGURAS 86 E 87 **BAIRRO DAS ENGUARDAS ANTES E DEPOIS DA INTERVENÇÃO DA CMB RESPECTIVAMENTE**

res crêem que devem ser tratadas e as intervenções propostas. O primeiro caso (entrevista com moradora anónima 1) é a conversa com uma senhora, na casa dos 60 anos de idade, que mora no Bairro das Enguardas. Referiu que mora neste Bairro há muitos anos, sendo que mora ainda na casa em que viveu e criou os seus filhos. Agora habita sozinha e reiterou que o ambiente é calmo na zona em volta ao seu bloco habitacional, que tem apreço pela capela e pela zona de lazer das crianças, com o parque infantil e o mini-campo, mas que era pertinente haver mais algo para as crianças e não tão concentrado numa única área. No entanto, quando lhe foi perguntado acerca do problema do Bairro, sem hesitar, apontou para a parte das Enguardas que acolhe as famílias de etnia cigana, argumentando que o problema é *«(...) os de lá de baixo»*[160], referindo-se aos ciganos.

O segundo caso (entrevista com morador anónimo 2) demonstra o desagrado por parte dos moradores em relação ao projecto de requalificação parcial do qual as Enguardas foram alvo. Este morador considerou que as intervenções realizadas, apesar de necessárias, eram acessórias e que havia outras que deveriam ser resolvidas primeiro. Além disso, as mudanças sugeridas para aqueles blocos potenciaram a segregação entre as zonas do Bairro, ao invés de criarem uma continuidade, visto que geraram uma quebra visual bruta entre as partes constituintes - *«Como exemplos de características que conferem continuidade a uma via podemos citar as fachadas dos edifícios ou a vegetação (...)»*[161].

Uma nota que se pode fazer a este projecto é a pintura dos quatro blocos intervencionados em tons de cinza, cuja alteração da fachada quebra com a continuidade das Enguardas e intensifica a divisão no Bairro. Se este já sofre com uma segmentação social prejudicial, criar uma separação estética da imagem do mesmo, através da pintura distinta dos blocos, só evidenciará mais este preconceito e não colocará um termo aos verdadeiros obstáculos. Em conversa com o Arquitecto Luís Abreu, da BragaHabit, ficou clara a boa intenção nesta acção, de melhorar a imagem daqueles blocos habitacionais, outrora vistos como os mais degradados, no entanto, esta intervenção pode ser apreendida como mais um elemento divisório.

---

160 Citação retirada de Entrevista com Moradora Anónima 1, encontrada em anexo na presente Dissertação.

161 LYNCH, Kevin. *A Imagem da Cidade*, página 64. Editora: Edições 70, Lisboa.



88.



FIGURAS 88 E 89 **BAIRRO DAS ENGUARDAS ANTES E DEPOIS DA INTERVENÇÃO DA CMB RESPECTIVAMENTE**

Nesta Dissertação, defende-se que a intervenção para o Bairro das Enguardas precisa implicar criar uma nova vivência no espaço colectivo, que convide ao uso por todos; que incentive a coexistência e as trocas sociais; que ofereça um conjunto de actividades que atraia um leque variado de idades e que permita gerar um sistema de segurança, que será formado pelos *«olhos»*[162] da colectividade que usufruirá do espaço público. O aumento da afluência populacional permitirá proporcionar igualmente uma utilização diária continuada do espaço público das Enguardas, devido a essa promoção de segurança supracitada; promovendo também uma maior articulação com a sua envolvente, através da oferta programática e desenho projectual. A acrescentar a este tópico, estão as melhorias necessárias relativas à qualidade do habitar do espaço doméstico e da criação de uma atmosfera privada no interior dos fogos - factor que solicita a criação de uma barreira visual entre o espaço privado e o público, concentrando os olhos alheios na zona pública, ao invés da privada. Em conversa com a Doutora Marta Azevedo, da BragaHabit, compreendeu-se a necessidade de repensar os acessos aos fogos, visto que *«Existem necessidades relativamente a pessoas com mobilidade reduzida, que entretanto pediram mudança de habitação para habitação ao nível do R/C, e/ou pedidos de execução de rampas»*[163].

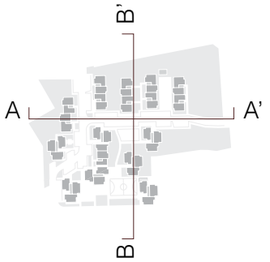
Dito isto, aproveitando algumas das intervenções já começadas pela CMB e BH, para explorar no seu potencial máximo o seu espaço público, o Bairro das Enguardas precisará de se relacionar programaticamente com os seus moradores de culturas diversas e com a envolvente urbana próxima, assim como de uma reestrutuação dos percursos pedestres e viários. Deste modo, haverá um propósito de deslocação ao Bairro, tornando-o num ponto de usufruto no quotidiano de alguns cidadãos, graças ao programa proposto e às virtudes da área pública colectiva. Deste modo, apresenta-se uma proposta de intervenção de toda a área do Bairro das Enguardas, que tem por objectivo não só melhorar a qualidade de vida dos moradores, mas também integrá-lo na malha urbana - usufruindo do espaço público como eixo de conexão e mecanismo potenciador das trocas sociais.

---

162 Termo de Jane Jacobs, retirado do seu livro *Morte e vida nas grandes cidades.*

163 Citação retirada da Entrevista com a Doutora Marta Azevedo, da BragaHabit, encontrada em anexo na presente Dissertação.

APÓS A INTERVENÇÃO DO MUNICÍPIO



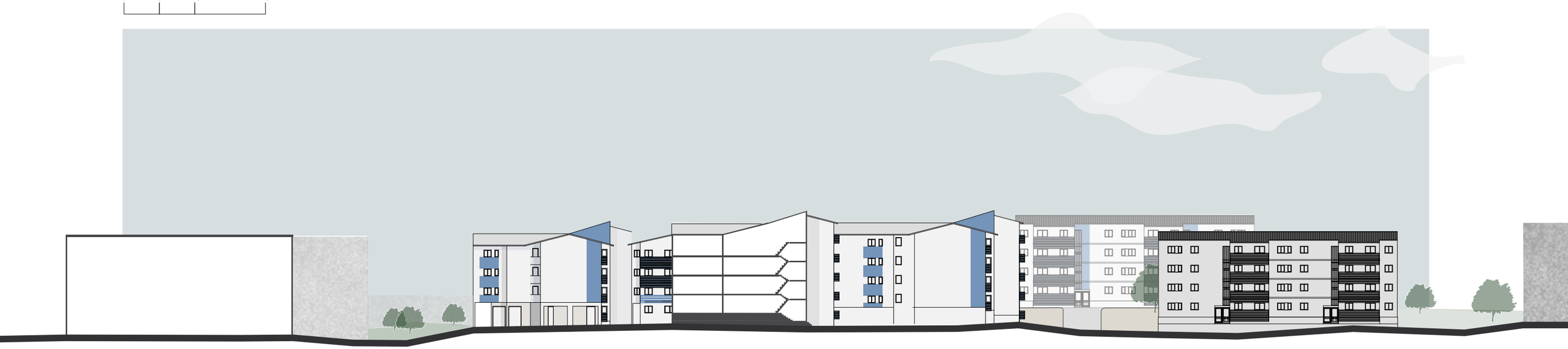
Corte AA’

0 5 10 20m



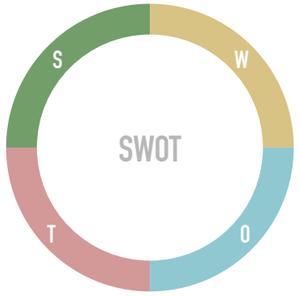
Corte BB’

0 5 10 20m



STRENGTHS
FORÇAS

- Escolas e creches no entorno imediato do Bairro
- Proximidade pedonal da Universidade do Minho
- Centro Comercial BragaParque próximo
- Distância ao centro acessível para pedestres
- Sistema de autocarros de acesso ao Bairro



THREATS
AMEAÇAS

- Preconceito étnico intra-residentes
- Preconceito dos indivíduos pelos ambientes - assumidos como perigosos - dos bairros económicos no geral
- Evasão da população jovem do Bairro
- Parte de trás do Cemitério é destratada e faceia o Bairro
- Apropriações informais e criminalidade no Bairro

WEAKNESSES
FRAQUEZAS

- Necessidade de movimentação pendular para fruição de algum espaço público
- Falta de programa e tratamento do espaço público do Bairro
- Existência de *cul-de-sac*
- Edifícios a Norte e Este viram costas para o Bairro e isolam-no
- Espaço público do Bairro constantemente despovoado

OPPORTUNITIES
OPORTUNIDADES

- Vontade municipal de intervir nos Bairros Económicos de Braga
- Programa desportivo oferecido pela CMB
- Projecto da Ciclovia da Braga Ciclável
- Vontade municipal de criar espaços verdes colectivos
- Construção do maior campo de basquetebol da Europa a 4 minutos a pé do Bairro

02.2.3. **AS SUAS POTENCIALIDADES**

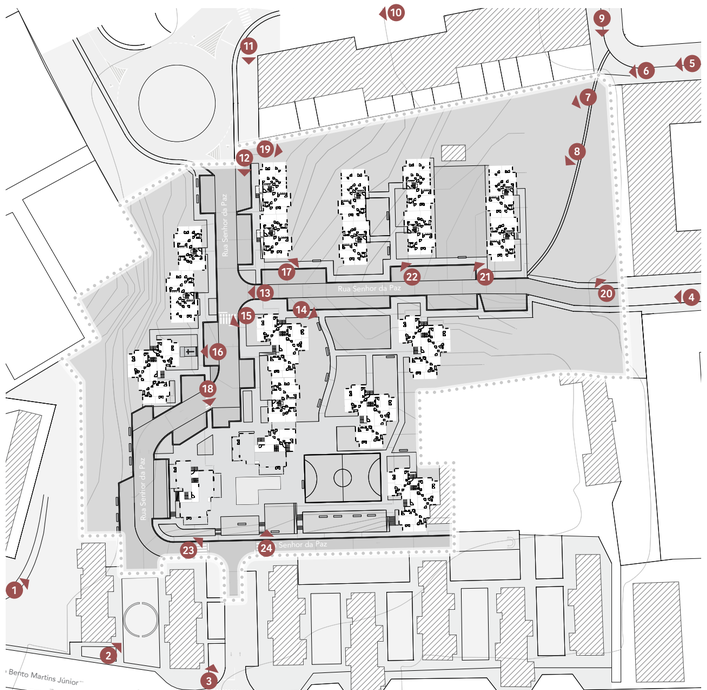
Para se poder avançar com a elaboração de um projecto de intervenção no Bairro, houve primeiro a necessidade de analisar as potencialidades e fragilidades das Enguardas. Assim sendo, criou-se um gráfico de análise SWOT, para compreender quais as suas Forças, Fraquezas, Oportunidadade e Ameaças (FOFA, na língua portuguesa). Esta análise foi fulcral para perceber os perigos que podem debilitar o projecto, assim como desencorajar à utilização; mas também para apontar todos os elementos que podem vir a ser um estímulo ao usufruto diário ou pontual do espaço público do Bairro das Enguardas.

Sumariamente, o Bairro das Enguardas encontra-se actualmente numa posição geográfica favorável ao quotidiano dos seus moradores, quer para dquirir bens necessários - como alimentos, medicamentos, pão quente, entre outros -, como também se situa próximo a escolas e da Universidade do Minho, possibilitando que uma população mais jovem ganhe interesse pelo novo programa proposto para o Bairro. Além disto, a relação pedonal com o centro da cidade é fácil e agradável, mas é também oferecido um sistema de autocarros que o relaciona com o centro e outros pontos importantes na cidade, como o Hospital, Central de Camionagem, Estação de Comboios, entre outros.

Negativamente, algumas características actuais do desenho do espaço público do Bairro e o facto da sua envolvente lhe virar as costas, assite-se ao seu rompimento com a restante malha urbana. Este motivo e o preconceito existente para com as Enguardas desencadeiam um despovoamento do seu espaço público, dando abertura a apropriações invasivas e ao crime, gerando o ciclo vicioso Despovoamento - Crime. Outro aspecto que coadjuva esta debilidade é a existência de um *cul-de-sac* e a ausência de um programa espacial que justifique a conservação do espaço público.

Felizmente, repara-se numa vontade municipal em Braga em interceder nestes bairros, para terminar com esta segregação, cujo desígnio se demonstra nas intervenções já realizadas. Para além disso, a CMB mostra igualmente uma participação activa no desenvolvimento nas áreas desportivas e no âmbito dos espaços verdes que se aborda como uma oportunidade para o apoio desta proposta apresentada a seguir.

02.2.4. **LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO DO BAIRRO DAS ENGUARDAS**


Rua Senhor da Paz
Rua Senhor da Paz
Rua Senhor da Paz


9


11


13


15


10


12


14


16

Fotografias © Marta Varajão Borges


17


19


21


23


18


20


22


24

Entradas para os blocos habitacionais







Capela do Senhor da Paz e desenho do chão em pedra cúbica





Fotografias © Marta Varajão Borges

Materialidade dos passeios



Passeios de acesso ao Bairro e marcação das passadeiras com outro material de cor diversa



Transição de material do passeio na entrada Norte do Bairro



Passeios no Bairro

Percursos pedonais em terra batida criados pela constante utilização







Espaço exterior de estendal da roupa



Paragem de autocarro



Materialidade dos passeios (continuação)



Estradas alcatroadas e passadeiras pintadas



Na entrada Este do Bairro, os passeios são em calcário branco e preto e o lambril em granito



Aproximação ao material utilizado na entrada Este do Bairro



CAPÍTULO 03. **PARA UM NOVO BAIRRO**

03.1. DEFINIÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA

Após a análise completa acerca do estado actual do Bairro das Enguardas e da verficação das suas vantagens e desvantagens, parte-se para a definição de uma estratégica de trabalho, que fortalece a realização do projecto de intervenção no objecto de estudo. Desta forma, identificam-se quatro pontos-chave que constituem o desígnio desta proposta interventiva, sendo estes, resumidamente:

1. A **Dinamização dos Usos**, cujo objectivo é reaproveitar os usos existentes no Bairro e valorizá-los, mas também inserir novos usos que incentivem à fruição generalizada do seu espaço público, promovendo-o. Deste modo, o programa proposto do Desporto relacionaria as Enguardas com as vontades municipais relativas à promoção desportiva, assim como, pelos efeitos repercutidos no espaço, os usos existentes tomariam maior preponderância e valor.

2. A **Qualificação do Espaço Público**, cuja reabilitação permitiria tecer o Bairro das Enguardas à restante malha urbana, valorizando aquela área e, consequentemente, as áreas vizinhas; a intervenção - segundo o mote “verde” - acompanharia os desígnios municipais e este novo espaço público equilibraria geograficamente as zonas colectivas públicas oferecidas na cidade. A nível local, o redesenho do espaço impediria apropriações invasivas e a acumulação de lixo no chão, como permitiria usufruir de espaços actualmente desvalorizados nas Enguardas.

3. A **Conexão das Comunidades** que, hoje em dia, vivem uma apropriação individual dos espaços. A nível macro, a relação do Bairro com a cidade, seja pela melhoria das entradas, seja pela introdução de elementos como a ciclovia, potenciaria a relação entre as comunidades das Enguardas e a cidade. Mas além disso, a nível micro, a inserção de todo um conjunto de elementos, neste espaço público, permitiria organizar a vida interna em comunidade, que neste momento falha devido ao conflito de valores.

4. A Promoção de um Clima Seguro e das Trocas Sociais, cujo afectação a nível local será enorme, visto que incentivará à permanência e, consequentemente, às trocas sociais, mas a nível urbano tornará também a zona habitacional circundante mais agradável à sua vivência.

PLANTA DE ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO NO BAIRRO DAS ENGUARDAS escala 1:2000



Definição do eixo principal pedestre

Largo central de usufruto colectivo

Pontos de recepção do Bairro redesenhados

Criação de uma barreira vegetal e de embelezamento

Redesenho dos percursos pedonais de relação com o Bairro das Enguardas

Redesenho dos percursos pedonais dentro do Bairro das Enguardas

Espaços apropriados pela comunidade cigana serão redesenhados para se integrarem formalmente no espaço

Área do Capela valorizada e portanto revitalizada

Valorização dos usos existentes

Inserção de novos usos

Representação das principais relações de afluência esperadas

Estrada Nacional 101 que permite fácil relação automóvel com o Bairro

Representação da relação programática (desporto) que será uma força na nova vivência do Bairro

Possibilidade de inserção da ciclovia proposta pela BragaCiclável

Repavimentação e fim das ruas sem saída

Percursos pedonais de relação com zona escolar potenciados

Percursos pedonais de relação com zona comercial potenciados

FIGURA 90 **REPRESENTAÇÃO DA ENTRADA PEDONAL OESTE COM NOVA PAVIMENTAÇÃO, OUTRORA EM TERRA BATIDA**

Assim sendo, após a elaboração escrita da estratégia, avança-se para a sua definição em planta, de modo a conceber uma intenção de projecto. Antes de mais, apesar de se reconhecer o limite oficial do espaço público do Bairro das Enguardas, foi delineada a área de intervenção tendo em conta o dia-a-dia dos seus moradores. Por este motivo, considera-se pertinente integrar também, neste projecto, a melhoria das travessias até ao BragaParque - espaço comercial que lhes oferece diariamente um conjunto vasto de serviços e comércio -, mas também os percursos até às zonas escolares, próximas às Enguardas. Além disso, dada a construção do maior campo de basquetebol da Europa a Norte do Bairro, e tendo em mente o desígnio programático de introduzir o desporto no desenho de espaço público, a intenção projectual alastra-se igualmente até essa nova valência desportiva na cidade de Braga.

Para começar, os acessos viários, dado que já integram o espaço do Bairro na cidade, serão mantidos, porém, ao entrar nas Enguardas, pretende-se que as estradas de circulação viária não se sobreponham ao restante desenho e, por isso, haverá uma regulação da velocidade, mas acima de tudo uma marcação através do material e da elevação da estrada, que permitirá entender que se entra num ambiente que exige maior segurança e atenção. Além disso, a materialidade unificará o espaço público do Bairro e as vias de comunicação viária serão nele incluídas, mas sem perder a sua função. De notar, contudo, que se terminará com o *cul-de-sac* existente, redesenhando essa área, de forma a permitir inverter a marcha sem qualquer problema. De seguida, define-se um eixo principal de atravessamento pedonal que rasga no eixo Sul-Norte o Bairro, iniciando-se naquela que é a estrada com maior fluxo pedestre de entre todas as que circundam as Enguardas - pode-se afirmar que, a nível pedonal, é a entrada com maior afluência. Todavia, não se desvalorizam as outras entradas pedonais nem os percursos, traçando-os e elaborando-os, recorrendo ao desenho em terra batida gerado pelo uso constante por parte dos residentes, de modo a que o novo Bairro mantenha viva a memória do espaço que lhes é conhecido.

À chegada ao Bairro, serão introduzidos pontos de recepção, cuja localização foi escolhida tem em conta os percursos pedonais actualmente realizados pelos residentes, que serão espaços de intervenção pontual, segundo o lema da intervenção "verde", mas bastante iluminados, para criar uma boa impressão e conferir segurança ao usuário. Contudo, destaca-se o espaço central de recepção, no qual será introduzida uma praça de desenho pouco rígido, definindo zonas de estar e lazer, mas permitindo também



FIGURA 91 **REPRESENTAÇÃO DA ENTRADA PEDONAL NORDESTE COM NOVA PAVIMENTAÇÃO, OUTRORA EM TERRA BATIDA**

uma apropriação mais livre por parte dos moradores - cuja liberdade espacial ligeiramente condicionada ficou compreendida como uma vontade geral, durante a entrevista ao Arquitecto Luis Abreu, da BragaHabit, que se pode ler em anexo nesta Dissertação. A localização desta praça central justifica-se também pela posição das Associações que superintendem as Enguardas. Outra particularidade que ficou bem explícita nesta entrevista foi a necessidade de, por parte da comunidade cigana, haver uma apropriação própria do espaço. Esta confirmação aliou-se às visitas ao terreno e permitiu definir duas zonas de fruição constante por parte dos mesmos, assim como as actividades, de forma a poder definir-se qual o desenho e mobiliário urbano que permitirá introduzir estas actividades singulares no espaço público das Enguardas, suavizando o aspecto de apropriação abusiva que hoje em dia transparecem: como o estacionamento e o acto de estender a roupa no exterior. Uma outra área a ser valorizada é aquela em frente à Capela do Senhor da Paz - muito admirada pelos residentes -, cujo espaço acolhe anualmente as celebrações em homenagem ao Senhor da Paz.

Também na entrevista ficou esclarecida a importância que a Sede do Sporting Clube Leões das Enguardas, que acolhe a equipa de futebol do Bairro, tem sobre as Enguardas, sendo que a maioria dos jovens que aqui habitam jogam nesta equipa. Assim sendo, dado o valor desta Associação, na introdução dos novos usos, seria inserido um novo campo de futebol, que responda melhor às suas necessidades e que potencie mais ainda a dinâmica que esta Sede já cria no Bairro. Ademais, sendo também referida a importância das crianças nas Enguardas - destacando a Associação Famílias, que promovem um conjunto de actividades de apoio os mais novos, como o ATL -, introduzir-se-iam igualmente momentos pontuais para diversão infantil, mas ao mesmo tempo didáticos, que valorizem e ensinem, por exemplo, a importância do desporto para uma vida saudável, tendo em conta o programa projectual proposto. É importante relembrar que a iluminação e visão constante serão factores preponderantes neste desenho, assim como a delimitação daquilo que é espaço público, diferenciando-o do espaço privado doméstico. Também se relembra que todo o espaço público será pensado segundo um desígnio de introdução do "verde" e aproveita-se esta característica para criar uma barreira vegetal, que esconde de certo modo, a parede traseira do cemitério, que é neste momento um elemento que enfusca o Bairro.

PLANTA DE IMPLANTAÇÃO DO BAIRRO DAS ENGUARDAS
pontos-chave na relação com o Bairro: escolas, campo de basquetebol e BragaParque
sem escala • o **Anexo F** apresenta esta planta na escala 1:2000 num A2 desdobrável



03.2. ESCOLHA DE UM PROGRAMA INTERVENTIVO

Antes de mais, evidencia-se que a selecção do programa interventivo teve por alicerce as conversas com a Doutora Marta Azevedo[164], da BragaHabit, responsável pelo apoio social aos moradores do Bairro das Enguardas, e também conversas com alguns moradores. Na verdade, o programa proposto é fruto dos desígnios dos moradores, ao qual se agrega uma melhoria da qualidade da imagem do Bairro, de forma a terminar com o estigma da carência qualitativa dos complexos de habitação económica.

Assim sendo, foram enumerados os pedidos dos moradores, sendo que são apresentados pedidos gerais, mas também alguns específicos de cada comunidade, a cigana e a não-cigana. A nível geral, elencam-se os seguintes: a **melhoria das condições do parque infantil e do mini-campo**, a **reorganização do estacionamento**, **criação de zonas de estar e brincar para crianças**. A nível particular, foi indicada a **melhoria do estacionamento para as carrinhas das feiras** e uma **valorização da zona que envolve a Capela do Senhor da Paz**.

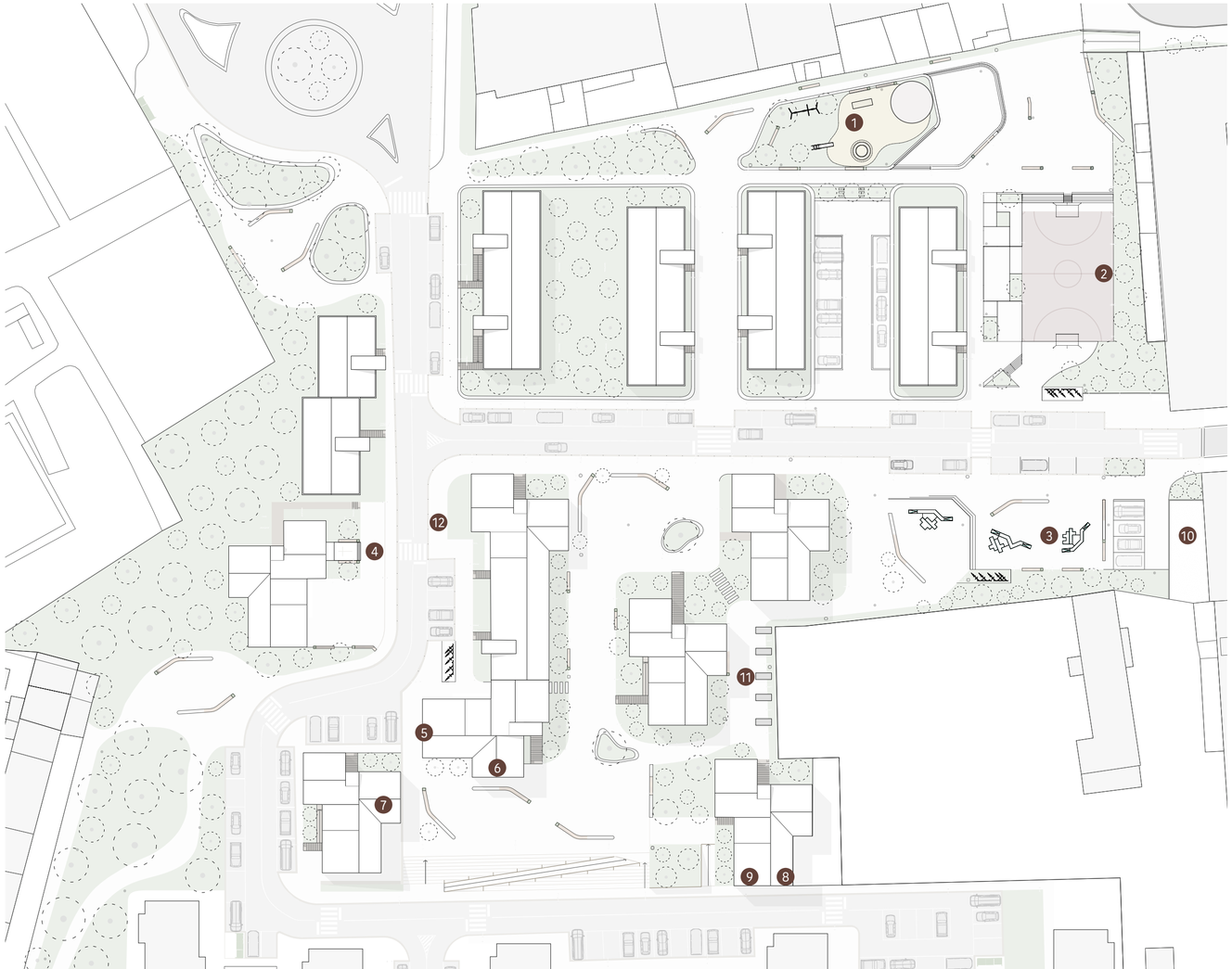
Além disso, a intervenção agarra-se de igual modo às actividades que decorrem frequentemente no Bairro das Enguardas, como o Trial Bike, ou Associações que o dinamizam como o Clube Desportivo Leões das Enguardas que, segundo o Arquitecto Luís Abreu, *«(...) faz com o que Bairro tenha muita, muita vivência (...). Eles mesmo também têm muita dinâmica ali no Bairro e têm muita força e têm muita influência na camada mais jovem. (...) eles são também uma força viva daquela comunidade»*[165]. Para terminar, a intervenção aposta também em oferecer espaços que permitam manter a realização de actividades que actualmente são efectuadas no espaço público, como o acto de secar a roupa, de modo a não alterar os hábitos das comunidades. Além disso, este fio condutor faz-se acompanhar de uma intenção de manter o espaço público do Bairro das Enguardas "verde", já que, como se verificou na análise da sua envolvente, este aspecto está em falta.

164 Dadas as condições pandémicas actuais, a ajuda da Doutora Marta Azevedo foi fulcral na realização e definição do programa interventivo, dado que, devido ao facto de temerem pela sua saúde, os moradores não estavam a propiciar uma ajuda completa. Assim, a Doutora Marta Azevedo, já por eles conhecida, recolheu junto deles um conjunto de informação pertinente relativo às necessidades e desejos dos mesmos.

165 Citação retirada da Entrevista com o Arquitecto Luís Abreu, da BragaHabit, encontrada em anexo na presente Dissertação.

PLANTA DO BAIRRO DAS ENGUARDAS

0 5 10 20m



Legenda

1. Parque Infantil com zona coberta de apropriação livre
2. Campo de Futebol
3. Área destinada ao Trial Bike
4. Capela do Senhor da Paz
5. Associação de Moradores do Bairro das Enguardas
6. Loja de conserto e manutenção de calçado
7. Instalações do novo ATL
8. Sede do Sporting Clube Leões das Enguardas (por baixo do edifício)
9. Café (por baixo do edifício)
10. Zona extra de arrumos, quer para os trabalhadores de feira que precisem, quer para material do Trial Bike
11. Área destinada à secagem de roupa com mobiliário urbano destinado para este fim
12. Paragem de autocarro

03.3. PROPOSTA FINAL

A proposta final almeja usufruir das potencialidades identificadas no Bairro das Enguardas e uni-las às necessidades de melhoria urbana e às vontades dos moradores, de forma a responder à problemática levantada, ou seja, à questão da insegurança no espaço público, devido ao seu desuso continuado que desencadeia uma desertificação das Enguardas, dando lugar ao vandalismo e criminalidade.

Deste modo, o programa proposto visa atrair um uso continuado por parte dos residentes, mas também dos demais cidadãos que assim desejem usufruir do mesmo. Primeiramente, o projecto define os caminhos de acesso ao Bairro, sejam estes pedestres ou viários. Relativamente aos primeiro, observa-se uma pavimentação destes, assim como a sua definição, segundo o mote da naturalidade do desenho, de maneira que, ao percorrê-los, se crie uma analogia sensorial com a Natureza e os espaços verdes. Além do mais, são mantidos no mesmo lugar dos pré-existentes de forma a dar lugar à memória do passado, mas adaptada ao projecto do presente. Ainda nesta lógica, os percursos viários são alvo de um outro tipo de transformação, sendo que são elevados à cota dos passeios, de modo a haver uma unidade dos mesmos e quebrando com a ideia da estrada de circulação automóvel, passando a compreendê-la como uma continuidade do espaço público, fortificando a ideia do projecto de Bairro de atravessamento pedestre e dos percursos naturais. Contudo, estabelece-se uma diferenciação que é conseguida através do escurecimento material e a segurança de circulação é alcançada pela limitação dos limites de velocidade e pela colocação de pilaretes ao longo destes percursos.

De seguida, definem-se três zonas que se espera que acolham um maior número de usuários: o largo central principal, a área do campo de futebol - acompanhada de parque infantil - e, por último, a zona destinada à prática do Trial Bike (que, nos outros dias, será usufruída como largo de estar e lazer). Assim sendo, cada espaço acima citado procura responder a situações distintas e, portanto, mantendo a mesma linguagem projectual, apresentam desenhos de certo modo distintos:

1. **Largo Central**: este largo foi pensado como um prolongamento dos usos que já se encontravam nos edifícios circudantes. Para começar, encontra-se a Oeste do Largo um ATL, a Norte um sapateiro e a Sede da

MATERIALIDADE



92 e 93.

MOBILIÁRIO URBANO

bancos



94.



95.



96.

fonte de água / bebedouro



97.

vaso de plantas



98.

caixotes do lixo



99.

iluminação

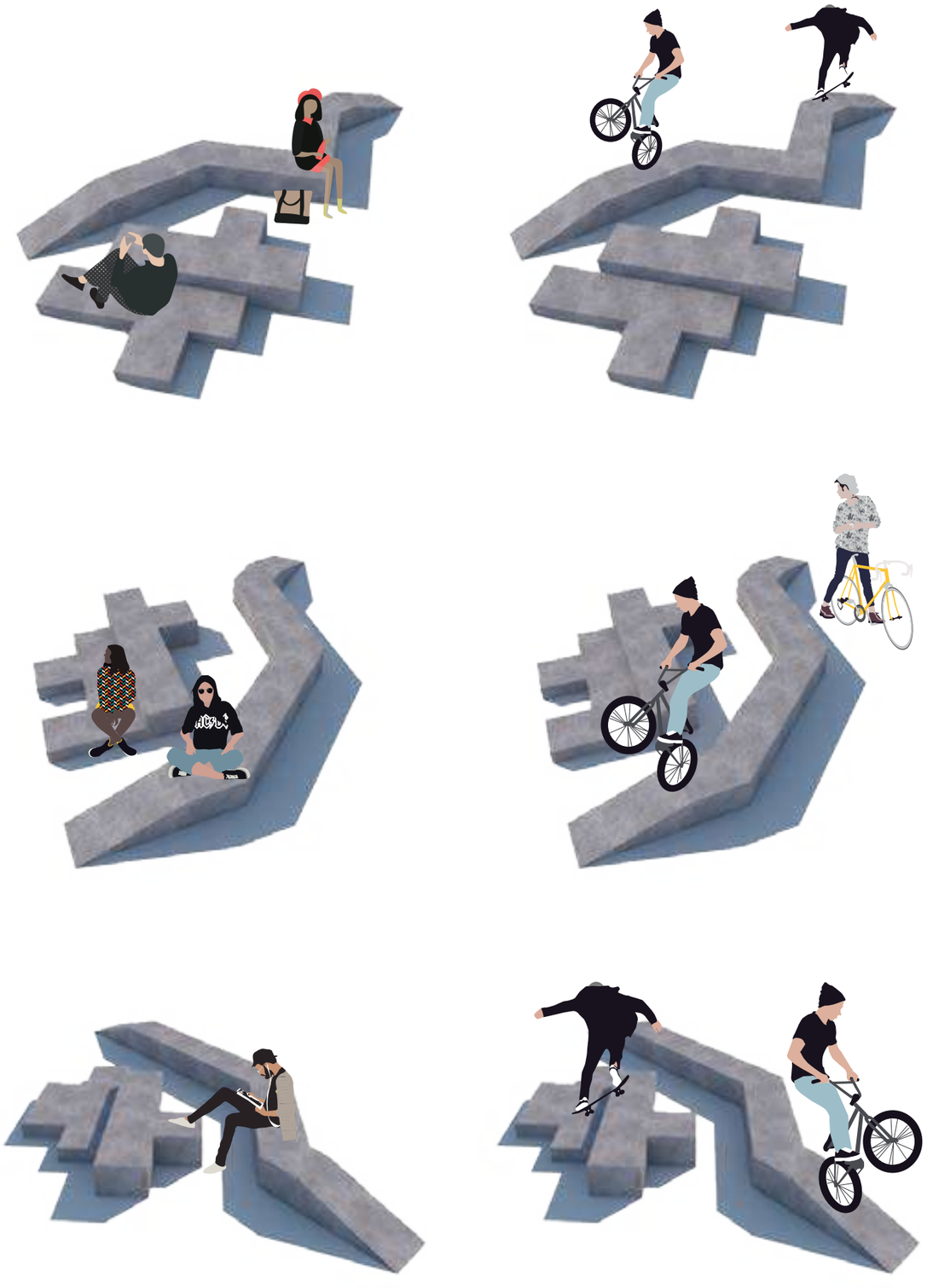


100.

Associação de Moradores e a Este o acesso que liga à Sede de Futebol e ao Café. Portanto, por si só, é um espaço que será ocupado no dia-a-dia pelos usuários que utilizarão algum destes estabelecimentos. Assim sendo, foi criado um desenho de mobiliário que permita estar, mas que também defina os diversos fluxos (circulação ou lazer) que se sentirão numa área só. No entanto, tendo em conta que o ATL realiza várias actividades com as crianças no exterior, foi deixada uma área desocupada de modo a permitir uma apropriação livre no decorrer destas actividades. A versatilidade do espaço possibilitará haver uma sensação generalizada de pertença, quer por parte da comunidade cigana, quer da não-cigana, visto que as acções e equipamentos encontrados neste Largo são de uso comum, sem excepção de nenhuma das partes. Posto isto, este Largo Central procura facilitar o acontecimento das actividades necessárias, mas dá lugar e incentiva às actividades opcionais, de forma a promover as trocas sociais no Bairro das Enguardas.

2. **Campo de Futebol** - O campo de futebol surge de uma necessidade muito específica, visto que no Bairro das Enguardas existe uma Sede de Futebol - Clube Desportivo Leões das Enguardas - que dinamiza muito o Bairro, pois atrai vários jovens de fora e é um forte incentivo às trocas sociais. Assim sendo, o campo foi relocalizado numa área que permite aumentá-lo, aproveitando a pequena diferente de cota para criar uma bancada, que relaciona com a praceta que acolhe quem chega a partir dessa entrada pedonal a Nordeste. Ademais, há uma vontade de relacionar este campo com o campo de basquetebol a Norte - promovido pela CMB -, criando um eixo desportivo que une o programa do Bairro ao programa da cidade. Além do mais, essa praceta relaciona-se igualmente com o parque infantil a Norte, que se faz acompanhar de uma estrutura simples composta por três pilares e uma cobertura, cuja simplicidade permite uma apropriação do espaço de um modo mais livre, dentro dos limites que este permite, dado que a população do Bairro, em especial a comunidade cigana, tem costume de realizar convívios no seu espaço público. Deste modo, ao invés de os realizar nessa zona em tendas informais, pode realizá-los nesse espaço apropriado para o momento. Posto isto, esta zona baseia-se nos ensinamentos retirados do modo de apropriar o espaço público por Aldo van Eyck, integrando os espaços das crianças no desenho de espaço público, contudo sem os fechar aos restantes, mas, pelo contrário, abrindo-os e convidando ao uso colectivo, promovendo as trocas sociais.

VERSATILIDADE DO MOBILIÁRIO URBANO INSERIDO NA ÁREA DO TRIAL BIKE
espaço de lazer *vs* espaço de trial bike - e até mesmo outros usos (como, por exemplo, skate)



3. **Trial Bike** - Esta actividade toma lugar nalguns bairros económicos de Braga, incluindo as Enguardas, e, dentro dos seus vários propósitos, fortalece os laços entre todos no Bairro, especialmente entre os jovens. Assim sendo, guarda-se um espaço que acolha esta actividade nos dias em que ocorra. No entanto, visto não acontecer todos os dias, nos restantes assumirá o papel de espaço de estar e, por isso, apresenta-se para aqui um desenho de mobiliário urbano simples, mas capaz de se adaptar a ambas as apropriações desta zona.

Por último, destacam-se duas áreas: a primeira, junto à Capela do Senhor da Paz, e a segunda, a zona destinada à secagem de roupa no exterior. Relativamente à primeira, durante a recolha de informação relativamente a este Bairro e aos seus moradores, ficou evidente a importância que esta Capela tem para os moradores, em especial para a comunidade~não-cigana. Sendo assim, valoriza-se ainda mais esta área para eles já tão importante, redesenhando e repavimentando o espaço, permitindo a apropriação da nova zona nos momentos necessários, como por exemplo no dia das celebrações em honra do Senhor da Paz. Já sobre o segundo espaço - a zona de secagem de roupa - esta destina-se maioritariamente à comunidade cigana, não sendo limitado o uso aos mesmos. No entanto, em visitas ao terreno, foi perceptível a constante apropriação do espaço público por parte destes para proceder a esta acção (como está comprovado no levantamento fotográfico apresentando anteriormente). Sendo assim, introduz-se um mobiliário urbano específico para esta actividade da comunidade cigana, de forma a terminar com o carácter invasivo que apresentava e integrando-a no espaço público. Quanto aos edifícios, melhorou-se a acessibilidade aos fogos através da introdução de elevadores que permitem um acesso facilitado e a imagem dos blocos habitacionais foi também melhorada, aproveitando a ideia de prótese retirada de um projecto de referência já apresentando e pondo fim à forma recortada do edifício, acrescentando varandas à pré-existência, melhorando a qualidade dos fogos, permitindo criar igualmente um afastamento do exterior, conferindo maior privacidade. Para coadjuvar à melhoria da imagem do Bairro, as janelas e as coberturas sofrem também elas alterações, repercutindo de igual modo na qualidade energética dos edifícios. Posto isto, apresenta-se um novo Bairro das Enguardas que responde às necessidades dos moradores e que o tece à restante urbe, convidando a um uso mais geral e incentivando as trocas sociais, conferindo a segurança necessária através do povoamento e uso.

PROPOSTA FINAL



Corte AA'

0 5 10 20m



Corte BB'

0 5 10 20m

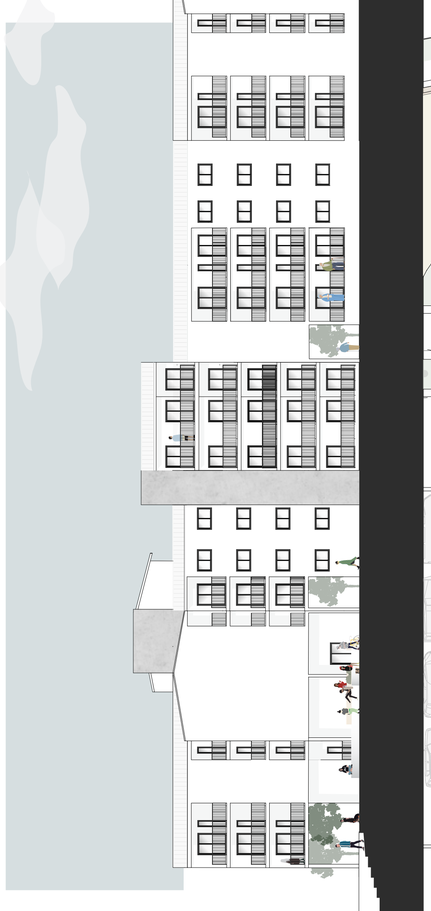




PLANTA DE APROXIMAÇÃO E
CORTE DO LARGO CENTRAL

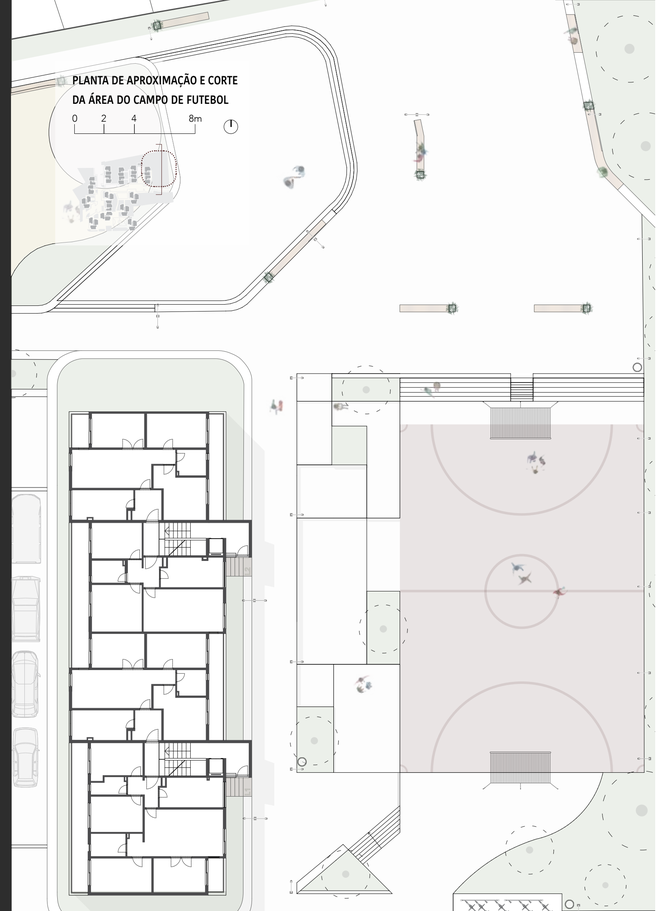
0 2 4 8m





PLANTA DE APROXIMAÇÃO E CORTE
DA ÁREA DO CAMPO DE FUTEBOL

0 2 4 8m





EDIFÍCIO TIPO 1

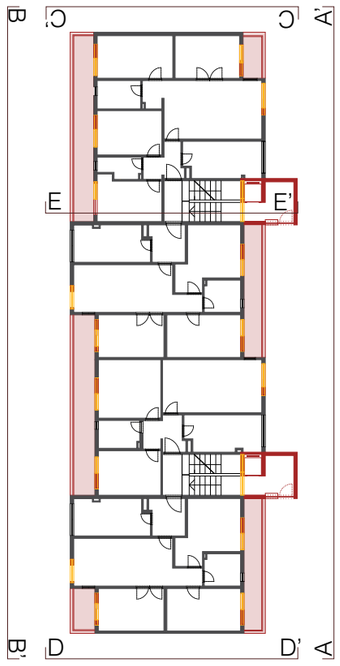
BAIRRO DAS ENGUARDAS

proposta interventiva



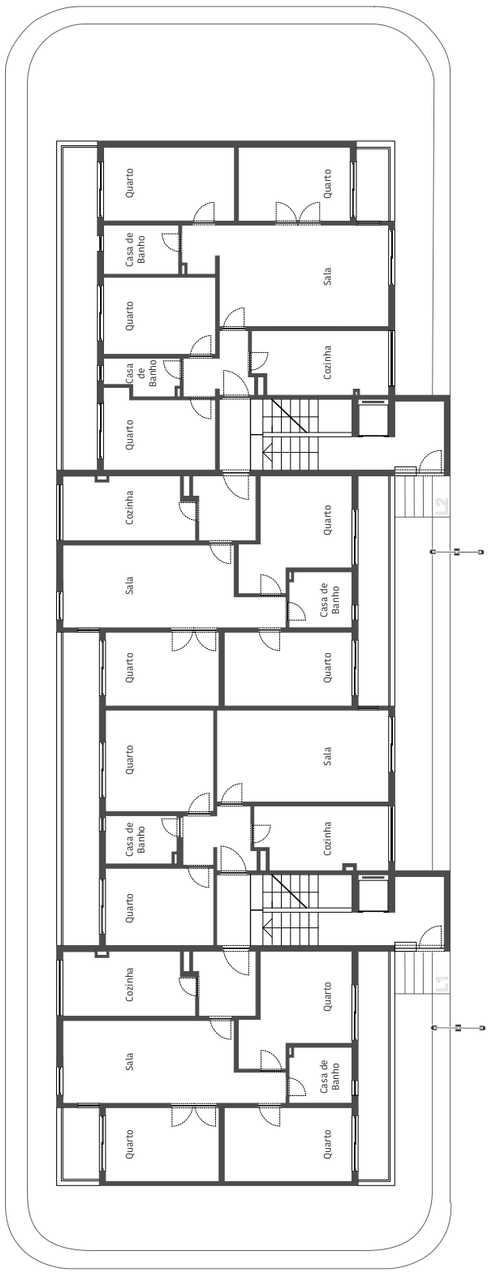
PLANTA VERMELHOS E AMARELOS

0 5 10 20m



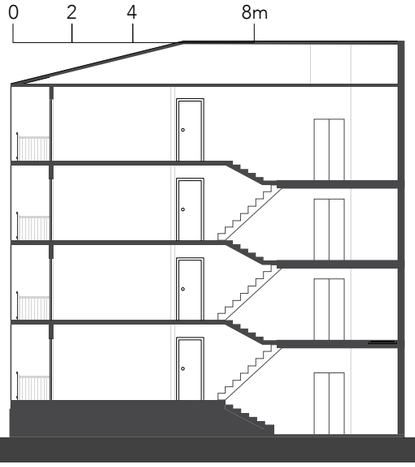
PLANTA DO RÉS DO CHÃO

0 2 4 8m



CORTE EE'

0 2 4 8m



ALÇADO AA'

0 2 4 8m



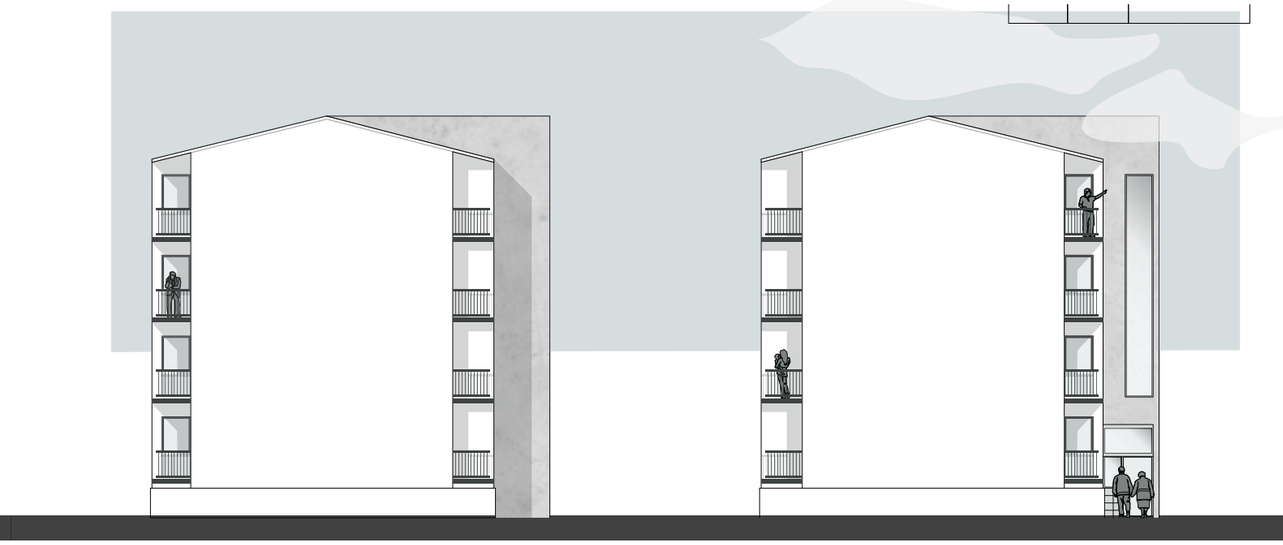
ALÇADO BB'

0 2 4 8m



ALÇADO CC' E ALÇADO DD'

0 2 4 8m



EDIFÍCIO TIPO 2

BAIRRO DAS ENGUARDAS

proposta interventiva

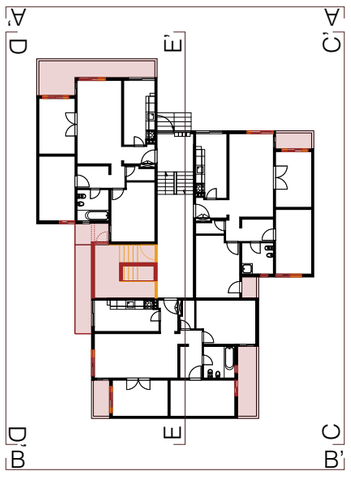
PLANTA DO RÉS DO CHÃO

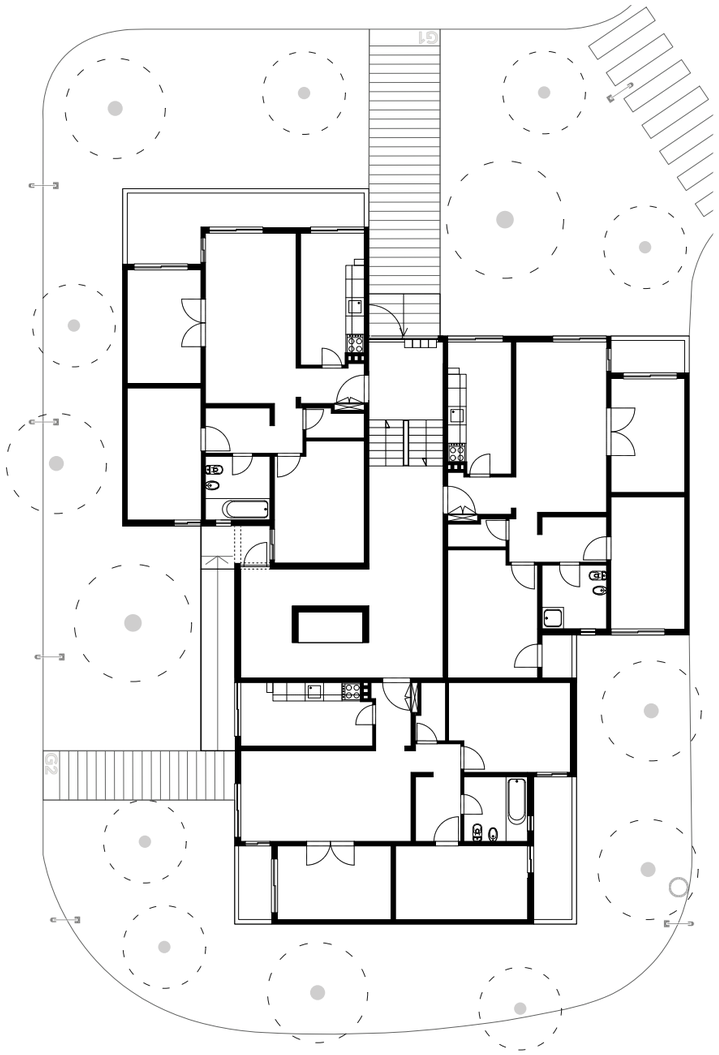
0 2 4 8m



PLANTA VERMELHOS E AMARELOS

0 5 10 20m





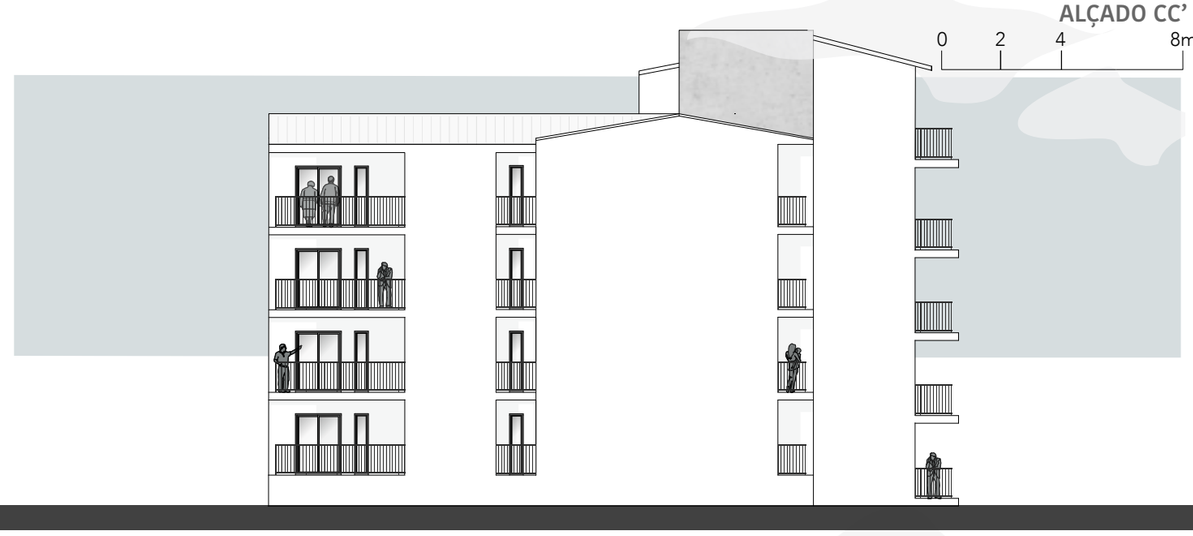
ALÇADO AA' E ALÇADO BB'

0 2 4 8m



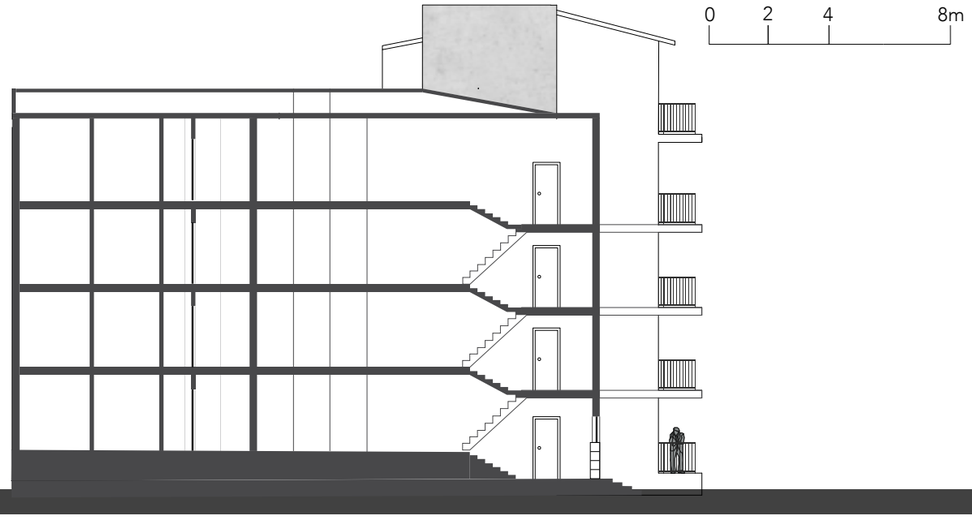
ALÇADO CC'

0 2 4 8m



CORTE EE'

0 2 4 8m



ALÇADO DD'

0 2 4 8m





CAPÍTULO 04. **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Articular o Disperso: o espaço público como catalisador da consistência social é um trabalho de investigação que parte primeiramente de uma pesquisa teórica, cujo fim último é esclarecer acerca do modo como a utilização dos espaços colectivos podem influenciar as trocas sociais. Posteriormente, foca-se igualmente no modo como estas trocas sociais contribuem para o clima de segurança de um espaço, devido à vitalidade que geram. Esta pesquisa teórica funde-se numa investigação que, inicialmente, levanta as perguntas necessárias à criação de uma narrativa, e depois avança na busca das respostas, que se materializam a posteriori num exercício prático no Bairro das Enguardas, em Braga. A escolha deste objecto de estudo alicerça-se na minha naturalidade bracarense, fortalecendo o vínculo com esta investigação e, em especial, com o resultado prático final que dela advém. Deste modo, nesta lógica, a estrutura do trabalho divide-se em três partes que permitem criar um fio condutor lógico, começando por **Explanar a indagação**, seguindo **Na procura de uma solução**, terminando na apresentação de uma estratégia simples de intervenção no **Bairro das Enguardas**, em Braga.

Tendo em conta que o caso de estudo escolhido é um complexo habitacional social, cujo usufruto do seu espaço público está em decandência devido ao clima de insegurança e aos conflitos intra-residentes na maneira como este é apropriado - e sem obliterar o tema do espaço público enquanto catalisador da consistência social -, a pesquisa inicia-se precisamente por levantar o tópico da habitação social, destacando especialmente o momento em que se evidencia a importância do indivíduo, do seu quotidiano e dos espaços colectivos aquando a realização de um projecto de bairro económico. Esta relação ganha maior proporção no momento em que se repara numa vontade de associar o dia-a-dia individual com o programa urbano, pela ligação projectual dos equipamentos e serviços comuns com os espaços colectivos e públicos da cidade. No entanto, tendo em mente a sociedade fugaz actual, é necessário reflectir sobre o espaço público na contemporaneidade, pensando na problemática da insegurança - escolhida como fio condutor da narrativa - e em como o inseguro se reflecte nos espaços públicos actuais. Ainda nesta lógica, sublinhando a contemporaneidade do tema, é impreterível referir a multiculturalidade e o processo de aculturação a que se assiste dos espaços públicos. Para reforçar a importância deste tópico, relembra-se que no Bairro das Enguardas se assiste a uma mistura cultural



forte - entre a comunidade Roma e a não-Roma, de modo que, no último tópico da primeira parte, se destaca a comunidade cigana, cuja apropriação das áreas comuns se mostra conflituosa com os demais, devido ao seu carácter centrado sobre si mesmo, além de que a compreensão do limite individual e a consciência daquilo que é a área do outro se mostra distinta. Desta forma, os diferentes modos de apropriar o mesmo espaço gera este conflito, cuja falta de desenho do espaço público complicará o término do mesmo, pois não definirá esse limite espacial, que a comunidade Roma, por si só - devido também aos seus costumes e hábitos - não o irá definir.

É neste âmbito que a procura pela solução se inicia por reflectir sobre o modo de olhar para os espaços públicos: como devemos compreendê-los actualmente? Primeiramente, na sociedade actual, é obrigatório percebê-los como espaços de mistura cultural, social, que não devem cumprir outra função além daquela para a qual são elaborados: ser um espaço público. Posto isto, encaminha-se a pesquisa teórica de forma a procurar responder à problemática da insegurança levantada anteriormente, cujo resultado vinca a influência da qualidade do espaço público nos variados tipos de actividade que nele ocorrem. Ainda nesta lógica, evidencia-se que as actividades necessárias são aquelas que sempre acontecem, independentemente da qualidade espacial das áreas públicas. No entanto, a diferença encontra-se no momento de analisar as actividades opcionais, que ocorrem com maior frequência num bom espaço público e, por isso, dá lugar a uma maior troca social, aumentando as actividades sociais. Estas trocas sociais criam vitalidade na rua que pode vir a ser usada como mecanismo de segurança, pois quanto maior for o grupo a usar um espaço público, menor a chance deste se tornar perigoso. É aqui que se releva a importância da vitalidade, mas também da diversidade no espaço público, já que quanto maior for o número de actividades no mesmo, maior será o leque de pessoas que os utilizará – vinculando-se assim também à vitalidade.

Seguindo ainda este fio condutor, pesquisa sobre a forma como a visão sobre um espaço público convida ou inibe o seu uso, quer relativamente à importância da iluminação, mas principalmente da relevância do campo de visão, que permite identificar o limite do espaço. Deste modo, a tenuidade do limite é abordado tanto como característica divisória, mas também como elemento que pode permitir uma melhor relação entre o dentro e o fora desse limite, tecendo uma união entre ambas as partes, mas salvaguardando a identidade de ambos os momentos. Ainda neste tópico,

releva-se o limite entre o público e o doméstico, cuja ideia defendida é a transição gradual entre ambos os ambientes, de modo a proporcionar um melhor usufruto do público sem retirar o carácter de privado do doméstico. Assim, o espaço público pode ser aproveitado da sua melhor forma e é por esse motivo que se faz renascer o significado de rua que outrora se percebia nas apropriações da mesma, isto é, a rua como espaço de convívio e encontro, mais que como um meio de comunicação. Por este motivo, se apresenta a aura sinergética da rua, que almeja acima de tudo quebrar a ideia de cidade rasgada pelas vias de comunicação, permitindo que esta volte a ser um prolongamento dos espaços públicos e dos espaços domésticos, tornando todo o espaço uno, mas relacionado por aquela passagem gradual defendida anteriormente.

Assim sendo, tendo já uma base teórica sustentada, avançou-se para a elaboração de uma estratégia simples de intervenção no Bairro das Enguardas. Este complexo habitacional encontra-se, actualmente, num ponto da cidade que oferece um leque variado de serviços e comércios e, por isso, este aspecto não era um problema a resolver. Por isso, a união com os moradores do Bairro foi imprescindível, de forma a poder oferecer uma estratégia de projecto que pudesse responder à problemática da insegurança que já havia escolhido, mas que em simultâneo respondesse às necessidades locais. Infelizmente, devido à pandemia da Covid-19, o contacto com os moradores foi prejudicado, pois havia um receio mútuo em quebrar o distanciamento social imposto pelas circunstâncias. Contudo, neste momento, recorreu-se a outros actores das Enguardas, como a assistente social, que acompanha os moradores do Bairro e o arquitecto responsável pelos projectos anteriores neste mesmo complexo. As conversas com os mesmos juntaram-se às conversas que tinham já sido realizadas com os moradores – destacando o apoio da assistente social que reuniu os pedidos específicos dos residentes. Por este motivo, apesar das circunstâncias, foi possível elaborar uma estratégia que desse resposta às necessidades locais.

A estratégia de intervenção final sustenta-se numa análise completa da relação do Bairro das Enguardas com a parcela de cidade ao seu redor, mas acima de tudo alicerça-se nos pedidos dos moradores. Assim, apresenta-se uma organização espacial que se foca no redesenho dos eixos pedestres, relacionando as partes do Bairro a partir de percursos pedonais, destacando o eixo principal Norte-Sul que interliga todos os momentos criados, quer de entrada, quer os proporcionados ao longo da estratégia de intervenção. A

nível programático optou-se por inserir um campo de futebol, de maneira a promover a equipa de futebol das Enguardas - que se apresenta como um dos maiores promotores de trocas sociais do Bairro; introdução de um parque infantil, de desenho mais livre, com áreas de apropriação livre (inspirado em Aldo van Eyck), de forma a haver uma continuidade entre os diferentes momentos da proposta singela; criação de zonas de estar e convívio comuns. Além disso, são proporcionadas áreas de usufruto específico de acordo com as características e costumes das duas comunidades presentes no Bairro das Enguardas, de modo a permitir o mesmo uso dos espaços públicos, sem parecer uma apropriação abusiva dos mesmos. Foram criadas zonas de arrumos, assim pedidas pelos moradores, e zonas de uso polivalente, adaptáveis às diferentes actividades propostas.

A base de elaboração da estratégia de intervenção, que se apoia nas conversas com moradores e actores do Bairro, procurando resolver a problemática da insegurança através da inserção de novos usos e melhoria dos usos já existentes e, por isso, cativando ao uso continuado, pretende também auxiliar na construção de pensamentos e estratégias de projecto em condições semelhantes, cujo alcance vai além da sua aplicação em complexos de habitação social. No entanto, apesar deste potencial, o objectivo primeiro desta estratégia é resolver a questão da insegurança promovendo um novo dinamismo espacial, dando lugar às trocas sociais, relacionando o objecto de estudo com a cidade, mas também melhorando o convívio intra-residentes, caminhando - pouco a pouco - contra o estigma criado contra este Bairro. É neste sentido que se apresenta o título **Articular o Disperso**, visto que o objectivo principal parte da vontade de articular a relação do Bairro com a cidade, que *a priori* se apresentava como dispersa, assim como a relação entre os moradores que se mostrava dispersa também.

Por último, a estratégia sugerida para o Bairro das Enguardas apresenta-se como uma base processual para os desenhos dos espaços públicos e de redesenho dos acessos aos fogos deste complexo habitacional, assim como poderá servir de base à elaboração de outros projectos de espaços públicos com as mesmas problemáticas. Além disso, note-se que, devido à constante modificação das necessidades locais, a estratégia apresentada mostra-se adaptável às transformações - devido à sua pontualidade interventiva, intensificando a forte relação com as vontades dos moradores, que vem sendo a ser defendida ao longo da presente Dissertação. Deste modo, será perdurado no tempo este desígnio de **Articular o Disperso**.

FONTES.

BIBLIOGRAFIA

AELBRECHT, P.; STEVENS, Q. - editors (2019). *Public Space Design and Social Cohesion: An international Comparison edited by Patricia Aelbrecht and Quentin Stevens*. Editora Routledge Taylor & Francis Group. Nova Iorque.

AMARGÓS, M. (2012). *Reabitar en nueve episodios*. Editora Lampreave. Madrid.

ANTUNES, G. (2018). *Políticas de habitação - 200 anos*. Editora Caleidoscópio. Casal de Gambra.

ARENDT, H. (2007). *A condição humana*. 6ª reimpressão; 10ª edição. Editora Forense Universitária. Rio de Janeiro.

AUGÉ, M. (1994). *Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Tradução por Maria Lúcia Pereira. Editora Papirus. São Paulo.

BANDEIRINHA, J. A. (2011). *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*. 1ª edição, 2ª impressão. Editora Imprensa da Universidade de Coimbra.

BENJAMIN, W. (2009). *Passagens*. 2ª reimpressão. Editora UFMG - Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. São Paulo.

BRANDÃO, A.; BRANDÃO, P. - coordenadores (2019). *O lugar de todos: Interpretar o espaço público urbano*. Editora IST-ID, Associação do Instituto Superior Técnico para a investigação e Desenvolvimento. Lisboa.

BULLOCK, M.; JENNINGS, M. - editors (2002). *Walter Benjamin: selected writings*. 5ª impressão. Editora The Belknap Press of Harvard University Press.

CARERI, F. (2013). *Walkscapes: o caminhar como prática estética*. 1ª edição. Tradução por Frederico Bonaldo. Editora Gustavo Gili. Barcelona.

CERTEAU, M. (1998). *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 3ª edição. Editora Vozes Ltda. Rio de Janeiro.

CONSELHO NACIONAL DO SAAL (1976). *Livro branco do SAAL, 1974 - 1976. Volume 1*. Edição dos Responsáveis.

CHOAY, F. (1992). *O Urbanismo*. 3ª edição. Editora Perspectiva S.A. São Paulo.

DUARTE, I.; CASTRO, A.; AFONSO, J.; SOUSA, M.; ANTUNES, M.; ANTUNES, M. (2005). *Coexistência inter-étnica, espaços e representações sociais: os ciganos vistos pelos outros*. 1ª edição. Editora Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas. Porto.

EILAND, H.; JENNINGS, M. - editors (2006). *Walter Benjamin: selected writings*. 1ª edição impressa. Volume 4, 1938-1940. By the President and Fellows of Harvard College.

GEHL, J. (2011). *Life between buildings: using public space*. Translated by Jo Koch. Editora Island Press. Washington.

GEHL, J. (2012). *Pour des villes à échelle humaine*. Editora Les Éditions Écosociété. Montréal.

HALL, E. T. (1977). *A dimensão oculta*. Tradução por Sônia Coutinho. 2ª edição. Editora Livraria Francisco Alves Editora S.A. Rio de Janeiro.

HARVEY, D. (2012). *Rebel Cities*. 1ª edição. Editora Verso. Londres e Nova Iorque.

JACOBS, J. (2014). *Morte e vida nas grandes cidades*. Tradução por Carlos S. Mendes Rosa. 3ª edição, 3ª tiragem. Editora WMF Martins Fontes. São Paulo.

LEFEBVRE, H. (1971). *Le droit à la ville suivi de espace et politique*. Editora Points.

LEFEBBRE, H. (2000). *Writings on cities*. 1ª edição, 4ª impressão. Selected, translated and introduced by Eleonore Kofman and Elizabeth Lebas.

LIPPOLIS, L. (2016). *Viagem aos confins da cidade*. 1ª edição. Editora Antígona Editores Refractários. Lisboa.

LYNCH, K. (1960). *A imagem da cidade*. Tradução por Maria Cristina Tavares Afonso. Editora Edições 70, Lda. Lisboa.

LYNCH, K. (1981). *A theory of a good city form*. Editora The Massachusetts Institute of Technology.

MARTÍ ARIS, C. (2000). *Las formas de la residência en la ciudad moderna: vivenda y ciudad en la Europa de entreguerras*. In Collecció d'Arquitectura. 2ª edição. Editora UPC. Barcelona.

MONTANER, J. M. (2013). *Arquitectura y crítica*. 3ª edição revista. Editora Gustavo Gili. Barcelona.

MONTANER, J.; MUXÍ, Z. (2017). *Arquitetura e política*. 1ª edição, 3ª reimpressão. Editora Gustavo Gili. Barcelona.

PALLASMAA, J. (2012). *Os olhos da pele: a arquitetura e os sentidos* (recurso eletrónico). Tradução técnica: Alexandre Salvaterra. Editora Bookman. Porto Alegre.

PORTAS, N. (1969). *A cidade como arquitectura: apontamentos de método e crítica*. Editora Livros Horizonte. Lisboa.

PORTAS, N. (2005). *Os Tempos das Formas, volume 1: A Cidade Feita e Refeita*. 1ª edição. Editora Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho (DAAUM). Guimarães.

ROSSI, A (1995). *L'architettura della Città*. Edição revista por Federico Bucci. 2ª edição. Editora Città Studi Edizioni. Milão.

ROWE, C.; KOETTER, F. (1998). *Ciudad Collage*. 2ª edição. Editora Gustavo Gili. Barcelona.

SERPA, A. (2007). *O espaço público na cidade contemporânea*. Editora Contexto. Salvador.

SILVA, Manuel Carlos; e colaboradores/as (2014). Sina Social Cigana: História, Comunidades, Representações e Instituições. 1º Edição. Editor: Fernando Mão de Ferro. Edições Colibri.

SMITHSON, A. (1967). *Urban Structuring: studies of Alison & Peter Smithson*. Editora Studio Vista. Reinhold.
SOLÀ-MORALES, M. *De cosas urbanas*. Editora Gustavo Gili. Barcelona.

SPACE TRANSCRIBERS (2018). *Transcrever: Ações participativas nos Bairros Sociais de Braga*. Promotor: Município de Braga; 1ª edição. Editores: Daniel Duarte Pereira, Fernando P. Ferreira. Braga.

TEIXEIRA COELHO NETTO, J. (1997). *A construção do sentido na Arquitetura*. 3ª edição. Editora Perspectiva S.A.. São Paulo.

VOGEL, A.; MELLO, M.; MOLLICA, O.; LIMA, M.; NUNES, Z.; PAVEL, P. (1981). *Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*. 1º volume. Edição do Centro de Pesquisas Urbanas do IBAM. Rio de Janeiro.

WHYTE, W. *The social life of small urban spaces*. Editora Project for Public Spaces. Nova Iorque.

ZUMTHOR, P. (2009). *Atmosferas*. 1ª edição, 2ª impressão. Editora Gustavo Gili. Barcelona.

BORJA, J.; Muxí, Z. (2014). *El espacio público: ciudad y ciudadanía. Prólogo de O. Bohigas*. Publicado en catalán por diputación de Barcelona (2001) e en castellano Ed. Electa (2003). Versão online in ResearchGate: https://www.researchgate.net/publication/31731154.

ARTIGOS

CASTRO, A. (2002). *Espaços públicos, coexistência social e civilidade: contributos para uma reflexão sobre os espaços públicos urbanos*. In *Cidades - Comunidades e Territórios*. Dezembros de 2002, nº5, pp. 53-67.

COELHO, J. R. *A few notes to (re)think the design of public space in contemporary city*. Tradução por Silvia Lopes.

FERREIRA, E. (2017). *O espaço público e a cidadania: contribuições de Hannah Arendt*. v.8, nº15; pp. 211-226; ISSN: 2177-6342. Belo Horizonte.

FONSECA, T. (2017). *Espaço público e formas de equipamento*. Relatório a que se refere a alínea b) do artigo 8o do Dec. Lei 239/2007 de 19 de Junho, no âmbito das Provas de Agregação em Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Porto.

GHIZZI, E. (2002). *O processo perceptivo e os significados urbanos em tempo de globalização*. In *Galáxia*, nº3. pp. 235-239. São Paulo.

GONSALES, C. (2011). *CIAM, Team X e espaço urbano nos conjuntos habitacio-*

nais brasileiros: o Conjunto Terras Altas em Pelotas. In arquiteturarevista, volume 7, nº2, pp. 101-111. Editora Unisinos - doi: 10.4013/arq.2011.72.02. Pelotas.

HAYS, M. H. (1999). *Modernism and the post humanist subject: the architecture of Hannes Meyer and Ludwig Hilberseimer*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1992, 336 pp. ISBN 0-262-58141.8.

INDOVINA, F. (2002). *O espaço público: tópicos sobre a sua mudança*. In *Cidades - Comunidades e Territórios*. Dez. 2002, n.0 5, pp. 119-123.

KARAÇOR, E. K. (2016). *Public vs. Private: The evaluation of different space types in terms of publicness dimension*. In *European Journal of Sustainable Development*, 5, 3, 51-58. ISSN: 2239-5938.

LOBODA, C. (2016). *Espaço público e periferia na cidade contemporânea: entre as necessidades e as possibilidades*. v. 37, pp. 37-63. Curitiba.

MARUSHIAKOVA, E.; POPOV, V. - editors (2016). *Roma culture: myths and realities*. Volume 3. Series Editors: Hristo Kyuchukov and Ian Hancock.

MATRAS, Y. *Romani Culture: an introduction. In Project Education of Roma children in Europe*. Editora Council of Europe.

MAZZA, A. (2009). *Ciudad y espacio público: las formas de la inseguridad urbana*. In *Cuadernos de investigación urbanística* - Ci[ur]62. Editora Instituto Juan de Herrera. Madrid.

MONTGOMERY, J. (1998). *Making a city: urbanity, vitality and urban design*. In *Journal of Urban Design*. Volume 3, Nº 1, pp. 93-116.

SERPA, A. (2013). *Microterritórios e segregação no espaço público da cidade contemporânea*. In *Cidades*, volume 10, nº17. Pelo Grupo de Estudos Urbanos da Universidade Federal da Bahia. Bahia.

SHIER, H. (1984). *Adventure playgrounds: an introduction*. Published by National Playing Fields Association. ISBN 0 946085 012.

SIZA VIEIRA, A. (1986). *O 25 de Abril e a transformação da cidade*. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº18/19/20 de Fevereiro de 1986.

SOBARZO, O. (2006). *A produção do espaço público: da dominação à apropriação*. In *GEOUSP - Espaço e Tempo*; nº19, pp. 93-111. São Paulo.

SOLÀ-MORALES, M. (2008). *La segunda historia del Proyecto Urbano*. In *DEARQ - Revista de Arquitectura*, nº1, pp. 30-41. Universidade de Los Andes. Bogotá.

TORMENTA PINTO, P. (2013). *Social participation in the context of the urban public space renewal: the case of Lagarteiro Neighborhood in Oporto*. In *Journal of Civil Engineering and Architecture*, ISSN 1934-7359, USA. Novembro de 2013, volume 7, nº11 (Serial Nº. 72), pp. 1445-1457.

WITHAGEN, R.; CALJOUW, S. (2017). *Aldo van Eyck's Playgrounds*. In *Frontiers in Psychology*, 8 [1130] - *https://doi.org/10.3389/fpsyg.2017.01130*.

TRABALHOS ACADÉMICOS

AUGUSTO, S. (2011). *Estratégias de participação no espaço público contemporâneo: uma viagem pela criatividade e subversão na regeneração urbana*. Dissertação de Mestrado na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto; orientação pelo Professor Doutor Pedro Gadanho. Porto.

ALVES, A. (2017). *Agir, é preciso! Intervenções de Arquitectura participativa e social*. Dissertação de Mestrado na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto; orientação pelo Professora Doutora Marta Rocha. Porto.

ALVES, J. (2014). *Arquitectura de intervenção: repensando o papel social do arquitecto através de modelos alternativos de prática*. Dissertação de Mestrado na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto; orientação pelo Professor Doutor Joaquim Teixeira. Porto.

BASTOS, S. (2010). *O espaço público no território urbano contemporâneo: a orla marítima de V. N. de Gaia*. Dissertação de Mestrado na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto; orientação pelo Professor Doutor Álvaro Domingues. Porto.

CAMPOS, C. (2011). *Nuno Portas: diálogos entre a teoria e prática [1957-1974]*. Dissertação de Mestrado na Faculdade Ciências e Tecnologia Universidade de Coimbra, Departamento de Arquitectura [Darq]; orientação pelo Professor Doutor Nuno Grande. Coimbra.

COELHO, A. (2017). *Espaço público e as suas formas de interação: a capacidade dos espaços públicos para as diferentes necessidades das pessoas*. Dissertação de Mestrado na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto; orientação pelo Professor Doutor António Neves. Porto.

COELHO, R. (2011). *Formas e desígnios do espaço público na cidade contemporânea : o projecto do espaço público na construção da cidade: casos portugueses*. Tese de Doutoramento na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto; orientação pelo Professor Doutor COLOCAR NOME Porto.

CRUZ, S. (2018). *A Casa do Bairro - Estruturas de Potencialização do Sentimento Comunitário em Contextos de Precariedade*. Dissertação de Mestrado na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto; orientação pelo Professor Doutor Alberto Lage. Porto.

ESTEVES, S. (2017). *Reativar espaços negligenciados: intervenções pontuais como catalisador da regeneração urbana*. Dissertação de Mestrado na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto; orientação pelo Professor Doutor Helder Casal Ribeiro. Porto.

FERNANDES, C. (2015). *Processos de melhoria social: a requalificação do Bairro Social de Santa Tecla*. Dissertação de Mestrado do Ciclo de Estudos Integrados Conducentes ao Grau de Mestre em Arquitectura na Escola de Arquitectura da Universidade do Minho; orientação pelo Professor José Manuel Capela. Guimarães.

FERREIRA, J. (2016). *Habitação social: circunstâncias para o ofício do Arquiteto - O Bairro da Pasteleira*. Dissertação de Mestrado na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto; orientação pelo Professor Doutor Álvaro Domingues. Porto.

GONÇALVES, V. (2013). *Arquitetura como promotora da inserção social: a unidade de inclusão*. Dissertação de Mestrado na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto; orientação pelo Professor Doutor Álvaro Domingues. Porto.

GONÇALVES, V. (2014). *O Bairro e a Cidade: O Espaço Público como contributo à integração social - O Caso do Fujacal*. Dissertação de Mestrado na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto; orientação pelo Professor Doutor Alberto Lage. Porto.

SANTOS, R. (2018). *O espaço público na regeneração da cidade*. Dissertação de Mestrado no Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa; orientação pelo Professor Doutor Miguel José Amado. Lisboa.

SIVLA, A. (2014). *A Casa do Homem: a máquina de habitar na Arquitetura de Le Corbusier*. Dissertação de Mestrado na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto; orientação pelo Professor Doutor Carlos Machado. Porto.

SORIANO, A. (2006). *O espaço público e a cidade contemporanea: as praças de Salvador entre o discurso e a intervenção*. Dissertação apresentada para o Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Área de Concentração: Urbanismo Orientadora: Professora Doutora Ana Fernandes

TINOCO, P. (2017). *Poéticas da cidade e o conceito de espaço público*. Dissertação de Mestrado na PUC-Rio, Departamento de Arquitectura e Urbanismo; orientação pelo Professor João Masao Kamita. Rio de Janeiro.

ZHANG, L. (2019). *Da moradia íntima à casa comum: o espaço público em bairros de habitação coletiva dos anos 1940-1970*. Dissertação de Mestrado na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto; orientação pelo Professora Doutora Maria Teresa Fonseca. Porto.

WEBGRAFIA

https://bragaciclavel.pt/projetos-e-documentos/

https://dre.pt/home/-/dre/74477465/details/maximized

https://journals.openedition.org/sociologico/4662#tocto2n3

http://menosemais.com/conteudo/bairros-contumil-e-pio-xii

http://pdmbraga.cm-braga.pt/index.php/pdm

https://www.anteprojectos.com.pt/2017/08/11/reabilitacao-integral-do-bairro-social-de-santa-tecla/

https://www.bragahabit.pt/pt/

https://www.bragahabit.pt/documentos/regulamento-apoios-habitacao.pdf

http://www.cm-tvedras.pt/artigos/detalhes/requalificacao-do-bairro-social-da-boavista-olheiros/

https://www.lacatonvassal.com/index.php?idp=80#

https://www.nit.pt/fit/ginasios-e-outdoor/maior-campo-de-basquetebol-de-rua-da-europa-fica-em-braga-e-e-uma-obra-de-arte

https://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/portal/pt/portal/100anoshabitacao/af_IHRU_Habitacao_Social.pdf

https://www.pressminho.pt/braga-requalificacao-do-bairro-de-santa-tecla-vai-custar-4-milhoes/

CRÉDITOS DE IMAGEM.

FIGURA 1 Fotografia de autora
FIGURA 2 https://www.blendspace.com/lessons/w1yRNNB8---yMA/industrial-revolution-city-life
FIGURA 3 https://www.mrallsophistory.com/revision/the-industrial-revolution-life-in-late-victorian-cities.html
FIGURA 4 https://www.re-thinkingthefuture.com/fresh-perspectives/a1302-jane-jacobs-rendezvous-with-great-american-cities/
FIGURA 5 https://www.theguardian.com/cities/2015/apr/27/vienna-karl-marx-hof-architecture-politics-ideology-history-cities-50-buildings
FIGURA 6 https://www.sudouest.fr/2016/07/17/le-corbusier-la-cite-fruges-de-pessac-33-inscrite-au-patrimoine-mondial-2437529-3034.php
FIGURA 7 http://paradisebackyard.blogspot.com/2011/02/roberto-burle-marx.html
FIGURA 8 https://line.17qq.com/articles/cnhnlknpov.html
FIGURA 9 http://www.rocagallery.com/when-a-child-rediscovers-the-city-the-city-rediscovers-us
FIGURA 10 https://oldoldlisbon.tumblr.com/post/140046569036/beco-santa-maria-maior-lisboa-data
FIGURA 11 http://infohabitar.blogspot.com/2007/03/sobre-o-bairro-de-alvalade-de-faria-da.html
FIGURA 12 Fotografia de autora
FIGURA 13 http://www.cd25a.uc.pt/index.php?r=site/page&view=itempage&p=1353
FIGURA 14 https://aldajoao.blogspot.com/2018/06/bairro-da-bouca-by-siza-vieira-35mm.html
FIGURA 15 https://www.cca.qc.ca/en/events/3501/the-saal-process-housing-in-portugal-197476
FIGURA 16 http://www.habitarportugal.org/pt/projecto/bairro-do-lagarteiro-reabilitacao-do-espaco-publico/
FIGURA 17 http://www.joaoalvarorocha.pt/pervnt/pervntpt.html
FIGURA 18 http://www.joaoalvarorocha.pt/pervnt/pervntpt.html
FIGURA 19 Fotografia do GoogleMaps
FIGURA 20 https://divisare.com/projects/298384-alessandro-guida-il-corviale?utm_campaign
FIGURA 21 https://unsplash.com/photos/LyW7pqsP81k
FIGURA 22 https://unsplash.com/photos/5QFuJhZY-Mw
FIGURA 23 https://unsplash.com/photos/qeCIkbwBXWg
FIGURA 24 https://unsplash.com/photos/X53e51WfjlE

FIGURA 25 http://landezine.com/index.php/2019/06/cassiobury-park-by-luc/?__cf_chl_jschl_tk%20__=749c3237ed569b428b0adf22317c9b2adaf9eff2-1615632272-0-AXG-_3V2iieHxxkT7hCjyb%20t2Y-dTMFBtPOtuk8DM9nNocffYphXyFVYzxOqBeayaE5bk-Ne79MF8GUx3DoLttd3659%20Kk7X6EmR-bH8VBnYWwuJLiW2Jx1XEm5Z1KlVWWJiL8eEQkWPZdXwh7CllgGpEmdU10M%20ovwql4AB-c7rHc-CHEz2oCDkVGeddRrHit0-YoR91wBP8xgUN7y22okQciInaa3Ms44mhU%20251%20252%20253%20FIGURA%2025%20FIGURA%2026%20FIGURA%2027%20FIGURA%2028%20FIGURA%2029%20FIGURA%2030%20FIGURA%2031%20FIGURA%2032%20FIGURA%2033%20FIGURA%2034%20FIGURA%2035%20FIGURA%2036%20FIGURA%2037%20FIGURA%2038%20FIGURA%2039%20FIGURA%2040%20FIGURA%2041%20FIGURA%2042%20FIGURA%2043%20FIGURA%2044%20FIGURA%2045%20FIGURA%2046%20FIGURA%2047%20505lAMkmt7_B_Ho84X02AN-RIH8TCDQN-jcq1dwG6YScb97hJYXijjfPiU7a52lX7t9Z89YiS5mKb%20QhS20hWy1xmWJmToOGa-qHKmHTHWg_dli2WY1ovxAlgRDQt-6Jmz96pl7-t3tDwfytZag%20v5Zq5PlWjZGE63ARtA

FIGURA 26 https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Debret_casa_ciganos.jpg

FIGURA 27 https://www.open.edu/openlearn/history-the-arts/history/the-historical-and-ongoing-persecution-europes-gypsies

FIGURA 28 https://www.vortexmag.net/portugal-500-anos-a-tentar-expulsar-os-ciganos-com-deportacoes-para-africa-e-brasil/

FIGURA 29 https://www.publico.pt/2019/06/23/sociedade/noticia/portugal-pedir-desculpa-ciganos-antropologo-1877356

FIGURA 30 https://time.com/4355017/sabine-weiss-last-humanist-photographer/

FIGURA 31 https://owlcation.com/humanities/The-Gypsies

FIGURA 32 https://www.archdaily.com.br/br/787030/classicos-da-arquitetura-ville-radieuse-le-corbusier

FIGURA 33 https://www.publico.pt/2016/04/21/local/noticia/segunda-fase-do-projecto-saal-no-bairro-da-maceda-vai-avancar-1729661

FIGURA 34 https://unsplash.com/photos/ehHp54qsE6c

FIGURA 35 https://unsplash.com/photos/WojhS405xUw

FIGURA 36 https://unsplash.com/photos/Lr49v_a5WOw

FIGURA 37 http://landezine.com/index.php/2015/10/common-unity-by-rozana-montiel/

FIGURA 38 https://www.archdaily.com.br/br/908398/amenidades-urbanas-setor-esportivo-ricardo-sanz-sosa-and-rodrigo-marin-briceno

FIGURA 39 https://www.archdaily.com.br/br/908398/amenidades-urbanas-setor-esportivo-ricardo-sanz-sosa-and-rodrigo-marin-briceno

FIGURA 40 https://unsplash.com/photos/5LpLYKltGYk

FIGURA 41 https://unsplash.com/photos/2YNz0tPAv0Y

FIGURA 42 https://unsplash.com/photos/l4P0Q6AL0I4

FIGURA 43 https://www.pinterest.pt/pin/539939442807836863/

FIGURA 44 https://www.archdaily.com.br/br/894867/habitacao-social-no-bairro-padre-cruz-alexandre-dias-plus-bruno-silvestre-plus-luis-spranger?ad_source=-search&ad_medium=search_result_projects

FIGURA 45 https://www.archdaily.com.br/br/894867/habitacao-social-no-bairro-padre-cruz-alexandre-dias-plus-bruno-silvestre-plus-luis-spranger?ad_source=-search&ad_medium=search_result_projects

FIGURA 46 https://www.publico.pt/2019/11/04/local/noticia/camara-lisboa-avanca-requalificacao-bairro-boavista-entrega-46-novas-casas-1892450

FIGURA 47 http://blog.sarahledonne.com/2016/08/bouca-social-housing-alvaro-siza-vieira/

FIGURA 48 https://www.tudointeressante.com.br/2017/03/11-fotos-historicas-de-criancas-brincando-que-mostram-como-tecnologia-mudou-infancia.html

FIGURA 49 https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2017.01130/full

FIGURA 50 https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2017.01130/full

FIGURA 51 http://landezine.com/index.php/2016/01/taby-torg-an-urban-space-north-of-stockholm/

FIGURA 52 https://www.benthemcrouwel.com/projects/cuyperspassage

FIGURA 53 http://menosemais.com/conteudo/bairros-contumil-e-pio-xii

FIGURA 54 http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/639317/?

FIGURA 55 Planta da proposta de intervenção no Bairro, retirada da Dissertação de Mestrado de Cristina Pedrosa (2010), entitulada *Da cidade ao indivíduo: o papel da requalificação urbana de conjuntos de habitação social - estudo da requalificação física do Bairro de Contumil, na cidade do Porto*, orientada pela Professora Doutora Arquitecta Teresa Heitor - do Instituto Superior Técnico, da Universidade Técnica de Lisboa, página 49

FIGURA 56 Planta da proposta de intervenção no Bairro, retirada da Dissertação de Mestrado de Cristina Pedrosa (2010), entitulada *Da cidade ao indivíduo: o papel da requalificação urbana de conjuntos de habitação social - estudo da requalificação física do Bairro de Contumil*, na cidade do Porto, orientada pela Professora Doutora Arquitecta Teresa Heitor - do Instituto Superior Técnico, da Universidade Técnica de Lisboa, página 86

FIGURA 57 Planta da proposta de intervenção no Bairro, retirada da Dissertação de Mestrado de Cristina Pedrosa (2010), entitulada *Da cidade ao indivíduo: o papel da requalificação urbana de conjuntos de habitação social - estudo da requalificação física do Bairro de Contumil*, na cidade do Porto, orientada pela Professora Doutora Arquitecta Teresa Heitor - do Instituto Superior Técnico, da Universidade Técnica de Lisboa, página 136

FIGURA 58 http://menosemais.com/conteudo/bairros-contumil-e-pio-xii
FIGURA 59 http://menosemais.com/conteudo/bairros-contumil-e-pio-xii
FIGURA 60 http://menosemais.com/conteudo/bairros-contumil-e-pio-xii
FIGURA 61 http://menosemais.com/conteudo/bairros-contumil-e-pio-xii
FIGURA 62 http://menosemais.com/conteudo/bairros-contumil-e-pio-xii
FIGURA 63 https://undiaunaarquitecta2.wordpress.com/2016/10/03/cristina-guedes-1964/guedes-08/#main
FIGURA 64 https://urbannext.net/bordeaux-fr/cite-du-grand-parc-bordeaux-lacaton-vassal-0013/
FIGURA 65 https://miesarch.com/work/3889
FIGURA 66 https://www.lacatonvassal.com/index.php?idp=80
FIGURA 67 https://www.archdaily.com.br/br/933180/transformacao-de-530-unidades-habitacionais-em-bordeaux-lacaton-and-vassal-plus-frederic-druot-plus-christophe-hutin-architecture
FIGURA 68 https://www.archdaily.com.br/br/933180/transformacao-de-530-unidades-habitacionais-em-bordeaux-lacaton-and-vassal-plus-frederic-druot-plus-christophe-hutin-architecture
FIGURA 69 https://www.archdaily.com.br/br/933180/transformacao-de-530-unidades-habitacionais-em-bordeaux-lacaton-and-vassal-plus-frederic-druot-plus-christophe-hutin-architecture
FIGURA 70 https://aplust.net/blog/_at_visits_the_cit_du_grand_parc/
FIGURA 71 https://www.lacatonvassal.com/index.php?idp=80
FIGURA 72 https://unsplash.com/photos/2XOBd3V7UAc
FIGURA 73 https://unsplash.com/photos/TGCEc_HNzU0
FIGURA 74 https://fuckyeahaldovaneyck.tumblr.com/
FIGURA 75 Figura do livro de SPACE TRANSCRIBERS (2018), *Transcrever: Ações participativas nos Bairros Sociais de Braga*; páginas 50 e 51; promovido pelo Município de Braga.
FIGURA 76 https://www.spacetranscribers.com/PT/projetos/2017-09-04-transcrever-summer-lab-2017/
FIGURA 77 https://www.spacetranscribers.com/PT/projetos/2017-07-07-os-monumentos-do-meu-bairro/
FIGURA 78 https://www.spacetranscribers.com/PT/projetos/2017-09-04-transcrever-summer-lab-2017/
FIGURA 79 Screenshot do GoogleEarth
FIGURA 80 Fotografia da autora
FIGURA 81 Fotografia da autora
FIGURA 82 Fotografia da autora
FIGURA 83 Fotografia da autora
FIGURA 84 https://correiodominho.pt/noticias/projecto-pioneiro-potencia-pratica-de-trial-bike-nos-bairros-de-braga/126886
FIGURA 85 http://www.juntasvictor.pt/2017/07/celebracao-senhor-da-paz/
FIGURA 86 Fotografia da autora
FIGURA 87 Fotografia da autora
FIGURA 88 Fotografia da autora
FIGURA 89 Fotografia da autora
FIGURA 90 Ilustração da autora
FIGURA 91 Ilustração da autora
FIGURA 92 https://www.architonic.com/en/product/metten-tocano-cd-0101-blasted/20090407
FIGURA 93 https://www.architonic.com/en/product/metten-tocano-porphyry-brown-blasted/1208855
FIGURA 94 https://www.architonic.com/en/product/sit-box-to-box-box-wb/20057602
FIGURA 95 https://www.architonic.com/en/product/sit-box-to-box-box-wb/20057602
FIGURA 96 https://www.architonic.com/en/product/sit-box-to-box-box-wb/20057602
FIGURA 97 https://www.architonic.com/en/product/sit-form-inclusive-fountain/20057580
FIGURA 98 https://www.architonic.com/en/product/sit-box-to-box-cubic-b-planter/20097789
FIGURA 99 https://www.architonic.com/en/product/sit-masterlayer-litter-bin/20057556
FIGURA 100 https://pt.schreder.com/pt/produtos/twixx-iluminacao-publica-e-urbana

ANEXOS.

SUMÁRIO.

01. EM CONVERSA COM ...

01.1. ... o Arquitecto Luis Abreu da BragaHabit 260

01.2. ... Marta Ferreira, socióloga da BragaHabit 272

01.3. ... os moradores do Bairro das Enguardas

a) Entrevista com Moradora Anónima 1 274

b) Entrevista com Morador Anónimo 2 275

02. DESENHOS

Anexo A. Apresentação dos Bairros de Habitação Económica de Braga 268

Anexo B. Planta representativa das diferentes linhas de autocarro 270

Anexo C. Planta representativa dos percursos cicláveis sugeridos pela BragaCiclável 272

Anexo D. Planta de representação dos espaço públicos em Braga 274

Anexo E. Planta de caracterização 276

Anexo F. Planta geral de implantação do Bairro das Enguardas 278

03. BAIRRO DO LAGARTEIRO | PROJECTO DE REFERÊNCIA 03 281

01.1. Em conversa com o Arquitecto Luis Abreu da BragaHabit

LA - Luis Abreu; E - Entrevistadora

E: O que me tem a dizer sobre a intervenção no Bairro das Enguardas?

LA: [A intervenção no Bairro das Enguardas foi] uma situação muito pontual. Nós intervencionamos mais, no Bairro das Enguardas, nos edifícios e os interiores dos apartamentos, ao nível dos edifícios - foram quatro edifícios - que são visíveis, aliás até pela diferenciação que nós temos nas cores usadas nas fachadas, na pintura das fachadas, os edifícios estão bem visíveis, são quatro e eram aqueles que estavam mais degradados de todo o Bairro, que já não tinham uma intervenção há muitos anos e que, pela sua situação - até porque muitos deles já estavam numa situação de não terem condições de habitabilidade e portanto foi isso que fez com que nós tivéssemos concorrido na altura a estes fundos comunitários (ao Norte 2020), foi exactamente para fazer a reabilitação sempre paralelamente a uma outra intenção que era ao nível da eficiência energética. E portanto as nossas intervenções também foram ao nível da eficiência energética, como na substituição de caixilharias e na substituição da cobertura. Nas fachadas, a intervenção foi meramente de reabilitar pontualmente e nova pintura. Nós não aplicamos nenhum material para a eficiência energética na fachada, no entanto pelos (fundos que nós tivemos, nós tivemos ganhos?). Não era difícil até porque nós em muitos dos apartamentos tínhamos caixilharias em madeira, já muito deterioradas e portanto não foi difícil termos ali ganhos energéticos, o que nos valeu exactamente os fundos e nós termos avançado para essa obra. Actualmente a obra está terminada, terminou no final de 2020. Nós estamos agora numa fase de preparação de intenções, mas são coisas muitos pontuais nos próprios apartamentos, pequenas reparações, nada mais. Relativamente ao espaço exterior, que é aquilo que interessa à Marta, a nossa intervenção foi de arranjos pontuais: pavimentos, guias do próprio pavimento, grelhas de escoamento de águas pluviais, iluminação pública - que era inexistente entre os blocos, arranjos exteriores - estamos a falar dos jardins, foi colocada uma estrutura metálica que serve e que vai servir, em alturas de tempo mais favorável, as pessoas possam usufruir daquela pérgola - chamemos-lhe assim -, para eles terem algum espaço de vivência exterior.

E: E colocaram a churrasqueira [proposta e apresentada na planta de projecto final]?

LA: A churrasqueira foi uma intenção inicial do projecto a executar. No entanto, nós temos que ver, e a Marta já deve ter tido essa impressão, essa sensação, de que as pessoas nos bairros vivem muito a posse do espaço. O que é que eu quero dizer com isto? As frentes dos blocos habitacionais, mesmo que alguns deles sejam partilhados porque as frentes/as entradas dão exactamente para a mesma área, eles são muito de sentirem o espaço como seu, de se apropriarem desse mesmo espaço. A churrasqueira era uma intenção inicial, no entanto ao longo ou no decorrer da obra, nós apercebemo-nos que não era uma situação consensual. Muitas das pessoas, algumas pessoas queriam, outras diziam que só ia criar conflitos e, portanto, é óbvio que era uma intenção de criar ali um ponto de encontro entre as várias comunidades dentro do próprio Bairro, criar ali pontos de ligação, no entanto o que nós reparamos é que iria ter o efeito oposto. E, portanto, como foi importante para nós termos essa recolha de informações, no decorrer da obra, nós decidimos por bem retirar essa nossa intenção de executar as churrasqueiras. Só tratamos os espaços exteriores, como eu disse, muito pontualmente: foi a execução da pérgola, que lá está, e também tivemos a colocação de blocos de betão que cumprem dupla função: primeiro, servem como bancos porque as pessoas não tinham ainda, no sentido daquilo que era a nossa intenção das pessoas viverem o espaço exterior e terem condições para o fazer - que as pessoas não tinham, tinham de trazer cadeiras de casa e montar ali esplanadas na frente dos blocos. Isso não teria problema nenhum, se não causasse ali algum constrangimento depois aos restantes moradores. Depois as cadeiras de plástico ficavam lá, deterioravam-se, partiam as pernas e ficavam sempre ali muitos detritos - chamemos assim - acumulados nas frentes do blocos. E para nós evitarmos isso decidimos colocar, que estava previsto desde o início da obra, aqueles blocos em betão para exactamente servirem de bancos para as pessoas usufruirem desses espaços exteriores; e cumpre uma outra função que é delimitar o apartamento indevido por parte de muita da população. Porquê? Muitas das pessoas que lá moram

vivem das feiras, portanto fazem feiras habitualmente e usam as carrinhas e eles tinham muito o hábito de estacionar as carrinhas mesmo em frente à porta - apoderavam-se indevidamente dos jardins, os jardins nunca estavam tratados por causa disso, as pessoas não usufruíam dos jardins e dos espaços verdes, porque as carrinhas e os carros estavam lá estacionados. Portanto, nós no fundo bloqueamos o acesso aos jardins e aos espaços verdes através desses bancos. A intenção, obviamente, explicada e sempre muito insistentemente às pessoas foi a de criar os bancos para as pessoas estarem, mas obviamente sempre com uma outra intenção que era a de, no fundo, dar ali algum sentido aquilo que era o estacionamento desordenado, tanto que é visível hoje em dia que as marcações do estacionamento estão lá feitas. Porquê? Porque não havia marcações de estacionamento. Nós temos ali um local/uma área de estacionamento entre dois blocos, que são as traseiras de dois blocos, que é o [Bloco] J e o [Bloco] L, nas traseiras do J e do L, que tinham ali uma situação de uma área que não estava muito bem definida. Para que isso não voltasse a acontecer, nós falamos com os moradores e explicamos o que é que iria ser feito nessa área e dissemos que ali ia ser só para aparcamento, com uma atenuante - nós vemos da forma como eles se apropriavam do espaço - eles estacionavam as carrinhas de traseira juntos às fachadas. Ora, o que é que acontece? Muitas das pessoas que faziam isso não moravam no rés-do-chão e as pessoas que moravam no rés-do-chão, ficavam ali com a janela e não tinham luz natural, porque a carrinha estacionava mesmo junto à janela. E, portanto, nós criamos uma faixa de estacionamento junto à fachada para criarmos exactamente esse distanciamento entre o estacionamento e as janelas e hoje em dia, sim, as pessoas podem ter a janela aberta sem estarem em contacto directo com os carros. O que é que eu quero dizer com isto? Nós fizemos intervenção no espaço exterior, no entanto foi mais no sentido de ordenar pontualmente do que propriamente criar espaços novos.

E: Mas já no Bairro de Santa Tecla já fizeram uma intervenção maior no espaço público.

LA: Exactamente. (…) a intervenção no espaço exterior vai ser uma intervenção muito incisiva. Nós vamos criar ali situações de grandes áreas

de espaço de lazer, vamos criar ali circulação de zonas 30, vamos alterar algum sentido de circulação automóvel (…).

A intervenção no Bairro, no espaço exterior do Bairro de Santa Tecla, é uma intervenção que vai mudar por completo aquela imagem do Bairro. Até porque a intenção da intervenção naquele Bairro é exactamente essa: é deixar de ter a imagem de bairro e ser mais um quarteirão habitacional como qualquer outro na cidade. Até porque aquilo que era o chavão inicial, e continua a ser, da intervenção neste Bairro era o de abrir o Bairro à cidade, o Bairro hoje em dia vive muito sobre si próprio, muito fechado sobre si mesmo e então a intenção desta intervenção é abrir o Bairro à cidade, às pessoas, e vice-versa, não é? E as pessoas do Bairro também se abrirem à cidade.

E: Voltando ao Bairro das Enguardas, eu gostava de saber só uma coisa, ali moram duas comunidades muito distintas que é a cigana e a não-cigana e dá para ver que eles não entram muito de acordo uns com os outros, porque, pelo menos, quando fui lá e consegui conversar com uma senhora, que apanhei a sair do primeiro edifício junto à rotunda, perguntei-lhe se ela gostava de morar no Bairro e depois ela afirmou-me que a única coisa que ela não gostava no Bairro eram «os de lá de baixo». E queria saber, os edifícios que vocês intervencionaram eram os edifícios onde morava a comunidade cigana?

LA: Onde morava e mora!

E: Nessas duas intervenções, acredito que tenham visitado os Bairros, sentiu que os moradores utilizavam o espaço público de um modo informal, do género: crianças a brincar no próprio espaço público? Porque das vezes que eu lá fui não vi ninguém, nenhuma criança a apropriar-se do espaço público. Não sei se é por causa da situação COVID ou não.

LA: É, é por essa situação porque eles têm muito receio. Tudo o que seja aquela situação, que eles não controlam, eles têm receio. E então desde que se chegou a esta situação da pandemia, aquilo que é a convivência, mesmo entre eles, diminui drasticamente. Eles são uma comunidade que vivem muito do convívio, do espaço exterior, e isso era notório o ano

inteiro, mais no Bairro de Santa Tecla. Porquê? Porque eles têm ali um espaço interior entre blocos que no fundo era só de moradores e então as crianças andavam ali completamente à vontade. Isso não era visível por exemplo no Bairro de Santa Tecla junto à rua onde está a residência universitária, que é a Rua Nascente, que é onde temos aquele grande bloco que é o bloco 1, mas se nós tivéssemos a possibilidade de vermos o que é que se passava nas traseiras do bloco 1, naquele espaço de estacionamento interior/naquela praça interior, as crianças andavam ali perfeitamente à vontade. De tal forma que, aí sim, era bem visível que as pessoas de mais idade traziam as cadeiras de casa e apropriavam-se ali do espaço e fazendo do espaço quase como que uma extensão da sala lá de casa. Com mesinhas, com cadeiras, às vezes com guarda-sóis - eles são muito de se apropriarem do espaço exterior. Isso sempre foi muito visível e de tal forma isso foi visível que, tanto num bairro - no das Enguardas com menos incidência - como no Bairro de Santa Tecla, aí sim com uma intervenção mais incisiva, os espaços exteriores foram tratados, também em função que era a vivência e que é a vivência deles.

E: Por acaso, estou a visitar o Bairro das Enguardas já desde de Março do ano passado (2020) para ver algumas apropriações informais e e junto ao bloco no lado este, o primeiro [bloco], eles têm sempre lá um conjunto de cadeiras e mesas, (…) metem uma "tenda". Outra questão: na altura de fazer o projecto de Santa Tecla os moradores pediram alguma coisa em específico? Ou eles não têm esse tipo de intervenção?

LA: É assim, no que diz respeito ao espaço exterior?

E: A tudo, pode ser a tudo.

LA: Havia uma situação que eles à partida não precisavam sequer de pedir que tinha a ver com as condições em que as casas estavam. A grande maioria das habitações/das fracções estavam em em situações muito degradadas e a precisar de intervenções urgentes a todos os níveis: canalizações de abastecimento, de escoamento, janelas, cobertura, portanto a todos os níveis, todos os apartamentos e todos os blocos necessitavam de intervenção urgente. E portanto é óbvio que a primeira solicitação que

eles fizeram foi exactamente colocar e termos as casas em condições, em boas condições de habitabilidade. Esse foi o primeiro foco deles, foram as habitações. Quando eles se aperceberam que a intervenção ia além das habitações e dos edifícios, eles começaram a apontar outras situações no Bairro, que eles achavam que deviam ser corrigidas. A primeira, tinha a ver exactamente com as crianças, com os espaços de intervenção para as crianças e de brincadeira, porque eles valorizam muito as crianças da sua comunidade e dão-lhes muita importância no seio familiar. E sabendo eles que as crianças usufruem e sempre usufruíram do espaço exterior, eles apontaram isso como algo que devia ser revisto no futuro, porque não havia, como não há ainda, um espaço de lazer para as crianças, que fosse um espaço próprio para isso, teriam ali um terreno - mas era um terreno que estava muito degradado, com carros já em sucata e, portanto, com perigo. Até pelo facto daquilo ser uma zona de algum tráfego, as crianças nunca estavam muito em segurança, e pediam exactamente essas áreas de lazer para as crianças. Por último, aquilo em realmente eles mais se preocuparam foi exactamente no estacionamento. Em algumas frentes de alguns blocos o estacionamento havia e eles estava identificado, na frente de outros blocos havia estacionamento indevido, havia estacionamento em cima dos passeios, que ainda hoje é visível se lá formos, estacionamento nas áreas verdes, que também é visível se lá formos, e portanto eles pediam que houvesse ali alguma organização ou reorganização do estacionamento e isso foi feito. Portanto, criaram-se novas zonas de estacionamento, reorganizaram-se outras e portanto daquilo que é o feedback, que foi sendo o feedback, que nós fomos tendo da população aquilo que é o projecto apresentado nesse sentido vai de encontro àquilo que eram as pretensões deles.
(…)

E: Pretendem intervir nos outros edifícios do Bairro das Enguardas? A nível eléctrico, por exemplo.

LA: É assim, no Bairro das Enguardas, nós estamos agora a pensar em quê: nós temos que ver e disse bem, quando contactou com aquela senhora, ela fez essa distinção muito bem-feita, entre aquilo que era a parte debaixo do Bairro e a parte de cima. A intervenção que nós fizemos naqueles

quatro blocos: I, J, L, H - nós conseguimos fazê-lo, porque nós tivemos o apoio de fundos comunitários. E os apoios comunitários eram essencialmente para aglomerados habitacionais onde a BragaHabit tivesse a maior percentagem de fogos. Acontece que em relação ao restante Bairro a BragaHabit nos blocos detêm alguns apartamentos, mas não a maioria. Ora uma intervenção deste género pressupõe sempre a aceitação versus depois o concurso por parte do condomínio. Ora se nós somos a maioria no I, J, L e H, à partida e tendo nós a maioria foi a BragaHabit enquanto gestora do condomínio que avançou para esse concurso para esses blocos. Como nós não temos a maioria nos restantes blocos habitacionais a única coisa que a BragaHabit pode fazer é: intervenções pontuais nas nossas fracções. Se os proprietários quiserem avançar, terão que avançar enquanto condomínio para esses fundos. Portanto, por muito que a BragaHabit quisesse avançar para essa intervenção nos restantes blocos, a BragaHabit nunca pode avançar sozinha, porque nós não somos a maioria. E é engraçado que as pessoas agora façam essa observação, porque até há uns anos atrás as pessoas diziam que o exemplo em termos de conservação e de imagem do Bairro era a parte cima, porque a parte de baixo não interessava, porque estava muito degradada, e não era exemplo, hoje em dia isso já se inverte, porque a BragaHabit interveio nos blocos habitacionais, mas naquela parte do Bairro, agora as pessoas já sentem que o seu bloco já não é a referência que foi há uns anos atrás. Portanto sentem a necessidade de também elas de intervirem no Bairro e é natural, de certa forma, que apontem o dedo ao Município para fazerem essas mesmas intervenções. Mas é bom que as pessoas saibam destas situações, porquê? E por que é que muitas dessas pessoas ainda têm essa mentalidade? Porque muitas dessas pessoas, e bem - ainda bem que assim foi - eram beneficiárias da habitação social, mas há uns anos atrás foi possível eles adquirirem as suas próprias habitações a preços controlados. E, então, conseguiram adquirir essas habitações, tornaram-se proprietários. Portanto, aonde a BragaHabit/o Município era detentor da maioria, como as pessoas foram adquirindo essas fracções, a BragaHabit deixou de a ter. No entanto, muitas das pessoas - na cabeça delas - ainda tem que ser o Município a fazer as obras, ainda não se tendo conformado com o facto de serem eles agora os proprietários e que têm de ser eles a avançar para essas obras. (...), mas isso é possível agora as pessoas têm de se organizar em condomínio, numa primeira fase, e depois avançarem para esses fundos, que eles existem. Mas têm que ser as pessoas a avançar. A BragaHabit já se mostrou disponível para ajudar, (?…) mas nós temos de ter sempre o aval de toda a gente, porque isto implica investimento por parte dos proprietários e muitos dos proprietários não têm essas possibilidades.

E: E mais uma dúvida, e acho que depois termino por aqui, por que é que decidiram no espaço público do Bairro das Enguardas fazer uma intervenção só pontual e no de Santa Tecla uma maior. Tem a ver com a localização? Ou com o próprio usufruto do espaço público?

LA: Não, tem a ver essencialmente com: no Bairro das Enguardas, o espaço exterior em si já estava, em termos de áreas de definição, as áreas já estavam bem definidas: o que era passeios, o que era zonas verdes, o que era zona de estacionamento. No fundo o que se fez no Bairro das Enguardas foi a intenção de reorganizar aquilo, e a própria palavra o diz, que já existia. Portanto, reorganizar em termos do estacionamento - as marcações não existiam; os passeios - portanto o pavé (o material) - já estava algo deteriorado, em algumas áreas já estava a abater; as guias - havia lá algumas situações de guias que não estavam bem definidas e houve ali a necessidade de definir, como foi o caso da criação da segunda área de passeio junto às fachadas, para fazer com que o estacionamento não se cingisse ali junto às fachadas, mas temos que ver também que a BragaHabit em si concorre para aquilo que os fundos estão direccionados. E portanto os fundos, relativamente às Enguardas, estavam muito direccionados para aquilo que era a reabilitação e a eficiência energética dos edifícios e, portanto, nós alocamos ali algum valor relativamente ao espaço exterior, mas que não foi muito grande porque o espaço exterior não carecia de uma intervenção muito grande. Já no Bairro de Santa Tecla é diferente: a BragaHabit faz a gestão das habitações, quem faz a gestão dos espaços exteriores é a Câmara. O projecto foi em conjunto, mas muitas destas intervenções/ideias que nós temos aqui para o espaço público vieram também dos colegas da Câmara (...) - essencialmente do departamento de trânsito. Porquê? As pessoas interrogam-se e bem do por quê desta intervenção assim de tão grande impacto em Santa Tecla e porquê? Porque se a intenção era abrir o Bairro, nós tinhamos que ter

essencialmente esta intervenção e não só, mas justificada pelo facto de nós criarmos uma segunda rua, que vais rasgar, no fundo, o interior do Bairro. Ou seja, se nós queriamos de fcato pôr em prática esta abertura do Bairro à cidade, nós teríamos que de certa forma levar a cidade ao Bairro. E fazer com que as pessoas vivenciassem o interior do Bairro. É claro que se nós só fizessemos uma intervenção naquela parte interior do Bairro e a deixassemos tal como está, as pessoas não iam - exactamente como não o fazem hoje - fazer a circulação pelo interior do Bairro, portanto não o fazem. O que é que nós fizemos, em consonância com o departamento com a divisão de tráfego da Câmara? Criamos uma segunda rua, pelo interior do Bairro nas traseiras do Bloco 1, que aí sim é uma Zona 30, portanto tem a circulação condicionada, e que vai permitir exactamente que o trânsito seja feito obrigatoriamente pelo interior do Bairro. Isso vai levar exactamente a que as pessoas vivam o Bairro, circulem pelo Bairro e as pessoas do Bairro sintam que aquilo não é um Bairro, mas faz parte do tecido da própria malha urbana. Porque ali quase que podíamos dizer que tínhamos uma ilha, não é? Aquilo vivia sobre si mesmo e fechado sobre si mesmo. Nós no fundo o que fizemos também foi de certa forma coser aqueles edifícios e aquelas vias de circulação à cidade, que isso não se notava. Portanto aquela ilha deixou de o ser e a intenção da (?) e do Senhor Presidente foi exactamente o de abrir o Bairro à cidade. Daí nós termos uma intervenção tão forte neste Bairro. Realmente as intenções de intervenção foram diferentes em relação ao das Enguardas.

E: E eles queixaram-se de algum problema de insegurança? Em ambos os Bairros.

LA: Sim, queixavam-se. Queixavam-se e, em conversa com eles, essa questão vinha várias vezes à baila. Eles diziam: "nós não temos segurança", "a polícia vem cá muitas vezes" e portanto isso é sinal de que alguma coisa não está bem e portanto alguma coisa tem de ser feita. (...) Nós tínhamos uma imagem e tem-se a imagem de um bairro como ali um centro de negócios ilícitos e, portanto, nós teríamos que fazer alguma coisa para mudar essa mesma imagem. A imagem do Bairro estavam muito definidas, daquilo que foram os projectos de bairro, e nós hoje em dia temos que cortar com essa imagem de bairro e falar sobre blocos habitacionais

que não tenham essa imagem e aquilo que é o sentimento que cria nas pessoas. Porque as pessoas que vão depois morar para esses locais, logo à partida são carimbadas e têm um rótulo e era isto que em termos sociais nós não queríamos. Queríamos que as pessoas deixassem de ter esse carimbo, que "vivo num bairro", para passarem a dizer "eu vivo no bloco x da rua y" e deixar essa situação de bairros. O que fizemos foi exactamente isso: ao trabalharmos os espaços exteriores, criamos uma grande praça, no interior - aquilo que inicialmente era uma zona de estacionamento, muitos carros abandonados davam má imagem ao Bairro, o espaço exteriores mal-tratados, traseiras de edifícios que eram locais propícios a negócios ilícitos, o que nós fizemos foi exactamente - onde isso existia, criamos ruas; onde tinhamos estacionamento desordenado, criamos praças; onde havia acumulação de lixos, nós criamos zonas verdes e estacionamento; criamos parques infantis; criamos zonas de estar. Porquê? A pérgola que nós propusemos no Bairro das Enguardas, no Bairro de Santa Tecla nós temos duas, em locais diferentes do próprio Bairro, exactamente para chamar as pessoas a usufruirem desse mesmo espaço, daí nós termos a demolição daquelas três entradas - exactamente para abrir as traseiras desses edifícios e que visualmente tudo seja mais fluído, não criar esses cantos e esses recantos escuros, abrir. Onde existiam esses cantos e recantos, nós abrimos à comunidade. De tal forma que o próprio ringue, que é um espaço inutilizado, para lhe dar alguma vida ele vai ser reabilitado a todos os níveis: novo pavimento, novos limites, iluminação; e nós criamos também um edifício, que está no fundo alocado ao ringue, que vai ser um edifício para a Sede dos Moradores. Ou seja, tu aquilo que sejam actividades culturais, ligadas à comunidade, seja essa comunidade qual for, sejam feitas a partir exactamente desse local - o local, como eu referi anteriormente, era um local onde era um depósito de sucata e, portanto, levamos valências onde elas não existiam.

E: Relativamente à Associação de Moradores do Bairro das Enguardas, agora que falou disso, ela tem todo aquele rés-do-chão do edifício junto ao parque infantil. Agora aí vai passar a ser um ATL, ou não?

LA: A Sede dos Moradores é exactamente no edifício - portanto, (...) se nós estamos no parque infantil virado para o edifício é a nossa direita, fica ali em baixo. O que nós temos do lado esquerdo é uma associação, que

é a Associação Famílias, que há bem pouco tempo foi para o Bairro, para exactamente dar apoio aos mais novos desse mesmo Bairro, portanto são situações distintas, mas muito próximas: uma tem a ver com a Sede da Associação de Moradores das Enguardas; outra valência tem a ver com a Associação Famílias que é uma associação, daqui de Braga, que se quis implantar no Bairro e aquele espaço foi cedido pela BragaHabit para eles se instalarem e eles, sim, têm valências de apoio aos mais novos. (...) Têm projectos mesmo com a comunidade mais nova, eles têm lá centro de explicações, tem muitas valências e é muito interessante.

E: Última pergunta: relativamente aquele campo, mini-campo, e ao parque infantil que tem no Bairro das Enguardas, aquilo é utilizado?

LA: Está-me a falar do parque infantil em frente à Sede de Moradores? É assim, aquele parque infantil foi lá colocado pelo Município, porque foi uma pretensão dos moradores, portanto através da Associação de Moradores, o Município executou aquele parque. No entanto, foram os mesmos, segundo sei - deixo aqui um parênteses -, foi a própria Associação de Moradores que depois, mais tarde, veio pedir à Câmara para ser retirado, porque aquilo era vandalizado e, portanto, não valeria a pena ter ali, no fundo, o material didático/de brincadeira, porque aquilo era vandalizado e, portanto, não fazia sentido. Portanto, aquilo foi retirado novamente, mas existiu lá, o material estava lá: os brinquedos, baloiços, eles existiram, de facto, só que passado um ano, um ano e pouco - creio eu, mais uma vez digo, não tenho essa confirmação exacta -, mas creio eu que foi a própria Associação de Moradores das Enguardas que pediu para se retirar[1].

E: Mas o campo ainda continua lá. E esse é usado.

LA: O campo, sim. O ringue continua. Eles usam com alguma frequência. Aliás, há ali uma outra entidade no Bairro, que faz com o que Bairro tenha muita, muita vivência que é o Clube Desportivo Leões das Enguardas. Eles mesmo também têm muita dinâmica ali no Bairro e têm muita

1 Actualmente, verifica-se a existência de um escorrega e uns brinquedos de balanço.

força e têm muita influência na camada mais jovem. Muitos dos atletas são do Bairro. Eles têm ali as instalações deles, não é? Têm ali a Sede deles e eles são também uma força viva daquela comunidade.

01.2. Em conversa com Marta Ferreira, socióloga da BragaHabit
(empresa responsável pela gestão de uma parte do Bairro das Enguardas)

1. Qual a faixa etária que compreende os habitantes do Bairro das Enguardas? Vivem aqui muitas crianças? População com menos de 14 anos – 19%; População dos 15 aos 64 anos – 71%; População idosa – 10%

2. Já comentaram qual é a maior dificuldade de adaptação deles ao espaço em que habitam? Como por exemplo a falta de elevadores nas habitações, ou isso não é um problema? Existem necessidades relativamente a pessoas com mobilidade reduzida, que entretanto pediram mudança de habitação para habitação ao nível do R/C, e/ou pedidos de execução de rampas (1 relativo a pessoa que se desloca em cadeira de rodas e 2 com dificuldades de locomoção por motivos de saúde); A Bragahabit tem feito esse esforço para conseguir a mobilidade das famílias sempre que é possível.

Outras situações que motivam pedidos de mudança de habitação prendem-se com situações de sobreocupação (que também têm vindo a ser avaliadas e resolvidas mediante disponibilidade) e queixas de "mau ambiente" nos prédios.

3. Já alguma vez conversaram ou apontaram algumas atividades de espaço público que considerassem pertinentes? Como uma área tratada, mas livre para as crianças brincarem? Os moradores aguardam a requalificação do parque infantil e uma solução para o antigo rinque (que não estando preparado para acolher nenhuma modalidade desportiva, tem permitido a prática de trial bike 1 vez por semana).

4. Por norma, os jovens costumam sair do Bairro mais tarde? Se sim, porquê? A maior parte dos jovens do bairro pertencem à comunidade cigana. Por tradição, os jovens de etnia cigana casam muito cedo (não raras vezes ainda menores de idade), e, sobretudo os rapazes (por tradição), acabam por constituir família em casa dos pais, o que tem originado várias situações de sobreocupação. Relativamente às raparigas, costumam casar e sair do bairro para casa dos seus sogros ainda muito novas.

5. Há alguma coisa que refiram que está em falta no Bairro das Enguardas ou na proximidade? Relativamente a serviços e equipamentos não costumam referir nada. Alguns moradores que têm atividade de feirante gostariam de poder ter uns "anexos"/garagem, onde pudessem guardar materiais das feiras, que geralmente colocam junto à casa, no espaço público.

6. Os agregados familiares são numerosos? E, por norma, frequentam a escola? A dimensão média dos agregados é de 2,9 pessoas (1 pessoa - 22%; 2 pessoas - 25%, 3 pessoas - 22%, 4 pessoas - 15%, 5 ou mais pessoas - 16%). Relativamente à frequência escolar, esta comunidade caracteriza-se por perfis escolares muito baixos. Embora estudem cada vez até mais tarde, têm percursos muito marcados pelo absentismo escolar, e os que atingem o ensino secundário fazem-no pela via profissionalizante.

7. Como são as relações entre os moradores das Enguardas? Num estudo feito em 2018, os moradores classificaram a sua relação entre eles da seguinte forma: muito boa - 11,5%, boa - 53,9%, satisfatória - 15,3%, má - 15,3%.

8. A Capela do Senhor da Paz tem grande valor para esta comunidade? A Capela veio transferida do antigo bairro operário do Carandá. Os moradores que são provenientes desse bairro, e que foram realojados por volta de 1978, têm grande sentido de comunidade/sentimento de pertença ao antigo bairro, pelo que têm grande apreço pela Capela. Os moradores de outras proveniências não manifestam tanto apreço, e os pertencentes à comunidade cigana, normalmente, praticam outro culto (evangélicos).

9. As pessoas, em especial as crianças, praticam desporto? O bairro tem um historial de prática de desporto, que já vem do antigo bairro operário e com a transferência para o bairro das Enguardas do Sporting Clube Leões das Enguardas (ex-carandá). Atualmente penso que os atletas do clube serão sobretudo externos ao bairro. Está a decorrer, contudo, um projeto que tem bastante adesão por parte das crianças, de promoção da prática desportiva do Trial.

10. De um modo geral, quais as profissões que têm? Ou na maioria são desempregados? 43% da população encontra-se em situação de desemprego. Os estudantes correspondem a 24%, os reformados equivalem a 22% e 11% exercem profissão remunerada.

Relativamente às profissões desempenhadas, a etnia cigana dedica-se à atividade de feirante/vendedor ambulante. Relativamente aos não ciganos, as profissões mais usuais são na área da construção civil, limpezas, op. Fabril e restauração.

11. Queixam-se de algum clima de insegurança? Existem alguma queixas relativamente à presença de pessoas estranhas ao bairro e/ou tráfico e consumo de drogas. Os relatos de sentimento de insegurança são mais ao nível das "incivilidades" (deterioração do espaço público, presença de grupos de jovens sem ocupação, ruídos, etc.).

01.2. Em conversa com moradores do Bairro das Enguardas

a) Entrevista com Moradora Anónima 1

(entrevista a uma moradora do Bairro das Enguardas)
MA - Morador Anónimo; E - Entrevistadora

E: Bom dia, Senhora! Mora aqui?

MA: Bom dia, moro logo aqui neste edifício!

E: Sempre morou aqui?

MA: Moro aqui há mais de 20 anos. Antes morava ali naquele edifício [apontava para um outro edifício do Bairro]. Morava num T3, mas depois os meus filhos saíram de casa e o apartamento já estava muito grande. Aí, os responsáveis perguntaram-me se queria mudar-me para um mais pequeno, para deixar o maior livre para outras famílias. Eu preferi! Estou melhor aqui, menos para limpar! [risadas]

E: Gosta de morar aqui?

MA: Sim, esta zona de cima é calma, tem ali a Capelinha que gosto muito e as pessoas são simpáticas. Mas ali para baixo às vezes à confusão... Sabe como são aquelas pessoas... Aquelas lá de baixo...

E: Eu estou a fazer um trabalho sobre o Bairro das Enguardas e o espaço público. O que acha que falta aqui?

MA: Eu não entendo muito disto. Mas sabe? Podiam mandar embora os de lá de baixo! Sujam tudo e fazem sempre um barraco lá para baixo. Para lá tem um parque para as crianças, mas não tem muito mais para eles fazerem aqui...

E: Muito obrigada pelo seu tempo!

Esta entrevista começou com o intuito de saber a opinião da residente acerca daquilo que falta no espaço público do Bairro das Enguardas. No entanto, acabou por transparecer claramente o preconceito e divisão entre os próprios moradores.

b) Entrevista com Morador Anónimo 2

(entrevista a um morador do Bairro das Enguardas)
MA - Morador Anónimo; E - Entrevistadora

E: Bom dia, Senhor! Mora aqui?

MA: Olá, menina. Sim, moro naqueles edifícios ali em baixo.

E: Os que estão em obras?

MA: Sim, já estão a demorar um pouco.

E: O que estão a fazer ali?

MA: Então, agora estão a pintar as paredes. Mas, se quer saber, não estão a fazer nada de útil.

E: E só estão a fazer isso?

MA: Não, não. Estão a pintar as paredes e a substituir as janelas. E mais umas coisas... Acho que puseram para ali uns bancos. Estão a mexer em mais coisas para ali também, mas não sei bem o quê.

E: O que acha dessa intervenção?

MA: Sabe o que acho? Se realmente fizessem o que importa, isto não muda nada! Só põem uns adereços.

E: Muito obrigada pelo seu tempo.

MA: De nada, menina, boa sorte!

Esta entrevista foi extremamente importante no que toca a compreender a opinião de um residente relativamente às obras e modificações pelas quais o Bairro está a passar.

ANEXO A

Mapa 1. Apresentação dos Bairros de Habitação Económica de Braga
relação dos Bairros entre eles e com o centro histórico

1. Bairro das Enguardas (1978)
2. Bairro das Andorinhas (1983)
3. Edifícios de habitação social da Caixa de Previdência
4. Bairro do Fujacal (1981)
5. Bairro do Picoto (1998)
6. Bairro Nogueira da Silva
7. Bairro da Imaculada Conceição
8. Bairro Duarte Pacheco (1935)
9. Bairro de Santa Tecla (1979)
10. Bairro da Misericórdia
11. Centro histórico

Via de ligação viária

escala 1:10.000

ANEXO B

Mapa 8. Planta representativa das diferentes linhas de autocarro

relação do Bairro com a cidade

- paragem de autocarro
- centro histórico
- circuito urbano ii - linha 41 (Hospital)
- linha 900 (Hospital - Avenida central)
- circuito urbano i - linha 40 (Hospital)
- linha 87 (Estação CF - Hospital)

escala 1:5000

ANEXO C

Mapa 9. Planta representativa dos percursos cicláveis sugeridos pela BragaCiclável

relação do Bairro com a cidade

percurso ciclável

centro histórico

escala 1:5000

ANEXO D

Mapa 10. Planta de Representação dos espaços públicos na cidade de Braga

na envolvente do Bairro

- área privada
- área construída
- zona de circulação
- espaço público tratado
- espaço público não-tratado
- centro histórico

escala 1:5000

ANEXO E

Mapa 11. Planta de caracterização macro

- barreira entre o Bairro e o lado Este da cidada - estrada nacional
- instituições e equipamentos da CMB
- Sé de Braga
- escolas e universidade
- área residencial
- espaços comerciais relevantes
- estação de camionagem
- limite do cemitério
- espaços públicos destratados
- espaços públicos tratados
- áreas desportivas de entrada livre
- áreas desportivas de entrada restrita

escala 1:5000



ANEXO F

Planta de Implantação do Bairro das Enguardas

pontos-chave na relação com o Bairro: escolas, campo de basquetebol e BragaParque

escala 1:2000



03. **BAIRRO DO LAGARTEIRO** | PROJECTO DE REFERÊNCIA 03

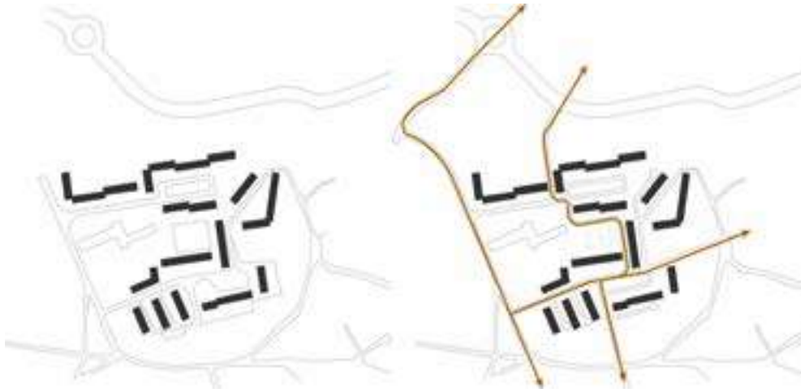
Objecto	Bairro do Lagarteiro
Ano de construção	1973
Autor	Paulo Tormenta Pinto
Freguesia	Campanhã
Concelho	Porto
Área	7 hectares
Ano de intervenção	2012

Em 1956, foi lançado o Plano de Melhoramentos para a cidade Invicta que determinava a construção de 6000 habitações repartidas pelo Porto, no prazo de 10 anos, objectivando realojar os agregados familiares que habitavam em bairros precários e ilhas de condições insalúbres. Neste âmbito, entre 1969 e 1972, projecta-se o Bairro do Lagarteiro, na freguesia de Campanhã e foi inaugurado em 1973, onde foram apresentadas 248 habitações, divididas em 9 blocos. Mais tarde, em 1977, foram adicionados mais 4 blocos habitacionais, culminando nas 446 habitações que hoje se encontram. Posteriormente, para responder aos problemas de degradação das áreas externas do Bairro, o programa Iniciativa Bairros Críticos (IBC) avança com um projecto de reabilitação do espaço público. O desenho original do Bairro baseava-se na divisão funcional, cujo princípio era amplamente utilizado nos anos 70 e, no caso do Bairro do Lagarteiro, percebe-se a separação das áreas residenciais, das zonas desportivas e da escola primária. Mais tarde, algumas associações de caridade de índole privada aproveitaram os espaços em desuso dos edifícios construídos, como as caves, para a sua instalação. Com todas estas transformações isoladas, não se reconhecia no Bairro uma centralidade e a sua imagem resumia-se ao dinamismo de implantação do grupo de edificações ao longo da rua, cuja dinâmica só é reconhecida em planta - *«(...) a diversity that could only be understood if looked at with the green area near the Town's Parque Oriental as a whole»*[1].

Relativamente aos seus acessos, estes segregavam o interior do Bairro com a sua envolvente, além de que o desenho urbano intransitável desconvidava à interacção social, visto que a estrutura desmotivava à proximidade da vizinhança. Ademais, a barreira invisível entre o Bairro original e os blocos adicionados em 1977 era fortemente sentida, visto que eram separados por um desnível de cota elevado e o caminho de conexão não havia sido pensado em projecto, de modo que nada os relacionava harmoniosamente. Além disso, a principal rua de acesso ao Bairro complicava a circulação livre dos moradores, pois terminava num *cul-de-sac*. Esta at-

1 TORMENTA PINTO, Paulo. *Social participation in the context of the urban public space renewal: the case of Lagarteiro Neighborhood in Oporto*; página 1453; In *Journal of Civil Engineering and Architecture,* 2013.

mosfera de insegurança por si transmitida desencorajava, quer moradores, quer não-moradores a usufruir do espaço público do Bairro, contribuindo para a segregação e fragmentação do Bairro do Lagarteiro.

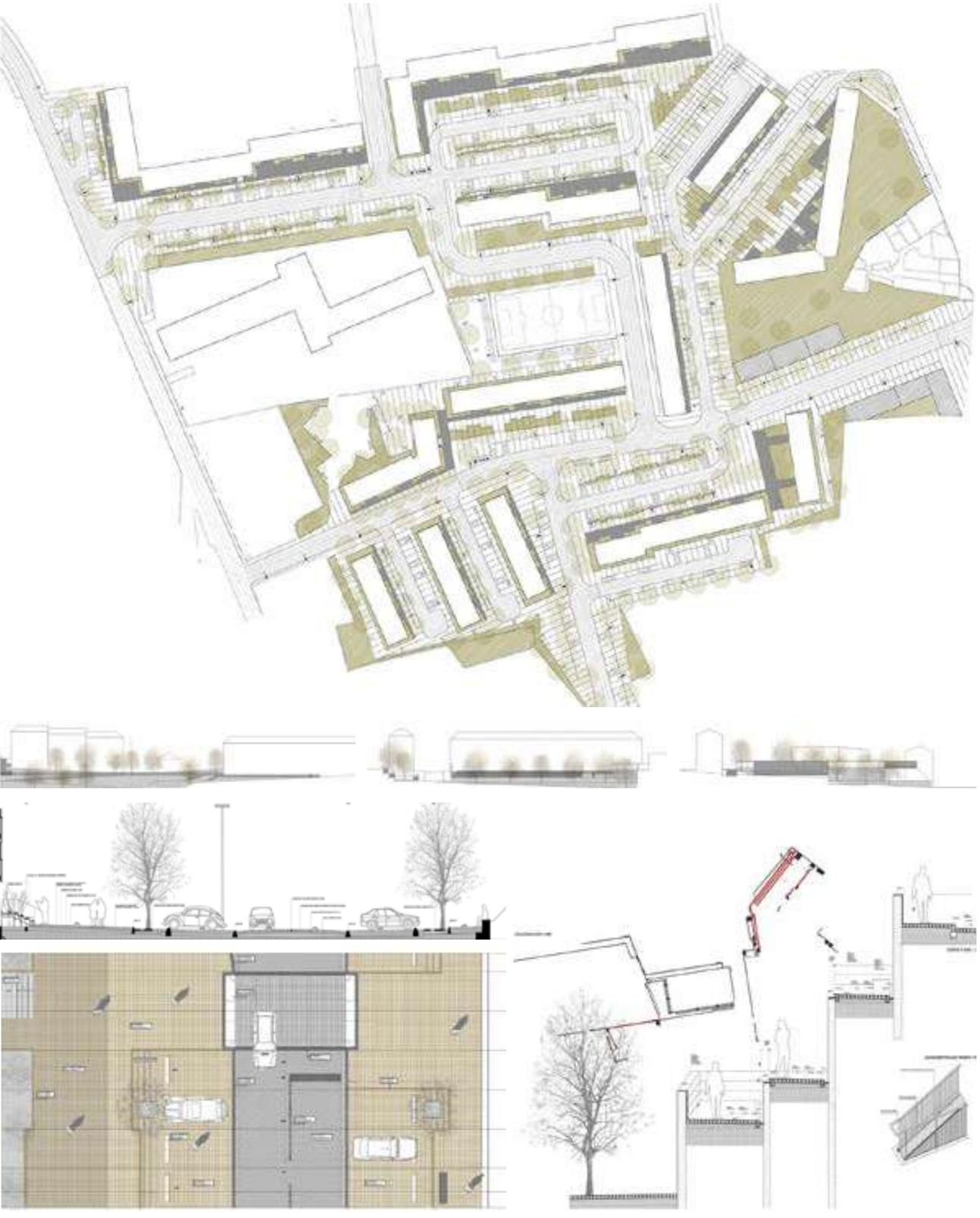


Actualmente, verifica-se que o isolamento urbano potenciou a criminalidade e, consequentemente, o espaço público e os edifícios passaram a transmitir a falta de relação e convívio entre os moradores. Ademais, a população, apesar de ser maioritariamente jovem, é constituída por um número elevado de idosos e, na generalidade, observa-se famílias muito numerosas, monoparentalidade, uma mistura de etnias - incluindo a cigana - e um forte analfabetismo quase global, o que caracteriza particularmente a problemática social complexa deste Bairro[2]. Deste modo, na nova proposta, procuraram interligar o Bairro à demais malha urbana, além de criar um espaço público que se adaptasse à variedade social que o compõe. Para responder ao primeiro factor acima citado, optaram pela introdução de uma nova rede viária, que permitia criar uma fluidez, quer para os automóveis, quer para os pedestres, e assim pôr um termo ao efeito negativo secundário da localizição periférica em que foi implantado. Em resumo, a solução apresentada pela equipa liderada pelo Arquitecto Paulo Tormenta Pinto desenvolveu-se segundo cinco princípios:

1. Sobreposição do novo desenho à situação existente
2. Criação de fluxos de atravessamento no Bairro
3. Reestruturação da rede viária

---

2 *«O bairro é constituído por uma população jovem (37,8 por cento (...)), com uma média etária de 35 anos. Contudo, quase 15 por cento (...) tem mais de 60 anos. Predominam as estruturas familiares de grande dimensão (...), muitas famílias são compostas exclusivamente por idosos (estando mais sujeitas a situações de pobreza, isolamento social, dependência e doença (...)) e a maternidade na adolescência fragiliza as estruturas familiares. Igualmente relevante é a monoparentalidade materna, sobretudo entre mulheres entre os 15 e os 19 anos (...). No bairro (...) co-existe uma dependência económica, social e residencial dos familiares próximos.»* - PEREIRA, M.; PAIS, M. (2011). *"Diário do Lagarteiro": Mais do que um jornal…*; in *Congresso Nacional "Literacia, Media e Cidadania"*. 25-26 Março 2011. Universidade do Minho: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Braga. ISBN 978-989-97244-1-9



4 Utilização de materiais qualificados e resistentes
5 Ajuste e redimensionamento das áreas verdes

Assim, o projecto final tem por base o novo sistema de ruas que relaciona os dois núcleos do Bairro, permitindo não só ligar as suas várias áreas internas, como também conectá-lo ao espaço urbano. O acesso tanto pode ser realizado via automóvel, como pedestre, facilitando a entrada na área pública, até mesmo para pessoas com mobilidade reduzida. Para além disso, o novo projecto havia sido pensado de modo a introduzir uma nova vida social neste conjunto habitacional, que se via como promissora na dissolução do antigo ambiente de rua, que incentivava às práticas criminosas, em especial por parte dos mais jovens. A planta do projecto mostra a nova estruturação espacial, na qual se compreende a hierarquia das estradas, estacionamento e passeios e também das zonas verdes. Esta diferença de ambientes é compreendida, quer a partir do material usado, quer pelo próprio espaço, como se percebe no corte X - entre a área destinada ao automóvel e a zona pedonal faz-se uso da vegetação não só para embelezar, mas também para criar uma atmosfera divisória entre os dois ritmos urbanos.

Devido às diferenças topográficas características do Lagarteiro, foi necessário acrescentar muros de contenção, cuja preparação foi ponderada de modo a, mais tarde, se tornar na imagem do Bairro. A materialidade escolhida (o betão) permitiu criar um jogo de texturas e, desta forma, como resultado final, encontram-se muros com secções triangulares em relevo, sobre as quais a luz incide e alcança o seu efeito. A imagem final revelou-se essencial na elaboração do projecto, transformando-se num elemento identificativo do complexo residencial, além de que os relevos criados pelo material ajudaram a prevenir o vandalismo que uma parede lisa, por vezes, incita a cometer. Ademais, o modo como as rampas ou as escadas relacionam as partes superior e inferior oferece um contacto visual constante entre os diversos níveis, aumentando a sensação de segurança pela constante relação visual. As rampas proporcionam igualmente uma maior acessibilidade. Em suma, a diferença topográfica perde o seu efeito divisório e transforma-se na identidade do Bairro do Lagareiro, permitindo hoje em dia uma circulação livre, quer automóvel, quer pedestre.

O material pelo qual optaram para os percursos pedonais é o granito amarelado e para os atravessamentos viários o granito cinzento, devido à grande quantidade disponível no imediato, assim como a elevada validade do material, cujo nível de desgaste é baixo, mesmo a longo prazo. A disposição deste material cria um desenho de módulo com 2.5 metros, que é repetido ao longo do desenho de projecto, para organizar os diferentes espaços e criar diversos ambientes, que ajudam o seu utilizador a distinguir o momento de circulação e lazer, da área proposto ao pedestre e do espaço destinado ao movimento viário e respectivo estacionamento.







